ANDRÉS ZARANKIN
CAROLINE MURTA LEMOS
DENISE COSTA



# MEMÓRIAS APRISIONADAS

## ARQUEOLOGIA DA REPRESSÃO E DA RESISTÊNCIA NO DOPS/MG

Pedro & João editores

# Memórias aprisionadas

## Arqueologia da repressão e da resistência no DOPS/MG

Pedro & João
editores






FAFICH

UFMG

TCE
Cultural

TCEMG
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**Andrés Zarankin**
**Caroline Murta Lemos**
**Denise Costa**

# Memórias aprisionadas

## Arqueologia da repressão e da resistência no DOPS/MG

Pedro & João
editores

**Copyright © Autor e autoras**

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos do autor e das autoras.

---

Andrés Zarankin; Caroline Murta Lemos; Denise Costa

**Memórias aprisionadas. Arqueologia da repressão e da resistência no DOPS/MG.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2026. 180p. 15,5 x 22,5 cm.

**ISBN: 978-65-265-3140-2 [Impresso]**
**978-65-265-3141-9 [Digital]**

1. Arqueologia contemporânea. 2. Repressão política. 3. Ditadura militar no Brasil. 4. Memória social. 5. Patrimônio cultural. I. Título.

CDD – 900/370

---

**Capa:** Marcos Della Porta
**Arte da capa:** Andrés Zarankin
**Ficha Catalográfica:** Hélio Márcio Pajeú – CRB – 8-8828
**Diagramação:** Diany Akiko Lee
**Editor:** Valdemir Miotello
**Diretores executivos:** Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

**Conselho Editorial da Pedro & João Editores:**
Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patrícia da Silva (UERJ/Brasil).



**Pedro & João Editores**
www.pedroejoaoeditores.com.br
13568-878 – São Carlos – SP
2026

**Dedicatória**

Em memória de todas as pessoas vítimas do
Terrorismo de Estado do Brasil.

# AGRADECIMENTOS

Agradecemos às pessoas e às instituições pelo auxílio e pela parceria nos trabalhos de pesquisa desenvolvidos no DOPS/MG, bem como pelo apoio fundamental para a publicação deste livro:

às pessoas que constituem o GT DOPS/MG, coordenado pela Profa. Letícia Julião,

às pessoas que compõem a Comissão Independente do Memorial Ocupado, representadas por Débora Raíza, coordenadora da Associação do Memorial dos Direitos Humanos Ocupado,

à equipe de profissionais e estudantes de arqueologia que colaboraram nas escavações do DOPS/MG, representada por María Jimena Cruz, Flora Villas Carvalho e Maria Antônia de Oliveira Castro,

aos colegas do Departamento de Antropologia e Arqueologia da UFMG,

ao Professor Pedro Paulo Funari,

ao Professor Durval Ângelo Andrade,

ao Joao Batista Miguel,

à Professora e Deputada Federal Duda Salabert,

à Universidade Federal de Minas Gerais,
à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG,
à Fundação de Apoio da UFMG,
ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais,
ao Núcleo de cultura do TCE/MG, TCE-Cultural,
à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais.

# PRÓLOGO

Esta obra vem a público em um momento emblemático da história do prédio do antigo Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais (DOPS/MG). O contexto é a ocupação do referido edifício por movimentos sociais, no dia 1º de abril de 2025, quando o Memorial dos Direitos Humanos foi aberto como espaço público museológico para a sociedade civil. O gesto de ocupar o espaço, que abrigou também o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), tornou possível o acesso público ao trabalho arqueológico apresentado neste livro.

Ao longo de 7 meses, visitaram o prédio mais de 5 mil pessoas, entre alunos e professores de escolas públicas e privadas, de várias idades e contextos sociais; pesquisadores e estudantes de diferentes universidades de todo país; movimentos sociais; representantes das Comissões de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e da Câmara Municipal de Belo Horizonte; do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos de Minas Gerais (Conedh/MG); da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos; do Ministério dos Direitos Humanos, na pessoa da ministra Macaé Evaristo; da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal e do Ministério Público do Trabalho; de organizações nacionais e internacionais, tais como a Associação de Médicas e Médicos pela Democracia, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), as Federações de Metalúrgicos, o Fórum Mineiro de Saúde Mental, a Associação Nacional de História (Anpuh), a Federação de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos da América Latina (FEDEFAM), os Filhos e Filhas por Identidade e Justiça contra o Esquecimento e o Silêncio (H.I.J.O.S); bem como

parlamentares das esferas federal, estadual e municipal e, sobretudo, ex-presos políticos e familiares de mortos e desaparecidos da ditadura militar.

Mesmo com a criação de um público para o MEM, a luta para que ele continue aberto está longe de acabar. Estamos em um profundo embate com o governo estadual para efetivar a instalação do Memorial dos Direitos Humanos com as adequações necessárias previstas no projeto elaborado pelo grupo de trabalho da UFMG.

Defendemos a participação ativa dos familiares de mortos e desaparecidos, ex-presos políticos e dos movimentos sociais. Sabemos que o prédio foi espaço de tortura inclusive depois do fim da Ditadura Militar, fazendo da violência o *modus operante* do aparato repressivo do estado. A luta por memória, verdade e justiça continua atual.

As visitas mediadas têm sido realizadas pelos membros da Comissão Independente do Memorial Ocupado, formada por representantes de movimentos sociais ligados aos direitos humanos, ex-presos políticos, pesquisadores, professores e trabalhadores comprometidos com a abertura do Memorial dos Direitos Humanos.

No contexto da visitação, as escavações arqueológicas de caráter exploratório feitas nas celas e espaços de tortura do prédio são fundamentais para contextualizar e mediar a história e a memória da repressão e da violação dos Direitos Humanos praticadas no local.

Acreditamos que a pesquisa apresentada nestas páginas se constitui como um estudo técnico pioneiro que inaugura e amplia o campo das Arqueologias da Repressão e da Resistência no Brasil. Mas, para além disso, entendemos que as análises aqui reunidas, contribuem para o aprofundamento da importância do Memorial dos Direitos Humanos como um documento histórico e político que deve ser preservado e conhecido por todos os cidadãos e cidadãs brasileiras.

A cada fragmento descrito, cada planta reconstituída, cada estrutura interpretada, o autor e as autoras revelam a materialidade de um sistema que perseguiu, torturou e tentou apagar corpos e ideias e reforçam a necessidade da manutenção do Memorial dos Direitos Humanos aberto.

Ao escrever esta obra, os autores reafirmam que a ciência é também lugar de luta, e que o conhecimento pode ser instrumento de reparação e justiça.

Por fim, compreendemos que o livro não se limita a revelar registros do passado, mas atua sobre o presente, contribuindo para o aprendizado coletivo de que só há democracia quando o país é capaz de olhar, sem desvio, para as memórias traumáticas do seu passado.

Comissão Independente do Memorial Ocupado.

# PREFÁCIO

# LEITURAS DA REPRESSÃO E DA RESISTÊNCIA NO DOPS/MG

Poucos edifícios carregam uma densidade histórica tão expressiva quanto aqueles que serviram à repressão política. Seus corredores, paredes, celas e objetos permanecem como testemunhas silenciosas de práticas que, durante muito tempo, muitos preferiram esquecer. Entretanto, o silêncio nunca significou ausência de memória. Ao contrário, mesmo quando documentos desapareceram, arquivos foram ocultados e testemunhos tentaram ser desacreditados, os próprios espaços continuaram preservando marcas da violência ali praticada. É justamente essa dimensão que "Memórias aprisionadas. Arqueologia da repressão e da resistência no DOPS/MG" revela com notável rigor científico e sensibilidade humana. A partir dos estudos desenvolvidos por Andrés Zarankin, Caroline Murta Lemos e Denise Neves Batista Costa, o antigo Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais deixa de ser apenas um edifício pertencente ao passado para tornar-se um documento histórico, cujos vestígios materiais narram aspectos da repressão que nem sempre encontram lugar nos registros oficiais. Trata-se de uma contribuição que ultrapassa os limites da arqueologia e alcança o campo da memória, da história política e dos direitos humanos, demonstrando que a matéria também testemunha, denuncia e resiste.

Ao longo de décadas, consolidou-se entre nós uma compreensão equivocada de que a violência política brasileira teria se encerrado com o fim da ditadura civil-militar. Essa narrativa, embora confortável, nunca correspondeu inteiramente à realidade. A transição democrática representou uma conquista

histórica indispensável, mas não foi suficiente para desmontar integralmente as estruturas institucionais, as culturas organizacionais e determinadas práticas que haviam sido consolidadas durante o regime autoritário. Diferentemente de outras nações latino-americanas, o Brasil não promoveu uma ruptura profunda com os aparelhos responsáveis pela repressão política, tampouco realizou um amplo processo de responsabilização daqueles que violaram sistematicamente os direitos humanos. Em muitos aspectos, preservaram-se pessoas, métodos, concepções de segurança pública e mecanismos de controle social que continuaram produzindo efeitos mesmo após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Compreender essas permanências talvez seja um dos maiores méritos deste livro.

Essa percepção não nasce apenas da leitura dos documentos ou da reflexão acadêmica. Ela também decorre de experiências que marcaram profundamente minha trajetória pública. Em 9 de abril de 1997, quando exercia a vice-presidência da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as condições do sistema carcerário de Minas Gerais, participei de uma visita surpresa a uma unidade prisional que alteraria para sempre minha compreensão acerca da permanência das práticas de violência institucional no Brasil democrático. A inspeção foi realizada de forma minuciosa e incluiu aquilo que considero ser o aspecto mais importante de qualquer investigação sobre violações de direitos humanos: a escuta daqueles que, normalmente, permanecem invisíveis. Foram os próprios detentos que nos conduziram às evidências mais contundentes da tortura. Eles nos mostraram um banheiro improvisado que os policiais denominavam cinicamente de "igrejinha". Naquele espaço, vimos os fios utilizados para aplicação de choques elétricos, o orifício na parede onde era encaixada uma barra de ferro destinada ao pau de arara e outros sinais materiais que confirmavam aquilo que, até então, poderia ser considerado apenas um relato. Não se tratava de lembranças distantes da ditadura. Eram instrumentos em pleno

funcionamento, utilizados em 1997, quase dez anos após a promulgação da Constituição cidadã.

Como se aquela descoberta não fosse suficientemente perturbadora, um dos presos revelou a existência de outro ambiente destinado à tortura, localizado no segundo pavimento da unidade. Ao chegarmos ao local, deparamo-nos com uma estrutura ainda mais reveladora. Diferentemente da "igrejinha", utilizada naquele momento, aquela sala permanecia praticamente preservada desde os anos da ditadura civil-militar. Suas paredes eram revestidas para impedir que os gritos alcançassem o exterior, enquanto um amplo painel de vidro permitia que outras pessoas acompanhassem as sessões de tortura sem serem vistas. Diante de nós estavam dois espaços distintos, separados pelo tempo, mas unidos pela mesma finalidade: um construído e utilizado durante o regime autoritário; outro adaptado e utilizado já sob a ordem constitucional democrática. A cena sintetizava uma dolorosa verdade sobre a história brasileira: a mudança do regime político não havia eliminado automaticamente determinadas práticas institucionais. A violência sobrevivera, adaptando-se às novas circunstâncias históricas.

Entre os inúmeros depoimentos colhidos naquela visita, um permanece especialmente emblemático pela perversidade que revela. Diversos presos relataram a atuação de um policial militar, estudante de medicina, conhecido como "Dr. Araponga". Segundo as vítimas, antes que as sessões de tortura prosseguissem, ele aferia a pressão arterial dos detentos e lhes oferecia suco de laranja para verificar se ainda possuíam condições físicas de suportar mais sofrimento. A racionalidade presente nesse procedimento impressionava tanto quanto a própria violência. A tortura deixava de ser compreendida apenas como explosão de brutalidade para revelar-se como prática técnica, planejada e administrada. Posteriormente, o promotor de Justiça Gilvan Alves Franco, integrante daquela Comissão Parlamentar de Inquérito,

confirmaria esses relatos, reforçando a credibilidade das denúncias e a gravidade dos fatos investigados.

A CPI de 1997 representou um momento singular na história da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Inspirada pela Campanha da Fraternidade daquele ano, cujo tema abordava a população encarcerada sob o lema bíblico "Estive preso e me visitastes", a comissão reuniu, pela primeira vez, representantes das pastorais carcerárias católica e evangélica, organizações de defesa dos direitos humanos e o Ministério Público de Minas Gerais, representado pelo promotor Gilvan Alves Franco. Sob a presidência do deputado João Leite, tendo-me como vice-presidente e Ivair Nogueira na relatoria, realizamos um trabalho que ultrapassou os limites da fiscalização parlamentar para constituir verdadeiro exercício democrático de controle social sobre as instituições responsáveis pela custódia da população prisional. As conclusões daquele trabalho demonstraram que a tortura permanecia sendo utilizada como método disciplinar, evidenciando a urgência de profundas transformações nas políticas de segurança pública e no sistema penitenciário.

Ao ler esta obra, foi impossível não reviver aquelas experiências. Isso porque os estudos arqueológicos aqui apresentados demonstram, por outro caminho metodológico, aquilo que testemunhamos empiricamente durante aquela inspeção: a violência de Estado também se manifesta por meio da organização material dos espaços. As celas, os corredores, os mecanismos de isolamento, as adaptações arquitetônicas e os objetos recuperados não são simples elementos construtivos; constituem parte integrante de uma tecnologia de repressão cuidadosamente concebida para controlar corpos, romper vínculos coletivos e produzir medo. A arqueologia evidencia que a tortura não ocorria apenas nos momentos de agressão física. Ela se estendia ao cotidiano dos presos por meio da privação do sono, da alimentação insuficiente, da ausência de assistência médica, da sujeira, da infestação de pulgas e percevejos, da umidade das celas, da

incomunicabilidade, do controle permanente dos horários, da limitação dos movimentos corporais e da degradação deliberada das condições mínimas de existência. Os relatos de ex-presos políticos apresentados pelos autores revelam exatamente essa dimensão sensorial do terror, na qual o ambiente se converte em instrumento permanente de dominação.

A desumanização talvez constitua a mais sofisticada estratégia dos regimes autoritários. Antes de destruir fisicamente seus adversários, procura-se desmontar sua identidade, enfraquecer sua capacidade de resistência e convencê-los de que perderam qualquer possibilidade de autonomia. O DOPS não foi apenas um órgão de investigação policial. Como demonstram os autores, tratava-se de um centro de produção sistemática de vigilância, controle e repressão, cuja atuação esteve profundamente vinculada ao funcionamento do aparato repressivo da ditadura civil-militar em Minas Gerais. Suas celas, seus instrumentos, seus documentos e sua arquitetura revelam que a violência jamais foi improvisada; ao contrário, era resultado de planejamento institucional, sustentado por uma lógica política que identificava determinados cidadãos como inimigos internos a serem neutralizados.

Essa compreensão torna ainda mais importante o trabalho de pesquisa desenvolvido e apresentado neste livro. A arqueologia permite que a história seja reconstruída não apenas pelos documentos escritos, mas também pelos objetos, pelos espaços e pelas marcas físicas que sobreviveram ao tempo. Muitas vezes, esses vestígios dizem aquilo que os arquivos oficiais omitiram ou tentaram apagar. Em um país onde sucessivas iniciativas buscaram ocultar documentos da repressão (preocupação que motivou, inclusive, a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar a destinação dos arquivos do DOPS em Minas Gerais, instalada em 1998), a preservação das evidências materiais assume importância ainda maior para a consolidação do direito à memória e à verdade.

É precisamente por isso que este livro possui relevância que transcende o ambiente universitário. Trata-se de uma obra comprometida com a produção do conhecimento, mas igualmente comprometida com a democracia. Ao transformar o antigo DOPS em objeto de investigação arqueológica, seus autores reafirmam que os lugares da repressão não podem ser reduzidos a ruínas silenciosas nem convertidos em espaços destituídos de significado histórico. Eles constituem patrimônio da memória coletiva e devem permanecer acessíveis às novas gerações como instrumentos de educação em direitos humanos e de fortalecimento da cultura democrática.

Conhecer essa história nunca significou cultivar ressentimentos ou permanecer aprisionado ao passado. Significa compreender que sociedades democráticas somente se fortalecem quando enfrentam, com coragem, as violências que marcaram sua formação. O esquecimento sempre favorece a repetição. A memória, ao contrário, produz consciência, responsabilidade e compromisso com o futuro. Se hoje podemos investigar arqueologicamente os espaços da repressão, é porque inúmeras pessoas resistiram, denunciaram, preservaram documentos, registraram testemunhos e recusaram a naturalização da violência.

"Memórias aprisionadas. Arqueologia da repressão e da resistência no DOPS/MG." insere-se nessa tradição de resistência intelectual e ética. É um livro que devolve voz às paredes, às celas, aos objetos e, sobretudo, às pessoas que ali tiveram sua dignidade violentada. Ao fazê-lo, oferece uma contribuição inestimável para que a memória permaneça viva e para que a democracia brasileira continue sendo construída sobre a verdade, e nunca sobre o silêncio.

**Durval Ângelo Andrade**
Professor e Presidente do Tribunal de Contas do
Estado de Minas Gerais

# SUMÁRIO

**1. INTRODUÇÃO..... 21**

**2. OS CAMINHOS DA ARQUEOLOGIA NA VISIBILIDADE DAS HISTÓRIAS ESQUECIDAS DAS DITADURAS..... 31**

**2.1 Quando e como surgiram as pesquisas arqueológicas sobre as ditaduras latino-americanas..... 31**

**2.2 A importância da Arqueologia na visibilização das memórias traumáticas da ditadura brasileira..... 38**

**3. A REPRESSÃO POLÍTICA DO DOPS/MG NA DITADURA ..... 47**

**4. ARQUEOLOGIA DO DOPS/MG ..... 65**

**4.1 As materialidades da opressão e da violência..... 65**

**4.2 As investigações arqueológicas ..... 88**

*4.2.1 Levantamento de dados..... 88*

*4.2.2 Documentação das estruturas arquitetônicas ..... 89*

*4.2.3 Análise espacial ..... 98*

*4.2.4 Escavação arqueológica..... 101*

**4.3 Interpretando a materialidade do DOPS/MG..... 116**

*4.3.1 O espaço disciplinador..... 116*

*4.3.2 A sensorialidade do Terror ..... 128*

**5. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 141**

**POSFÁCIO: ARQUEOLOGIA DO DOPS/MG: ANTE À DESTRUIÇÃO, A CONVIVÊNCIA..... 145**

**REFERÊNCIAS ..... 151**

**ANEXOS..... 167**

**Anexo 1** ..... **167**
**Anexo 2** ..... **170**
**Anexo 3** ..... **172**
**Anexo 4** ..... **175**
**Anexo 5** ..... **177**

# 1. INTRODUÇÃO

> *[...] quando chegamos no DOPS, o terror psicológico continuou, eles colocaram a gente num muro e falaram que era o paredão de Fidel Castro, e atiraram na gente com bala de festim, atiraram de fuzil. Então, o pavor, criou aquele pavor que a gente nem dormia direito [...].*
> (Santos, s/d, p. 7).

A desumanização - ato de retirar o caráter humano de alguém, seja de pessoas ou grupos inteiros - é uma fórmula já conhecida, empregada principalmente, por governos autoritários e fascistas. Consiste em suprimir os componentes humanos para transformá-los em coisas, insetos ou qualquer outra categoria que permita a perda de compaixão, solidariedade e empatia, justificando assim sua destruição. Em paralelo, trata-se de criar na sociedade uma sensação de insegurança e medo contínuo, invadindo a intimidade das pessoas e fazendo-as desconfiar umas das outras, estabelecendo dessa forma uma negação radical da existência do outro. A intolerância é reforçada e alimentada ao se atribuir a culpa de todos os males a determinados grupos. A partir desse momento, a sociedade já não se comove nem se indigna diante de violências que antes poderiam causar algum impacto.

Estas estratégias foram comuns durante a ditadura civil-militar (1964-1985), levando o Brasil a experimentar níveis absurdos de crueldade e violência. Quarenta anos depois, parece incrível que ainda não tenha existido no país uma discussão aprofundada sobre este período, bem como um pacto social para que situações como essa não voltem a se repetir. Esta "lacuna" tem deixado espaço para que determinados grupos e pessoas, associados a posturas autoritárias, procurem - através de

estratégias como "*fake news*" ou tentativas de reescrita da história-, normalizar posições radicais, reivindicando e festejando sistemas políticos baseados na perseguição, prisão, tortura e extermínio da dissidência. Não foi por acaso que recentemente, no dia 8 de janeiro de 2023, estivemos à beira de um novo golpe de Estado no Brasil.

Funari e Oliveira (2006) explicam esta situação argumentando que, diferentemente de outros países latino-americanos, no Brasil nunca existiu uma renovação das pessoas que exerciam o poder, mantendo-se grande parte dos quadros militares, políticos e econômicos da ditadura. Por sua vez, Zarankin, Meneses e Maguire (no prelo) consideram que certas características da história escravocrata brasileira permitem estabelecer uma lógica perversa de relações de poder, violência e desigualdade que se repetem de forma ininterrupta, apenas mudando os protagonistas.

Nesse contexto, a arqueologia do passado contemporâneo (Buchli; Lucas, 2001; González-Ruibal, 2008, 2018), entendida como uma forma de ação política (Mcguire, 2008), passa a ser um instrumento central para ajudar a combater políticas sistêmicas de alienação, esquecimento e desumanização. Na mesma direção, González-Ruibal (2008) propôs uma arqueologia da "supermodernidade", para discutir o lado obscuro da modernidade, associado à violência e à destruição como elementos estruturantes dos séculos XX e XXI. Na mesma linha, Rodney Harrison e Cornelius Holtorf propuseram refletir sobre as heranças futuras (Harrison *et al*., 2020; Holtorf; Högberg, 2021) e a forma pela qual os patrimônios contemporâneos ajudam a manter vivas determinadas memórias, como forma de não esquecer.

Podemos dizer que as arqueologias do contemporâneo não só trouxeram a quebra de uma barreira temporal que operava como um espartilho impedindo a arqueologia de estudar o presente ou o passado próximo, como também tornaram possível vislumbrar uma arqueologia que não requer escavação

(Zarankin, 2001). Isso nos permite fazer arqueologia analisando objetos cotidianos, mapas ou plantas arquitetônicas, paisagens, edifícios, videogames, objetos 3D, entre outros (Miller, 2005).

Dentro das Arqueologias do Contemporâneo, uma das principais linhas de estudo é a Arqueologia da Repressão e da Resistência (Funari; Zarankin, 2006), cujo foco de análise são as estratégias punitivas das ditaduras militares latino-americanas, assim como as memórias e consequências no presente. Os espaços dos centros de detenção e os objetos associados à repressão ou à resistência, a busca pelos desaparecidos, a realização de análises forenses e a construção de lugares de memória são temas de interesse desse campo, no qual se insere a pesquisa arqueológica realizada no Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais (DOPS/MG), em 2020, que é objeto desse volume.

O DOPS/MG[1], foi um centro de detenção oficial (COD) da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) onde foram presos e torturados diversos militantes políticos durante todo o regime. Sem dúvida, foi um dos principais órgãos repressores na cidade de Belo Horizonte assim como no estado de Minas Gerais e, em agosto de 2020 transformou-se também no primeiro centro de detenção a ser escavado arqueologicamente no Brasil. Ainda que tenha se tratado de um estudo diagnóstico preliminar e não de uma escavação ampla, os resultados foram além do esperado, evidenciando o potencial do local para realizar pesquisas arqueológicas aprofundadas que ajudem tanto a compreender o funcionamento das estratégias repressivas quanto a construção de uma memória material que nos permita recordar os crimes cometidos no local pela ditadura. Precisamente o objetivo desse volume é apresentar os resultados dos estudos arqueológicos desenvolvidos e seus principais resultados.

[1] O DOPS/MG está localizado na Avenida Afonso Pena, nº 2.351, no bairro Funcionários, nos lotes 01 e 02 da quadra 6 (ou quadra 1973) do município de Belo Horizonte.

O DOPS/MG é um dos lugares mais emblemáticos da repressão política na cidade de Belo Horizonte e no estado de Minas Gerais. Suas instalações, estão localizadas na Avenida Afonso Pena, nº 2.351, em uma área posicionada entre as avenidas Afonso Pena e Bernardo Monteiro, foram tombadas pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG) em 2016, (Figuras 1 e 2).

**Figura 1** - Área de implantação das antigas instalações do DOPS/MG destacada em vermelho, localizada entre as avenidas Afonso Pena e Bernardo Monteiro, na região central de Belo Horizonte.




Fonte: *Google* (2020).

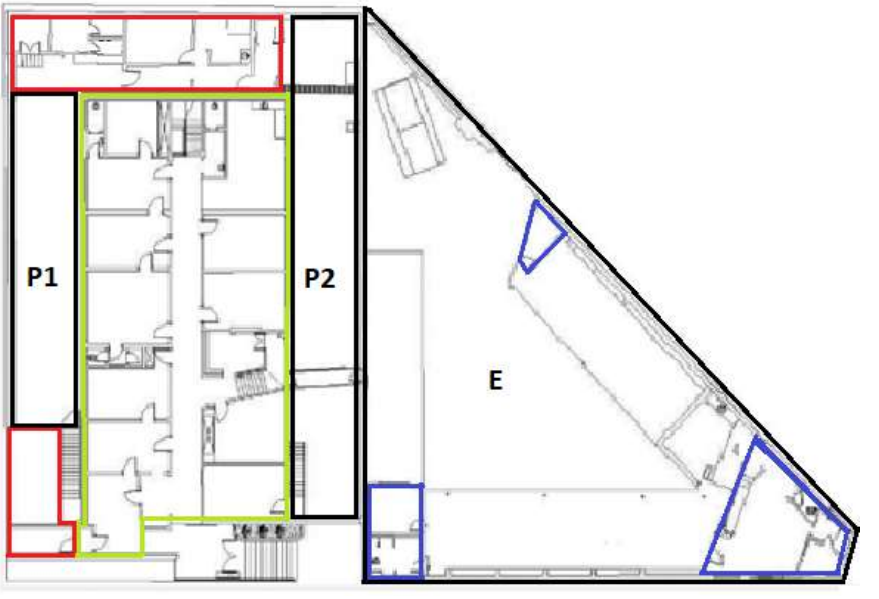
**Figura 2** - Fachada do prédio principal das antigas instalações do DOPS/MG.




Fonte: *Google* (2019).

Utilizamos o termo "instalações" porque os espaços nos quais funcionaram a sede e o estacionamento do DOPS/MG são compostos, atualmente, por várias estruturas arquitetônicas, como demonstram a imagem de satélite e a planta baixa do lote (Figuras 1 e 3). Além do prédio principal (Figuras 2 e 3), existem construções arquitetônicas anexas a este edifício, dois pátios localizados em suas laterais (Figuras 3 e 4) e uma área de estacionamento com edificações próprias (Figuras 3 e 5).

**Figura 3** - Planta baixa atual dos lotes nos quais foram instalados a antiga sede e o estacionamento do DOPS/MG.




Fonte: Adaptada de: IEPHA (2015).[2]

[2] Em verde: edifício principal. P1 e P2: áreas dos pátios laterais ao edifício principal. Em vermelho: construções anexas ao edifício principal. E: área do estacionamento. Em azul: edificações localizadas na área do estacionamento.

**Figura 4** - Pátio P1 e construção anexa ao prédio principal do antigo DOPS/MG.



**Figura 5** - Pátio do estacionamento do antigo DOPS/MG com edificações adicionais.



A pesquisa, enquanto ferramenta para gerar informações relevantes tanto para a instalação de um futuro memorial no local quanto para a análise da história dos conflitos do regime civil-militar brasileiro, avaliou a organização espacial deste centro como um dispositivo arquitetônico de confinamento e tortura de pessoas, assim como resgatou objetos e materiais de valor histórico e testemunhal sobre os eventos ocorridos e sobre as experiências humanas vividas nesse órgão estatal durante a ditadura. Além disso, registramos e interpretamos informações e histórias a partir da materialidade do DOPS/MG, evidenciando a maneira pela qual o espaço foi construído e

alterado ao longo do tempo, considerando sempre os contextos nos quais esteve inserido, incluindo os períodos anteriores e posteriores à ditadura.

Por outro lado, a realização dessa pesquisa acabou atendendo a algumas diretrizes presentes no documento de tombamento estadual do DOPS/MG, que ressaltou a importância da concretização de um trabalho arqueológico no local para a implementação de ações de preservação deste bem cultural:

> [...] a obrigatoriedade de permanecerem vinculados àquela arquitetura, os cômodos, as marcas, os muros e guaritas poderá ser avaliada mais criteriosamente mediante pesquisa que leve a esclarecimentos sobre fatos e lugares onde se atentou contra os direitos humanos e por ocasião da apresentação de propostas concretas.
> A avaliação especializada da arqueologia histórica, da antropologia e da história oral poderá contribuir para a compreensão dos usos e significados atribuídos ao edifício, bem como indica diretrizes específicas de preservação de traços físicos decorrentes do uso do prédio de valor documental, ainda não identificados (IEPHA, 2015, p. 127).

As atividades desenvolvidas foram importantes justamente por iniciar a construção de um acervo informativo e material sobre a história deste COD, que formará parte de um futuro Memorial de Direitos Humanos (MDH) no local e, com isso, reforçar as memórias das ações de repressão e resistência políticas implementadas no Brasil neste período. É relevante mencionar que a construção do MDH envolveu mais do que os estudos arqueológicos apresentados neste livro, pois estes fizeram parte de um projeto maior intitulado "Pesquisas interdisciplinares para subsidiar a musealização do antigo DOPS/MG: leituras da repressão e da resistência", que teve como objetivo fornecer os subsídios necessários para a implementação

do futuro MDH, criado pela Lei 13.448/2000. Esse projeto, desenvolvido por um Grupo de Trabalho (GT) coordenado por professores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)[3], teve caráter multidisciplinar, contando com análises sobre o antigo DOPS/MG construídas a partir dos vieses da História, do Direito, da Museologia e da Arqueologia. Ou seja, os resultados obtidos fazem parte de um projeto maior de patrimonialização e musealização deste lugar, que se tornará um espaço da memória da ditadura civil-militar brasileira, algo que, para a desembargadora Soares (2013), é de suma importância.

De acordo com a autora, os locais utilizados para detenção e tortura de presos em contextos de repressão política e ditadura são bens de interesse arqueológico (de acordo com o Artigo 216, inciso V da Constituição e com o Artigo 2º da Lei 3.924/61), e a investigação deles é parte integrante de um processo que agrega, de forma consistente, valores democráticos à atualidade, garantindo assim que as atrocidades cometidas não se repitam. É basicamente por isso que pesquisas como esta, que se enquadram no campo da Arqueologia da Repressão e da Resistência (Funari; Zarankin, 2006), são essenciais.

No primeiro capítulo deste livro, para contextualizar teoricamente nosso trabalho, é discutido de forma mais aprofundada o desenvolvimento deste campo de estudo na América Latina e no Brasil, bem como a relevância político-social da análise e preservação dos centros de detenção da ditadura

[3] Letícia Julião (coordenadora geral do GT e da área da Museologia), Emílio Peluso Neder Meyer (coordenador da área do Direito), Renata Moreira Márquez (coordenadora da área da Arquitetura), Miriam Hermeto de Sá Motta e Rodrigo Patto Sá Motta (coordenadores da área da História), Andrés Zarankin (coordenador da área da Arqueologia). O GT contou com o endosso institucional da UFMG e com o apoio financeiro da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP) e da Diret. de Proteção e Reparação dos Direitos Humanos, da Subsecretaria de Direitos Humanos e da Sec. de Estado de Desenv. Social de Minas Gerais (SEDESE).

civil-militar brasileira, que se tornam memórias materiais deste regime no país, incluindo aí a memorialização do próprio DOPS/MG. No segundo capítulo, é debatida a atuação do DOPS/MG enquanto órgão repressivo político da ditadura e, no terceiro capítulo, as metodologias implementadas nesta pesquisa junto com os resultados alcançados. Finalizamos o livro com uma série de reflexões a respeito das possibilidades futuras.

# 2. OS CAMINHOS DA ARQUEOLOGIA NA VISIBILIDADE DAS HISTÓRIAS ESQUECIDAS DAS DITADURAS

## 2.1 Quando e como surgiram as pesquisas arqueológicas sobre as ditaduras latino-americanas

A partir dos anos 80, a ideia da Arqueologia enquanto uma prática interpretativa, pluralista, diversa e sem fronteiras temporais ou espaciais, passou a ser defendida por vários arqueólogos/as (Johnson, 2000; Shanks; Hodder, 1995; Shanks; Tilley, 1992). Isso abriu a disciplina a novas possibilidades temáticas e, no campo da Arqueologia Histórica, resultou em abordagens que consideravam questões como etnicidade, identidade, violência, gênero, poder, dentre outros (Zarankin; Salerno, 2007). É neste contexto que se consolidaram as bases para que em inícios dos anos 2000 fossem planteadas as Arqueologias do Contemporâneo e a Arqueologia da Repressão e da Resistência.

As Arqueologias do Contemporâneo questionam a barreira entre o passado e o presente com o preceito de que os cientistas são agentes sociais e políticos e que a interpretação arqueológica é *sobre o presente* e ocorre *no presente* (Hamilakis, 1999; Campbell; Ulin, 2004; Holtorf, 2005). Para Harrison (2011), pensar em uma arqueologia *no* e *do* presente envolve a reconstrução de toda a disciplina arqueológica, orientando-a não mais ao passado e aos "períodos arqueológicos", mas ao presente e às formas pelas quais as narrativas do passado impactam o presente. Dentro dessa linha de raciocínio, é possível então reconhecer, como defende Harrison (2011), a relevância da arqueologia para a sociedade contemporânea e para a análise de seus fundamentos

coloniais, modernistas etc. É aí que entram os estudos sobre a violência e as ruínas do passado recente/contemporâneo ou da "supermodernidade" (González-Ruibal, 2008, 2014; González-Ruibal; Hall, 2015).

Uma das características distintivas dos séculos XX e XXI (supermodernidade) é o predomínio de grandes guerras e violência em escala global (Virilo, 1997). De acordo com González-Ruibal (2008), a partir da Primeira Guerra Mundial, houve um aumento significativo de conflitos, de destruição e, portanto, de violações aos direitos humanos. Genocídios sistemáticos e o desenvolvimento de tecnologias nunca vistas, associadas à indústria bélica (aviões, tanques, submarinos, navios, foguetes, mísseis, Internet, GPS, armas de fogo, bombas, campos de concentração, prisões etc.), caracterizam, portanto, a supermodernidade. Foi levando em consideração esse contexto que diversas disciplinas acadêmicas começaram a incorporar a questão do conflito, violência e memória em suas pesquisas, para discutir problemas importantes sobre um passado recente na nossa sociedade:

> The idea of studying the material remains of twentieth and twenty-first century conflicts emerged in part from this tradition of battlefield archaeology but also drew on a number of other fields […] From heritage management came the idea that even recent material remains of conflict were worthy of protection, preservation and recording. From material studies and anthropology came ever more sophisticated interdisciplinary approaches to violent heritage such as the traces of human agency and interaction, as well as the emerging idea of material agency. From forensic science and criminology came the idea that bodies have stories to tell and that these can serve a therapeutic and commemorative purpose as well as a legal one. Finally, the idea that archaeological techniques and concepts could be applied to the very recent or contemporary past has had significant impacts, as researchers have been drawn towards the study of the material

> manifestations of contemporary processes of oppression and violence (Moshenska; González-Ruibal, 2015, p. 2-3).

Uma das temáticas analisadas sob essa perspectiva diz respeito às estratégias políticas repressivas e de resistência, assim como a construção, desde a materialidade, de memórias associadas à engenharia do extermínio de governos autoritários como, por exemplo, as ditaduras civis-militares latino-americanas, que tiveram início na década de 60 e perduraram até os anos 80.

As pesquisas que abordam essas ditaduras se enquadram na chamada Arqueologia da Repressão e da Resistência, um termo cunhado por Funari e Zarankin, em 2006, com o lançamento do livro *Arqueología de la represión y la resistencia en América Latina 1960-1980*. Esses trabalhos investigam as práticas repressivas implementadas por esses regimes para isolar, reprimir e eliminar os seus possíveis "inimigos" e as táticas de resistência à opressão política empregadas pelos militantes. Ao mesmo tempo, essas análises contribuem, por meio da examinação das materialidades relacionadas a esses contextos, para a construção de memórias materiais que têm o potencial de reforçar as lembranças desses acontecimentos traumáticos:

> [...] a Arqueologia, por trabalhar com materialidades, possibilita a construção de memórias e histórias subalternas que não estão presentes nos discursos oficiais ou que são manipuladas/ distorcidas pelos mesmos. Isso significa que as materialidades relacionadas a esses eventos de violência – como, por exemplo, os centros de detenção, os restos mortais e os objetos encontrados em locais de conflito - podem funcionar então como uma fonte alternativa de informação sobre as experiências vivenciadas nesses contextos extremos, dando voz a diferentes narrativas [...] destinadas ao esquecimento (Lemos, 2020, p. 26).

Essa linha de pesquisa envolve então estudos sobre os usos do passado e a construção de memórias da violência política, análises dos centros de detenção e dos objetos associados à repressão/resistência política, a identificação dos corpos de desaparecidos políticos e a discussão de casos representativos (Zarankin; Salerno, 2008). Na Argentina e Chile, esse campo de estudos se encontra mais desenvolvido, principalmente na Argentina, enquanto no Brasil e no Uruguai ele começou a se fortalecer apenas nos últimos anos (ver Lemos, 2020).

A Argentina, como Salerno e Zarankin (2015, p. 76) colocam, é o país pioneiro no desenvolvimento dessa linha de pesquisa, é "[...] onde se levaram a frente a maior quantidade e diversidade de estudos em torno da temática". Lá, em 1984, foi criada uma equipe de Antropologia Forense (*Equipo Argentino de Antropología Forense* - EAAF), que atuou na identificação e resgate de corpos de desaparecidos políticos não apenas no próprio país, mas em muitos outros localizados na América Latina, na África e na ex-Iugoslávia (Fondebrider, 2006), se tornando uma referência mundial nessa área de pesquisa (Zarankin; Salerno, 2008). E, além da EAAF, outros times de Antropologia Forense foram criados no país: o *Grupo Interdisciplinario de Arqueología y Antropología de Tucumán* (GIAAT) e o *Colectivo de Arqueología, Memoria e Identidad de Tucumán* (CAMIT) (Salerno *et al*., 2012). Além disso, de acordo com o levantamento de Lemos (2020), é também na Argentina que uma maior quantidade de trabalhos arqueológicos voltados para a análise de centros de detenção e de lugares de memória da ditadura foram efetuados. Neste quesito, se destacam as pesquisas arqueológicas realizadas nos ex-CCDs (ex-centros clandestinos de detenção) *Club Atlético*, *D2* e *Pozo* (ver Salerno; Zarankin, 2015). Para completar, também existe uma pesquisa desenvolvida por Salerno (2007), que analisou as vestimentas encontradas em exumações realizadas pela EAAF e sua relação com a desconstrução identitárias dos presos políticos.

No Chile, o *Grupo de Antropología Forense* (GAF), criado em 1990, atuou em diversos trabalhos de exumação até 1994 (Padilla; Reveco, 2004). Também já foram desenvolvidas no país análises de materialidades associadas à repressão/resistência política de seu regime ditatorial, dentre elas, os centros de detenção *Estadio Víctor Jara*, *Cuartel Terranova* e *Londres 38* (Fuentes *et al.*, 2009; Fuenzalida, 2011; San Francisco *et al.*, 2010; Seguel *et al.*, 2013), o Centro Cultural Gabriela Mistral (GAM) (Arcaya *et al.*, 2016), e os panfletos e murais de rua da década de 80 de Santiago ligados às estratégias de resistência (Fuenzalida; Sierralta, 2016). No entanto, como ressalta Fuenzalida (2017), apesar dos estudos realizados nessa linha de pesquisa no país constituírem esforços relevantes, eles não são sistemáticos e ainda não solidificam um campo disciplinar.

No Uruguai, trabalhos forenses foram realizados pela EAAF, no início dos anos 2000, no cemitério de Colônia do Sacramento (Mazz, 2006) e por um grupo de antropologia criado no país em 2005, o *Grupo de Investigação e Antropologia Forense* (GIAF), em cemitérios e centros de detenção no país (Suaréz, 2016). Em relação aos estudos que abordam o funcionamento dos centros de detenção, têm-se como exemplos: uma discussão sobre a história e atuação do ex-CCD *La Tablada Nacional* (Suárez; Tomasini, 2019) e as intervenções arqueológicas realizadas no ex-CCD *Los Vagones del Barrio Olímpico* (Canelones) (Suárez *et al.*, 2019). Isso demonstra que apenas muito recentemente os centros de detenção do Uruguai passaram a ser objeto de análise de arqueólogos, uma situação não muito diferente da do Brasil, visto que apenas a partir de 2014 trabalhos arqueológicos com essa temática começaram a ser publicados.

No Brasil, as buscas por desaparecidos políticos tiveram início ainda nos anos 90, com escavações que foram realizadas nos cemitérios Ricardo de Albuquerque (RJ) e Dom Bosco (SP) e na região do Araguaia (região fronteiriça entre os estados do

Pará, Maranhão e Tocantins). Na década de 2010, as buscas na região do Araguaia continuaram com o Grupo de Trabalho Araguaia (GTA) e o cemitério Vila Formosa (SP) também foi escavado. Além disso, em 2014 foram criados o Grupo de Trabalho Perus (GTP) e o Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF), que se tornaram responsáveis pela identificação dos corpos escavados no cemitério Dom Bosco em 1990 (ver Lemos, 2020; Lemos; Zarankin, 2022).

Em relação às pesquisas/inciativas acadêmicas brasileiras ligadas ao desenvolvimento da Arqueologia da Repressão e da Resistência e à discussão de seu papel político-social, tem-se como exemplos: as edições especiais da *Revista de Arqueologia Pública*, lançada em 2014, e da *Revista da Sociedade de Arqueologia Brasileira* (Revista de Arqueologia), lançada em 2016, com trabalhos que tratam especificamente dessa temática (ver respectivos editoriais Funari, 2014; Rosignoli; Biasatti, 2016); as publicações como a de Anjos (2012), Fernandes *et al.* (2020), Funari *et al.* (2008), Hattori (2019); Lemos (2020), Poloni (2014), Poloni *et al.* (2019), Soares (2013), Soares; Quinalha (2011), Soares; Funari (2014, 2019), e os diversos capítulos presentes no livro organizado por Carvalho *et al.* (2009).

Para completar, diversas pesquisas relacionadas às materialidades da ditadura civil-militar brasileira, como os centros de detenção, têm sido desenvolvidas nos últimos anos: o estudo do Dopinha (ex-CCD de Porto Alegre) realizado por Belle (2017); um levantamento e discussão sobre os espaços da repressão política ditatorial em Belo Horizonte efetuados por Costa (2017); as pesquisas sobre as materialidades do Dopinha, do Presídio da Ilha das Pedras Brancas (RS), da Penitenciária Feminina Madre Pelletier e do DOPS/RS, concretizadas por Baretta (2015, 2017, 2017a, 2020); a análise da Penitenciária Tenente Zeca Rúben desenvolvida por Aquino (2017; 2019); a pesquisa, desenvolvida por Souza (2019), sobre as materialidades e materialização das estratégias repressivas

implementadas pela ditadura na Região do Bico do Papagaio durante a Guerrilha do Araguaia, focada na análise da paisagem da região e dos artefatos que compuseram as bases militares Xambioá e Morro do Urutu; o estudo comparativo entre os Centros Oficiais de Detenção (CODs) DEOPS/SP e DOI-CODI/SP e os CCDs Casa Azul (PA) e Casa da Morte (RJ), efetuado por Lemos (2019); uma discussão sobre as tecnologias da repressão da ditadura brasileira desenvolvida por Maguire (2019); o estudo da Fazenda Guarani (MG) e do Reformatório Krenak (MG) por Maguire (2022); as pesquisas sobre o DOPS/MG já realizadas por Maguire e Costa (2018), e Costa (2020); e uma análise diagnóstica da Casa das 11 Janelas ou 5ª Companhia de Guardas (PA) (Lino; Andrade, 2023).

Em 2023, ocorreu também a segunda escavação arqueológica em um centro de detenção ditatorial brasileiro: o DOI-CODI/SP. Contando com uma equipe de Arqueologia, coordenada pelo Prof. Andrés Zarankin (UFMG), um time de Arqueologia Forense, chefiado pela Profa. Claudia Plens (UNIFESP) e um quadro de Arqueologia Pública encabeçado pela Profa. Aline de Carvalho (UNICAMP), os trabalhos arqueológicos foram desenvolvidos nas duas primeiras semanas de agosto, em parceria com o GT DOI-CODI/SP, coordenado pela historiadora Deborah Neves. Além dessas intervenções terem resultado na descoberta de um calendário inscrito em uma das paredes de um dos banheiros do complexo, centenas de vestígios foram resgatados durante a escavação (materiais de construção como telhas, tijolos, embalagens de alimentos, recipientes de vidro de perfume, tinteiro etc., vestimentas, entre outros)[4] (Plens *et al.*, 2025).

A partir deste breve levantamento aqui apresentado sobre os avanços alcançados no âmbito da Arqueologia da Repressão

[4] Esses vestígios se encontram atualmente em guarda provisória no Laboratório de Arqueologia Pública Paulo Duarte (LAP/UNICAMP).

e da Resistência na América Latina e no Brasil, conclui-se que, apesar de tardio, nos últimos anos ocorreu um fortalecimento substancial deste campo de pesquisa no nosso país, graças, principalmente, ao desenvolvimento de análises sobre as materialidades ligadas a esse regime repressor. Esses trabalhos confirmam, antes de tudo, o potencial da arqueologia para a construção de conhecimento sobre o funcionamento do aparato repressivo ditatorial e sobre as estratégias de resistências implementadas pelos militantes. Nesse sentido, a realização desta pesquisa em específico representou mais um passo importantíssimo na consolidação deste campo de pesquisa no Brasil e na atuação dos arqueólogos na gestão das memórias materiais da ditadura, assunto que será abordado mais profundamente adiante.

## 2.2 A importância da Arqueologia na visibilização das memórias traumáticas da ditadura brasileira

Nas últimas décadas, arqueólogos, museólogos e profissionais do campo patrimonial do mundo inteiro têm discutido sobre o patrimônio conflitivo, desconfortável ou negativo e seu papel sociopolítico. As listagens dolorosas deste tipo de patrimônio incluem vestígios como o muro de Berlim ou as topologias do terror, como os quartéis militares da ditadura argentina e o World Trade Center (Huyssen, 2003). Lugares de memórias difíceis e traumáticas remetem a uma narrativa mais complexa do passado: contradições, controvérsias, acessibilidade e confiança são as questões do patrimônio no século XXI (Funari; Carvalho, 2011).

A arqueóloga australiana Lynn Meskell tem destacado o valor central que processos de interação com a materialidade têm em momentos de crise e a maneira como a materialidade se encaixa nas nossas noções de autenticidade e de experimentar o real, enquanto coletivo humano (Meskell, 2002). Por isso, a

materialidade emerge com um papel central nos processos contemporâneos de produção de lugares de memória, especialmente quando as nossas sociedades contemporâneas – tão frequentemente afastadas da experiência enquanto fonte de conhecimento – se deparam com eventos coletivamente traumáticos. Diante do permanente simulacro do nosso cotidiano, nada melhor do que a materialidade para nos aproximar dos acontecimentos traumáticos, como catástrofes, graves crises políticas, atentados, guerras etc. Afinal, a materialidade tem o poder de ativar e reforçar memórias (Zarankin; Salerno, 2012), ainda conforme Lemos (2016):

> [...] a materialidade é imprescindível para a construção de memórias. Sendo assim, todas as memórias são materiais. Mas as memórias e os passados são construídos no presente, de acordo com circunstâncias sociais e ideológicas, pois a memória, segundo Meneses (1984), é seletiva (não registra tudo e nem tudo que registra afeta a consciência) e indutiva, subjetiva. Queremos dizer que a construção de memórias, os processos de lembrança e esquecimento são sociais, políticos, assim como o uso da materialidade nesses processos (p. 76).

A questão que surge então é: o que fazer com a materialidade dos conflitos e das catástrofes?

Meskell (2002) propõe que só cabem duas opções diante do patrimônio negativo: o apagamento – se não existir possibilidade alguma de incorporação – ou a sua mobilização para propósitos didáticos. Enquanto profissionais atuantes no campo da memória, nós arqueólogos/as, historiadores e museólogos, podemos mobilizar essas materialidades e contribuir para a reflexão crítica sobre um passado doloroso, mas importante e que, como os fenômenos de memorialização indicam, precisa ser publicamente conhecido e discutido. Entendemos que a nossa tarefa de pesquisa e mediação precisa se colocar à altura desse desafio. Seguindo a Bruno Latour

(2005), o arqueólogo Alfredo González-Ruibal (2007) tem defendido a estratégia de utilizar a disciplina arqueológica como um exercício de "fazer as coisas públicas e simétricas".

É por isso que a Arqueologia da Repressão e da Resistência se volta também para a construção de memórias materiais do terrorismo de Estado das ditaduras latino-americanas, que podem contribuir com o conhecimento, muitas vezes ainda obscuro e esparso, sobre o período ditatorial (Zarankin; Funari, 2008; Zarankin; Salerno, 2008). De acordo com o arqueólogo uruguaio Jose Lopez Mazz (2006, p. 149), com as práticas arqueológicas realizadas nesse âmbito, se busca democratizar a memória histórica, conhecendo melhor os "esquecidos", os "oprimidos", aqueles que permanecem invisíveis na história oficial.

> [...] a investigação de centros de detenção, tortura e morte clandestinos, valas comuns e outros locais de desaparecimento de vítimas, entre outros sítios possíveis, bem como das materialidades associadas a esses locais, permite dar voz e identidade a vítimas, gerar provas, comprovar testemunhos, bem como desmistificar discursos oficiais ou acrescentar a estes aspectos omitidos. O papel do mundo material, sua força discursiva, emergida em contextos de abjeção, negação ou esquecimento (Pollak, 1989), como os mencionados, permite à Arqueologia da Repressão e da Resistência atuar de forma significativa na consolidação dos quatro pilares da Justiça de Transição, a saber: o do direito à memória e à verdade; o das reformas institucionais; o das reparações simbólicas e financeiras; e, finalmente, o da responsabilização por atos praticados no período autoritário (Poloni *et al.*, 2019, p. 58).

Ou seja, a Arqueologia da Repressão e da Resistência tem a potencialidade de, por meio do estudo das materialidades da repressão/resistência política, trazer à tona as histórias subalternas, de empoderar as memórias chamadas por Pollak (1989) de subterrâneas e marginalizadas (Lemos, 2019). Nesse

sentido, o desenvolvimento deste campo de pesquisa é ainda mais importante no Brasil, considerando que durante muitos anos, no nosso país, prevaleceu uma política de "esquecimento", de "silenciamento" e de "manipulação" dos fatos ocorridos durante a ditadura (Brito, 2017).

Segundo Lemos e Zarankin (2022), essa política de "esquecimento" é consequência de uma falsa "ideologia da reconciliação" (Bauer, 2015). Essa política teve início com a promulgação da Lei da Anistia (Lei nº. 6.683/79), que responsabilizou, de forma equiparada, tanto as vítimas quanto os agentes do Estado pelos atos de violência política cometidos na época, estimulando uma reconciliação entre as partes e, com isso, o silêncio e o esquecimento (Bauer, 2015). Essa noção perdurou por todos os governos democráticos, que buscaram o consenso por meio de suas ações políticas, silenciando pessoas, fatos e lugares (Ferraz; Campos, 2018). Como Vieira e Neves (2015) colocam muito bem, a ideia de que a Lei da Anistia pudesse ser um ponto final, no qual toda história simplesmente seria esquecida, intensificou o trauma e dificultou a sua superação o que, por outro lado, resultou na perduração de vestígios autoritários no período democrático. Cunha (2014) chega afirmar que a ditadura não acabou em 1985, quando José Sarney assumiu a presidência. Para a autora, a ditadura foi silenciada e introjetada nas nossas instituições e práticas, dando como exemplo o fato de termos uma polícia **militar** que, ainda por cima, tem uma atuação violenta, e da tortura ainda ser praticada nas prisões brasileiras.

Além disso, temos que considerar que muitos setores da sociedade brasileira apoiaram a ditadura o que, sem dúvidas, fortaleceu essas tentativas de esquecimento, de reconciliação, e de tratar os crimes humanitários cometidos nessa época como uma temática ultrapassada com o fim do regime ditatorial (Ridenti, 2001). Para complicar a situação ainda mais, com a volta da democracia, essa parcela da sociedade conseguiu se

manter no poder (Anjos, 2012; Funari; Oliveira, 2006). E, obviamente, essas pessoas, não tinham e não têm interesse de "reabrir as feridas do passado" ou de serem responsabilizadas pelo que aconteceu (Lemos; Zarankin, 2022)

Ridenti (2001) assevera que:

> Resultado: sobra a cobrança da dívida política da ditadura para setores restritos, vistos como um punhado de *quixotes radicais*. Estes, contudo, não lutam contra moinhos de vento. As garras de seus inimigos continuam afiadas, prontas para dar o bote, se necessário. Por isso, também, o esclarecimento das circunstâncias históricas em que foram presos, torturados ou mortos os inimigos do regime civil-militar ser essencial para a construção de um presente e futuro de democracia social e política (Ridenti, 2001, p. 23-24).

No entanto, mesmo com a política de "reconciliação" e "silenciamento", foram alcançados avanços na construção de memórias da ditadura, com ações que buscaram divulgar, discutir e aclarar os crimes políticos cometidos pelo Estado, graças aos esforços dos "quixotes radicais": os grupos de perseguidos políticos e de seus familiares e a comunidade internacional (Lemos; Zarankin, 2022). Dentre esses avanços estão: a Lei dos Desaparecidos de 1995 (Lei nº. 9.140/95), que criou a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP); a Lei nº. 10.559 de 2002, que criou a Comissão da Anistia; o início das Caravanas da Anistia em 2008; a mobilização de ações penais no país, a partir de 2008, pelo ministério público contra os agentes estatais da ditadura pelos crimes humanitários cometidos; a condenação do Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos, em 2010, que resultou na Lei nº. 12.527 de 2011, que abriu parcialmente o acesso aos arquivos da ditadura, e na Lei n° 12.528, também de 2011, que criou a Comissão Nacional da Verdade (CNV); outra condenação do Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos, em 2018, que cobrou a

abertura de uma nova investigação e de um processo penal sobre o assassinato de Vladimir Herzog.

Alguns poucos avanços também foram alcançados no Brasil em relação à construção de lugares de memória da ditadura. Os lugares de memória, segundo Nora (1993), são espaços que têm a potencialidade de transmitir, por meio de sua materialidade, memórias de acontecimentos que não são mais reconhecidos pela sociedade ou pelos grupos sociais a eles envolvidos como parte do seu passado. Sendo assim, os lugares de memória da ditadura seriam memórias materiais (monumentos, memoriais etc.) das experiências traumáticas ligadas a esse regime. Em outras palavras:

> [...] são considerados lugares de memória todos aqueles lugares onde se cometeram graves violações aos direitos humanos, ou aonde se resistiram ou se enfrentaram essas violações, ou que por algum motivo as vítimas, seus familiares ou as comunidades os associam com tais acontecimentos, e que são utilizados para recuperar, repensar, e transmitir o conhecimento sobre processos traumáticos, e/ou para homenagear e reparar as vítimas (IPPDH, 2012, p. 21).

Acontece que devido à política de "reconciliação" e "silenciamento", a quantidade de lugares de memória oficialmente reconhecidos no nosso país, de acordo com Lemos (2016), é ínfima. Além de alguns poucos monumentos construídos em diferentes cidades brasileiras, que homenageiam mortos e desaparecidos políticos, um dos únicos centros de memória da ditadura existente no Brasil foi criado em 2009, o Memorial da Resistência de São Paulo, sediado no antigo DOPS/SP, que foi tombado como patrimônio histórico em 1999 (Lemos, 2016). Em 2015, foi montado um grupo de trabalho, pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), com o objetivo de desenvolver um estudo do ex-CCD Casa Azul para subsidiar seu tombamento que, até o momento, não foi efetivado. A Ilha das Pedras Brancas (Ilha do

Presídio - RS), que abrigou um presídio que funcionou durante a ditadura, foi tombada em 2014, mas não se tornou um memorial. Por outro lado, o DOI-CODI/SP e o edifício das Auditorias Militares de São Paulo também foram tombados, respectivamente em 2014 e 2002, visto que existe um planejamento para se tornarem centros de memória. De forma semelhante, o DOPS/MG, tombado em 2016, irá se tornar o "Memorial de Direitos Humanos".

Considerando este cenário no qual existem poucas memórias materiais ou lugares de memória para reforçar as histórias e memórias subterrâneas desse regime que por muito tempo foram "silenciadas", o estudo do local que foi o antigo DOPS/MG, inclusive pelo viés arqueológico, e sua transformação em memorial ganham grande importância e destaque. Afinal, este foi um dos principais centros de detenção de Minas Gerais e é o caráter emotivo e traumático do seu espaço que faz com que seja possível materializar este aspecto do passado, para que a memória se torne palpável e acessível, contribuindo para o entendimento do que foi a ditadura civil-militar brasileira e como o DOPS/MG foi parte deste regime. Para completar, o caráter imediato da experiência da visita ao imóvel, quando este se tornar um memorial, será parte conformadora para a compreensão pelo público do contexto conturbado dos nossos processos sociopolíticos contemporâneos. Mas de que forma exatamente a Arqueologia colaborou neste processo de pesquisa e memorialização do DOPS/MG?

O trabalho arqueológico consistiu em evidenciar e problematizar as ligações entre a materialidade do órgão e as práticas de lesa humanidade cometidas na ditadura. Sendo que, no seu estado atual, com estruturas que ainda mantêm características que remetem ao funcionamento do DOPS/MG, o local tem grande potencial para fornecer informações valorosas sobre o cotidiano deste órgão repressivo. Inclusive através do contato com as testemunhas, pessoas que experienciaram essas

materialidades no passado e que podem, agora no presente, situar suas experiências e auxiliar na identificação de espaços específicos – como salas de tortura, locais de cárcere clandestino etc. Esse entrecruzamento foi altamente expressivo e, sem dúvidas, importante na produção de dados que auxiliam no entendimento deste aparato repressor da ditadura.

Percebe-se que entender a estrutura arquitetônica do imóvel do DOPS/MG foi fundamental para inseri-lo no contexto de repressão do período ditatorial brasileiro. O "objeto arquitetônico" pode ser compreendido como uma materialidade que é indissociável dos contextos sociais, econômicos, políticos e simbólicos nos quais foi produzida e utilizada, sendo objeto e agente nas relações sociais cotidianas vivenciadas em seu espaço. Isso significa que, por meio do estudo da arquitetura de uma determinada sociedade, é possível conhecer e entender as suas estruturas socioculturais (Hodder, 1994; Markus, 1993; Moreira; Soares, 2015; Pearson; Richards 1994; Zarankin, 2002). Sendo assim, compreender a função e a ideologia simbólica das estruturas arquitetônicas dos centros de detenção é uma forma de entender a agência do sistema repressivo ditatorial, assim como suas estratégias de controle e exercício do poder e as táticas de resistência de seus opositores (Costa, 2017). Unindo essa potencialidade da análise arqueológica das estruturas arquitetônicas e espaciais do DOPS/MG às informações que podem ser adquiridas por meio da escavação arqueológica no local e da recuperação de uma variedade de objetos ligados ao seu funcionamento diário, a Arqueologia acabou se tornando peça fundamental para desvendar a atuação cotidiana deste órgão.

Ou seja, a Arqueologia foi um campo de essencial importância para fornecer subsídios para a interpretação contextual dos vestígios materiais do DOPS/MG. A Arqueologia, com suas expertises, possibilitou que a leitura fosse realizada com maior profundidade e riqueza de detalhes, fornecendo assim informações únicas para a elaboração da implementação do

memorial. Consideramos que quando o MDH for finalmente implantado, os resultados e coleções arqueológicas produzidas e resgatadas serão potencializadores de narrativas mnemônicas sobre este passado e lugar específicos.

# 3. A REPRESSÃO POLÍTICA DO DOPS/MG NA DITADURA

A sede do DOPS/MG foi construída no ano de 1958, com a finalidade de abrigar o Departamento, entretanto a criação do departamento remonta aos anos 20. No ano de 1924, o estado de São Paulo criou a primeira Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) em sua capital (Motta, 2006, 2013). Enquanto isso, Minas Gerais, já em 1922, também investia na polícia política por meio de um setor da Polícia Civil chamado Gabinete de Investigações e Capturas, sob controle do Serviço de Investigações (Assunção, 2006 *apud* Silva, 2018). Foi em 1927 que se implantou a então Delegacia de Segurança Pessoal e Ordem Política e Social – ainda subordinada ao Serviço de Investigações. Posteriormente, em 1931, a instituição foi desmembrada em duas delegacias: a Delegacia de Segurança Pessoal e a Delegacia de Ordem Pública (DOP); esta última, de acordo com Rosângela Assunção (2006), foi responsável inclusive pela apuração de crimes "contra a Segurança Nacional e Economia Popular", diretamente focada em limitar a ação dos movimentos subversivos, principalmente o comunista, através de intensa vigilância e controle (Costa, 2020).

Durante a década de 50, o órgão passou por uma reestruturação organizacional e, no ano de 1954, foi denominado Delegacia Especializada de Ordem Pública (DEOP) (Assunção, 2006; Barbosa, 2012; Silva, 2018). A preocupação com a movimentação de grupos comunistas e o controle das oposições às políticas vigentes já se estruturavam e se sistematizavam nessa delegacia – que posteriormente se tornaria o DOPS/MG – bem antes da ditadura de 1964. Esse esforço direcionado para a repressão política já era materializado nos tipos de armamentos adotados pelo DEOP nesse período. Tais armamentos, além de

incluir armas "comuns" como revólveres, também incluíam itens específicos para cercear mobilizações e controlar multidões, como pistolas de gás lacrimogênio e "cargas de gás" para cassetetes (Assunção, 2006; Costa, 2020).

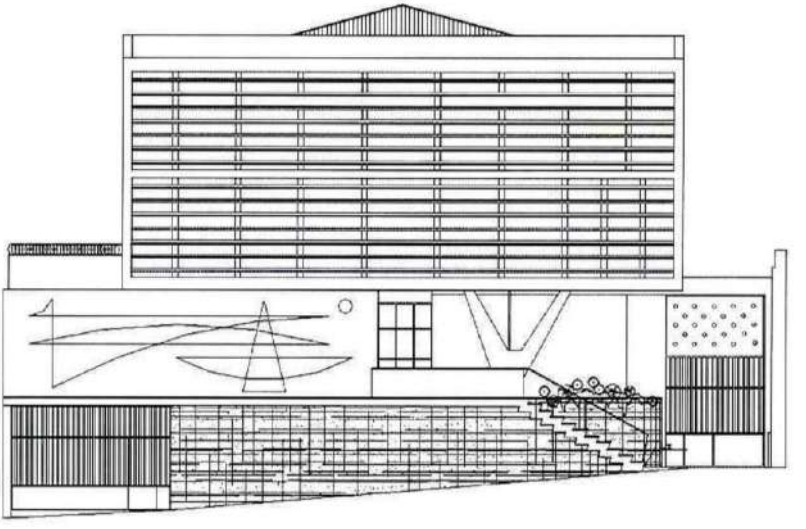
Foi um momento de intensas reformas administrativas em que o investimento nos órgãos de Segurança do Estado estava em alta, tanto que entre 1956 e 1959 também foram edificadas novas sedes para o Departamento de Investigações (D.I.) e o Departamento Estadual de Trânsito (DET – atual DETRAN), que, assim como o prédio do DOPS/MG, foram desenhadas pelo arquiteto Hélio Ferreira Pinto (Silva, 2018). Além disso, em 1956, a "Chefia de Polícia" foi transformada em Secretaria de Segurança Pública, fazendo com que a Polícia Civil de Minas Gerais tivesse um maior destaque e, por conseguinte, também o DOPS.

A polícia especializada que se desenvolvia no DOPS tinha como função não apenas manter a ordem pública, mas também a *social*. Este fator se fez ver inclusive pela existência de uma área do Departamento com foco no combate às drogas através da *Brigada do Vício* (Motta, 2013). Com a transformação do DOPS/MG em um Departamento – de fato – e a importância que ele adquiria dentro da estrutura de Segurança, fez-se necessária a criação de espaços físicos com condições para comportar a contingência funcional da instituição.

A nova sede do DOPS foi construída na região central da capital mineira, pela Construtora Loyola Ltda em apenas cinco meses. No próprio Dossiê de Tombamento do prédio há uma discussão acerca do estilo arquitetônico no qual o prédio se insere, já que, desde seu projeto, ele é vinculado a uma tradição modernista. Porém, um modernismo com "concessões às soluções tradicionais", dentro do chamado modernismo

vanguardista[5] (IEPHA, 2015, p. 47). Como discutido também por Costa (2020), os aspectos do modernismo no prédio se apresentam na fachada (Figura 6), com a presença de estilemas, com um "prisma" de sustentação de alto impacto visual, além de conter um painel artístico (Figura 7), de criação de Haroldo Mattos, mesclando "arquitetura e arte", contendo ainda um pilar em formato "V", que, segundo o Dossiê de Tombamento, tem função apenas estética, pois não aparenta realmente ser necessário para o sustento da estrutura.

**Figura 6** - Representação da fachada do edifício.



Fonte: IEPHA (2015).

[5] O movimento moderno, que data do início do século XX, de forma geral tinha como característica a contraposição às formas tradicionais de organização social e das artes. Duas correntes que disputavam a hegemonia do movimento moderno era o modernismo de vanguarda e o modernismo *art déco* e racionalismo clássico. Onde o primeiro seria uma tentativa maior de ruptura com os preceitos clássicos e tradicionais, e o segundo uma tentativa de se apegar às concepções clássicas e "resistir" às transformações. Para mais detalhes ver IEPHA (2015).

**Figura 7** - Detalhe do painel artístico na fachada do edifício.



Fonte: Costa (2020).

Essas considerações sobre a maneira com que o espaço foi projetado se mostram relevantes enquanto indicador de que, desde sua construção, o prédio foi pensado para passar a ideia de "modernidade", que está não somente relacionada ao modernismo enquanto movimento e estilo arquitetônico, mas à ideia da modernização da polícia, que implica no DOPS enquanto um departamento de alto nível técnico. Essa ideia da polícia moderna também é discutida por Motta (2010), que afirma:

> Modernizar aqui não tinha implicações sociais e menos ainda preocupações com os direitos individuais: significava simplesmente aumentar a eficiência técnica. O moderno aqui entrava em choque com a modernidade, posto que um dos atributos desta é o reconhecimento do indivíduo e de seus direitos fundamentais, como liberdade de pensamento, de reunião e de expressão (Motta, 2010, p. 259).

O prédio do DOPS/MG, diretamente ligado às pautas da polícia política enquanto uma instituição de "inteligência", ao longo da década de 1960 foi se transformando num espaço

altamente repressor, característica esta que fica clara após o golpe de Estado de 1964. Com a ditadura civil-militar, a delegacia "moderna" e "eficiente", assim como os outros DOPSs espalhados pelo país, foi reformulada, militarizada e passou a funcionar de acordo com os preceitos da Doutrina da Segurança Nacional (DSN) (Bauer, 2007), se tornando um dos maiores centros de tortura da capital mineira.

Já nos anos iniciais de ditadura, era nos DOPSs que se realizavam os Inquéritos Policiais Militares (IPMs), os interrogatórios, buscas, apreensões, perícias e vistorias (CNV, 2014). O papel principal dos Departamentos foi o de coletar informações dos suspeitos e das organizações consideradas "subversivas" pelo governo para fornecer dados aos órgãos de inteligência nacional (Kushnir, 2006 *apud* Silva, 2018). Os DOPSs, em teoria, funcionavam enquanto locais de triagem e fichamento dos presos, mas, na realidade, nas suas dependências aconteceram atividades clandestinas, como tortura e detenções ilegais (CNV, 2014). Com o decreto do AI-5 e o início dos "anos de chumbo", a truculência dos interrogatórios se intensificou, trazendo um novo e mais violento modo operacional.

A partir de 1970, o terceiro e quarto andares do DOPS/MG foram ocupados pelo DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna). Pouco foi escrito sobre o período de atuação da organização no prédio. De acordo com Joffily (2008), a falta de dados e registros acerca da entrada do órgão no DOPS/MG está relacionada à própria lógica de funcionamento dos DOI-CODIs, sempre em confidencialidade com conexão ao alto escalão das Forças Armadas.

Foi neste momento que as diversas denúncias de tortura começaram de fato a aparecer, sendo agora a prisão clandestina, a tortura e a violência elementos marcantes e as principais características do *modus operandi* do DOPS/DOI-CODI de Minas Gerais. E, como nos "anos de chumbo" o DOPS/MG manteve

sua função de "fichar" e identificar os presos políticos, o número de pessoas que passaram por este departamento durante a ditadura civil-militar foi enorme, já que era "a porta de entrada" para a repressão (IEPHA, 2015). Além disso, como os primeiros interrogatórios ocorriam no DOPS/MG, este órgão teve um caráter estratégico na malha tecida pelo sistema de informações da ditadura e pelas operações de perseguição à oposição.

De acordo com Robson Sávio de Souza, ex-coordenador da Comissão Estadual de Indenização das Vítimas de Tortura (CEIVIT):

> O DOPS era uma espécie de QG de tortura. **Não era uma prisão permanente, era um centro de tortura.** Quando se concluía que o período de prisão seria estendido, o preso era encaminhado para a penitenciária de Ribeirão das Neves "José Maria Alkimin", ou eram levados para a penitenciária de Linhares, em Juiz de Fora (Robson Sávio de Souza. Relato oral. 02/07/2013. Fonte: IEPHA, 2015).

Ou seja, o DOPS/MG foi um centro de detenção e tortura e sua materialidade reflete essa funcionalidade. Algumas das modificações registradas no prédio remetem às práticas do paradigma da "tortura psicológica" ou "tortura científica" (Maguire; Costa, 2018), destinadas a desestabilizar psicologicamente os detentos através do impacto sobre os seus corpos. Um dos exemplos é a existência de um cômodo à prova de som (Figura 8), completamente revestido por placas de cortiça[6] nas paredes e no teto. É a "sala de cortiças", localizada no segundo andar, no anexo lateral do edifício principal, construído ao lado de uma antiga sala do delegado.

[6] A cortiça é um material de origem vegetal, com grande poder isolante.

**Figura 8** - Sala de cortiças. À esquerda, a sala vista de dentro e, à direita, detalhes do degrau e do revestimento de madeira do chão.



Fonte: Costa (2020).

Este espaço, segundo o Dossiê de Tombamento do prédio, "apresenta indícios de ter sido usado como cômodo para interrogatório e tortura de presos, supostamente no período da ditadura" (IEPHA, 2015, p. 83). Isso porque o forro de cortiça provavelmente foi instalado para isolar acusticamente esta sala, que ainda possui piso de madeira, outro tipo de material também conhecido por sua capacidade de "retenção" de propagações sonoras. Para completar, uma das portas deste espaço é voltada para a sala do delegado, passando antes por um cômodo, que anteriormente funcionava enquanto banheiro, e a outra porta dá acesso a uma sala acoplada, que através de uma escada faz conexão direta com o pátio no primeiro andar, próximo à área da carceragem do órgão. Ou seja, este cômodo, ligado à sala do delegado, ainda possuía fácil acesso à área da carceragem, o que garantia rápida mobilidade entre estes espaços, algo que deveria ser muito útil quando os presos eram levados para tortura.

Detalhe que também chama a atenção é um nicho na parede, uma espécie de "janela" gradeada, e uma porta que dão direto à sala "acoplada" (que também compõe este anexo lateral ao edifício principal) (Figura 9). Essa "janela" pode ter sido também coberta por cortiças em momento anterior, ou fechada por vidro. Não se sabe exatamente.

**Figura 9** - Sala de cortiças vista a partir da sala acoplada.



Fonte: Costa (2020).

Mas sabe-se que a sala de cortiças e a sala "acoplada", de acordo com relato do ex-preso político Sálvio Humberto Penna, em entrevista à Costa (2020), foram construídas justamente entre os anos de 1971 e 1972. Todos esses dados reforçam que este espaço foi utilizado para tortura. Afinal, ele foi construído no início da década de 70, estava localizado estrategicamente e possuía isolamento acústico, que além de ter servido para impedir que algum barulho (por exemplo, gritos) fosse percebido por quem estivesse do lado de fora ou em outra parte do edifício, pode ter servido também como uma ferramenta para

causar privação sonora nos presos, outra forma de tortura (Costa, 2020).

O problema é que ainda faltam muitas informações acerca da construção desses cômodos de características peculiares (eles não constam nas plantas arquitetônicas originais do edifício, o que apenas indica que foram construídos posteriormente) e de suas utilizações, pois, até o momento, são locais pouco mencionados em depoimentos. De qualquer forma, como foi levantado pela Comissão Estadual da Verdade em Minas Gerais (2017) e outras pesquisas (Silva, 2018; Costa, 2020), os relatos de ex-presas e presos políticos indicam claramente que os andares superiores do prédio, os espaços ocupados pelo DOI-CODI, também foram locais de interrogatórios e torturas.

Ademais, o uso da tortura em Belo Horizonte foi denunciado dentro e fora do Brasil durante o próprio período ditatorial e pouco tempo depois. Vários lugares de internação e prisão da capital mineira se destacaram entre as acusações das organizações políticas que denunciavam o uso da tortura na época ditatorial[7]. As denúncias foram verificadas no contexto do trabalho das Comissões da Verdade (CNV, 2014; COVEMG, 2017). Já o envolvimento de determinadas figuras como o assessor da USAID, Dan Mitrione, com a polícia brasileira e a prática das torturas, no início da década de 60, tem sido problematizado pela historiografia (Motta, 2010). O agente foi homenageado pela ditadura, que deu o seu nome a uma rua. Porém, periodicamente as acusações sobre o seu envolvimento com práticas de lesa humanidade retornam, mostrando a

[7] Em 1970, foi publicado nos EUA o Documento de Linhares, redigido por Ângelo Pezzuti, militante do grupo armado Colina, do interior do presídio mineiro de Linhares. O texto detalhava as torturas sofridas no interior de vários lugares de prisão do estado de Minas Gerais e descrevia uma aula de tortura ministrada no salão da Primeira Companhia de Polícia do Exército por um tenente brasileiro (Gaspari, 2009).

relevância da figura para a memória política do país e da cidade[8].

Tudo isso reforça que o DOPS/MG, assim como outros órgãos repressivos em BH, tinha uma atuação pautada pela violência durante a ditadura. Entretanto, a trajetória do DOPS/MG, entre meados dos anos 70 a 89 – quando foi oficialmente extinto – é ainda pouco conhecida. De acordo com Silva (2018), no ano de 1982, o Departamento passou por uma reestruturação e a Delegacia de Vigilância Especial, que compunha a rede direcionada ao combate ao comunismo, passou a ser a Delegacia de Crimes contra a Administração Pública, perdendo o caráter de perseguição polícia, pois no contexto da redemocratização as pautas em nome da Segurança Nacional já não se sustentavam.

O fim do DOPS/MG, no ano de 1989, não significou o fim da tortura no prédio. Durante a década de 90, o Departamento Estadual de Operações Especiais (DEOESP) passou a ocupar suas instalações. O DEOESP "herdou" algumas das delegacias que eram parte da estrutura investigativa do DOPS: a de Armas, Munições e Explosivos e a de Crimes Contra a Administração Pública (IEPHA, 2015).

Durante o período de atuação do DEOESP (1989 a 2008), várias foram as denúncias sobre violação dos direitos humanos no prédio, algo que inclusive foi investigado na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), no ano de 1997, com o objetivo averiguar as acusações contra o Sistema Penitenciário Mineiro. De acordo com Silva (2018, p. 55-56):

[8] Jornalistas e colunistas de diversas tendências políticas têm destacado a relevância deste agente na ditadura. Ver: https://cultura.estadao.com.br/blogs/luiz-zanin/estado-de-sitio/ e https://jornalggn.com.br/ditadura/o-professor-de-tortura-e-o-chefe-de-policia-por-luiza-villamea/.

> Realizada em 15 de abril, a primeira reunião da CPI definiu pela intimação de cerca de oito agentes do Deoesp e pela transferência de presos que denunciaram terem seus direitos humanos violados nesse Departamento. Já na 2ª reunião, outros relatos foram coletados tais como o do bancário Sidney Cangussu e o do empresário Antônio Barbosa do Carmo, que em distintas ocasiões afirmaram terem sido vítimas de tortura nas dependências do Deoesp, com várias sessões de **choque**, **afogamento e pau-de-arara**, que por sua vez teriam sido aplicadas pelos delegados André Luiz da Rocha, Antônio João Reis e acompanhadas pelo detetive e estudante de Medicina Fábio Marques Bandeira.

A menção à tortura por meio de choques elétricos e do pau-de-arara remontam às narrativas que rodeiam o prédio desde a década de 70. As instituições são outras, os presos agora também são outros, mas o *modus operandi* ainda se assemelha. O que é "novo" nas denúncias da CPI de 1997, fugindo um pouco dos testemunhos anteriores, é o uso dos "afogamentos". Apesar dos "afogamentos" não serem uma prática relatada pelos ex-presos políticos, sabe-se que esta foi uma das estratégias de tortura utilizadas rotineiramente no regime civil-militar:

> Uma das formas mais comuns consiste em derramar-se água ou uma mistura de água com querosene ou amoníaco ou outro líquido qualquer pelo nariz da vítima, já pendurada de cabeça para baixo (como, por exemplo, no pau de arara). Outra forma consiste em vedar as narinas e introduzir uma mangueira na boca, por onde é despejada a água. **Outras formas, ainda, são: mergulhar-se a cabeça do preso em um tanque, tambor ou balde de água, forçando-lhe a nuca para baixo; "pescaria", quando amarrada uma longa corda por sob os braços do preso e este é lançado em um poço ou mesmo em rios ou lagoas, afrouxando-se e puxando-se a corda de tempo em tempo** (CNV, 2014, p. 368-369).

Além das denúncias da prática de "afogamentos", existe também o relato de um policial civil sobre a utilização da

estratégia "esquenta e esfria", no DEOESP, como uma forma de tortura, relacionada a uma estrutura arquitetônica localizada na extremidade lateral do estacionamento do prédio que contém uma "sauna e piscina" (Figuras 10 e 11):

> Em um canto do estacionamento do DOPS, ou seja, **estrategicamente localizado fora do edifício principa**l, existe uma pequena sala, ainda hoje conhecida pelo apelido de sauna. **Nela observa-se uma marcação no chão, feita em cimento, encobrindo a existência de uma antiga "piscina" ou tanque azulejado, de raio pequeno, impossível de ser utilizada para a prática da natação, mas com uma profundidade significativa, capaz de cobrir uma pessoa adulta. Na mesma sala, existe um cubículo, também azulejado, com capacidade para abrigar alguns homens em pé. Nela funcionava a "sauna"**. Esse local, **segundo o relato de um policial civil que preferiu não se identificar, era apresentado aos "de fora" como sendo um espaço de lazer dos funcionários onde, nos finais de semana**, se fazia churrasco e se refrescavam. Tratava-se, no entanto, de uma **sala de tortura, onde os presos passavam pelo que o policial chamou de "esquenta e esfria". Após ser colocado no calor da sauna, o preso passava por sessões de afogamento na "piscina".** (IEPHA, 2015, p. 39).

**Figura 10** - Foto do cômodo principal da estrutura arquitetônica que abriga a "sauna e piscina" e foto do banheiro localizado dentro dessa estrutura.



Fonte: Caroline Lemos (2018).

**Figura 11 -** Foto do aposento da sauna praticamente sem o revestimento em madeira e foto do cômodo de azulejos, com chuveiro e termostato que fica acoplado à sauna.



Fonte: Caroline Lemos (2018).

A "sauna", como pode-se observar na Figura 11, está com apenas parte do revestimento em madeira no lugar, o resto já foi arrancado. O espaço possui quatro cômodos no total: o principal, onde fica o "poço" (chamado de "piscina") (Figura 10), e três adjacentes, sendo um deles, um banheiro (Figura 10) e os outros dois relacionados à sauna (Figura 11). Antes da sauna e acoplado a ela, há um cômodo com as paredes azulejadas e um chuveiro (Figura 11). É uma típica estrutura de "sauna a seco", isto é, que funciona a partir de um termostato que aquece as paredes, revestidas por placas de madeira.

A estratégia de tortura do "esquenta-esfria", ligada à utilização da "sauna e piscina", é mencionada no manual *Kubark Counterintelligence Interrogation*, um manual de interrogatório elaborado pela *Central Intelligence Agency* (CIA) e utilizado nos treinamentos da Escola das Américas. O *Kubark* foi, segundo Bauer (2011), traduzido e adaptado, dando origem ao "Manual de Interrogatório" do CIE de 1971, utilizado por órgãos como o DOPS/MG na ditadura. Segundo o *Kubark*, o "esquenta-esfria" consiste basicamente no aquecimento do corpo do interrogado em um ambiente quente (como uma sauna) e então no rápido resfriamento do mesmo em água fria (CIA, 1963; Mccoy, 2005; Maguire; Costa, 2018). Ou seja, essa estratégia de tortura utilizada no DEOESP remonta de fato ao período ditatorial. O problema é que não foi possível atestar, com a análise arqueológica e com o estudo dos relatos orais de ex-presos políticos, se a estrutura arquitetônica que abrigava a "sauna e piscina" já existia na época de funcionamento do DOPS/MG e se ela chegou a ser utilizada por seus agentes para torturas.

De qualquer maneira, o importante a ser ressaltado é que os relatos de tortura em período posterior ao fim do DOPS/MG indicam que a prática continuou institucionalizada no prédio, com locais específicos e estruturados para tal. Outro indicativo da utilização de espaços e estruturas específicas para tortura no DEOESP é a menção de uma sala chamada de "Igrejinha"

(Figura 12). Nessa sala, de acordo com as denúncias, eram aplicados choques elétricos nos presos e era montado o pau-de-arara (Ângelo, 1999; Silva, 2018). Na visita que a CPI do Sistema Penitenciário realizou ao DEOESP, em 1997, este cômodo foi localizado no primeiro andar na área externa à carceragem, logo em frente ao pátio onde os presos tomavam sol[9]. A partir das filmagens realizadas no contexto da visita da CPI, pode-se ver que o local era de fácil acesso às celas, sem a necessidade de percorrer outros andares do prédio ou chamar a atenção dos demais funcionários do Departamento. Diferente do contexto de tortura na década de 70, onde o pau-de-arara era montado a partir de um "cavalete", sendo um aparato completamente móvel, nesse caso ele era montado a partir de um cano de metal apoiado em um suporte na parede da sala "Igrejinha" e em uma mureta de cimento no meio do cômodo, deixando marcas visíveis no local onde era posicionado (Figura 12) (Costa, 2020).

No ano de 2008, numa conjuntura de reestruturação da Polícia Civil, o DEOESP foi transferido do prédio. Com isso, o Departamento de Investigação Antidrogas passou a ocupar os andares superiores e a carceragem foi utilizada pelo Centro de Remanejamento do Sistema Prisional da Regional Centro Sul (CERESP/Centro Sul), local destinado a receber mulheres presas em flagrante ou com prisão decretada, sendo apenas uma prisão temporária, onde se aguarda o julgamento (IEPHA, 2015; Costa, 2017).

[9] Nessa visita, o canal de TV da Assembleia Legislativa de Minas Gerais realizou uma gravação com entrevistas dos presos e o reconhecimento da "Igrejinha": Minas Gerais, Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 1997. **Vídeo da visita da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI do Sistema Carcerário ao Departamento Estadual de Operações Especiais (DEOESP/MG)**. 9 de abril de 1997.

**Figura 12** - Imagens da "Igrejinha".



Fonte: Minas Gerais (1997).[10]

Como discutido por Silva (2018), mesmo com o fim do DEOESP e com a implantação do CERESP no prédio, a situação das presas era precária, várias denúncias apontavam para violações aos direitos humanos que ainda ocorriam no local. Em 2014, o jornal *O Tempo* publicou uma reportagem onde a promotora Nísia Mônica Silva, coordenadora do Centro Operacional da Promotoria de Defesa dos Direitos Humanos do Ministério Público de Minas Gerais, afirma que "há violações

[10] A primeira imagem (acima e à esquerda) mostra como o cano de metal do pau-de-arara era pendurado no cômodo. A segunda imagem (acima e à direita) é focada nas marcas de uso presentes na mureta, localizada no meio do cômodo, derivadas do contato contínuo entre a superfície e o cano de metal. Essas duas imagens mostram também o objeto utilizado para armazenar o sabão que era passado no cano de metal e nas pernas dos presos para evitar a produção de marcas corporais durante as sessões de tortura. A terceira e última imagem é da fiação localizada na parede da mureta que era utilizada para dar os choques nos presos.

muito cruéis aos direitos humanos, sobretudo no que concerne ao acesso a saúde e higiene [...] considero urgente a desativação do espaço, pois não há condições nem para reformas" (*O Tempo*, 01/04/2014). A partir das várias denúncias e do contexto lastimável da carceragem do CERESP, por meio da Portaria nº 002/2016, da Secretaria de Estado de Administração Prisional (SEAP), o CERESP começou a ser desativado e, no ano de 2017, a carceragem deixou de funcionar oficialmente (Silva, 2018).

# 4. ARQUEOLOGIA DO DOPS/MG

## 4.1 As materialidades da opressão e da violência

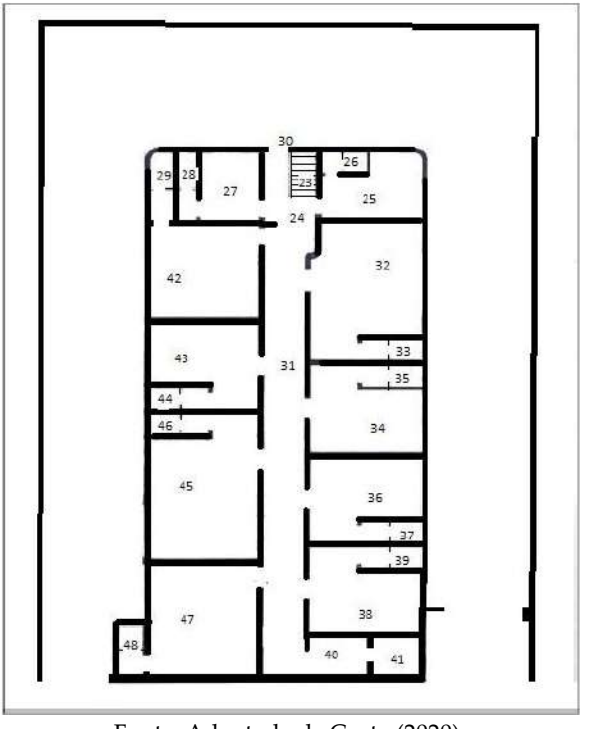
Os lotes que foram ocupados pela sede do DOPS/MG, como já mencionado, possuem um edifício principal, construções anexas a ele, dois pátios localizados em suas laterais e uma área de estacionamento com edificações adicionais. A partir da observação de plantas baixas e de fotografias dos lotes, de marcas evidentes no próprio local e do vídeo da CPI (Minas Gerais, 1997), foi possível identificar no mínimo quatro "fases" construtivas das instalações do DOPS/MG: a construção original – de 1958 – registrada em plantas disponíveis no Dossiê de Tombamento (IEPHA, 2015); uma segunda fase construtiva, quando o espaço ainda era utilizado pelo DOPS/MG e suas instalações foram ampliadas/modificadas – algumas dessas mudanças estão registradas em fotografias e são visíveis nas plantas arquitetônicas de 2008 e 2012,[11] que também estão no Dossiê de Tombamento; uma terceira fase construtiva, quando o espaço passou a ser ocupado pelo DEOESP e cômodos foram acrescentados/alterados – modificações registradas em vídeo e que também estão documentadas nas plantas arquitetônicas citadas; e, por fim, uma quarta fase não registrada em planta, mas observada nas visitas ao local, composta por pequenas modificações realizadas depois de 2008, que não serão abordadas aqui.

Para a análise dos espaços do projeto original do DOPS/MG, utilizamos as plantas baixas adaptadas por Costa

[11] As listas completas dos cômodos conforme a numeração nas plantas originais e de 2012 estão localizadas nos arquivos do Anexo 1 e do Anexo 2.

(2020). Na planta referente ao primeiro andar (Figura 13), a parte "externa" dos pátios e a entrada para a área da garagem está identificada com o número "30". Em seu desenho original, a delegacia do DOPS foi projetada da seguinte forma: o primeiro andar era destinado à carceragem, constando sete celas com uma dependência sanitária em cada (na planta, as celas são os cômodos de número 32 - cela feminina, 34, 36, 38, 43, 45 e 47). Além das celas, nesse andar havia espaços de uso da guarda (cômodos 25, 27 e 42): o alojamento (42), o comando (27) e a sala de Prontidão (25). A planta também indica a existência de uma escada, que dava acesso direto ao segundo andar (escada 23, Figura 13).

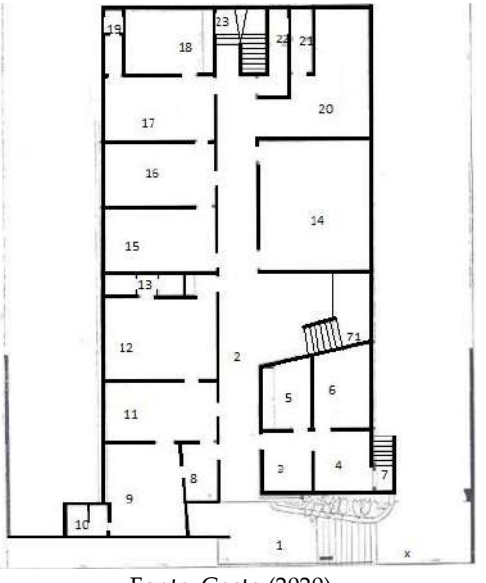
**Figura 13** - Planta do primeiro andar
adaptada do projeto original do DOPS/MG.




Fonte: Adaptada de Costa (2020).

No segundo andar (Figura 14), já se tem a ocorrência de espaços direcionados à função burocrática e à logística do Departamento, como salas de cartório (cômodos 15, 16 e 17), a cantina (20) e dependências para guardar material apreendido (18). E, além da escada interna (23), que levava diretamente à ala da carceragem, havia outra (7) para conectar o segundo e o primeiro andar (passando pelo espaço 30, como mostra a Figura 14). No piso principal, o aposento que dava acesso à escada 7 era a sala do chefe da divisão (4), que estava em conexão direta com os cômodos 3 e 6 que eram, respectivamente: a sala da guarda-civil e o dormitório de prontidão. A sala da guarda-civil, por sua vez, se conectava à sala de armamentos (5). O posicionamento desses cômodos perto de duas das três entradas a esse lote é estratégico, pois, dessa forma, os agentes conseguiam controlar a entrada/saída de pessoas do lote e, ao mesmo tempo, ter acesso facilitado a essas entradas pela proximidade, o que promoveria rapidez e agilidade em suas movimentações.

**Figura 14** - Planta do 2º andar adaptada do projeto original do DOPS/MG.




Fonte: Costa (2020).

Ainda sobre o segundo andar – por último, mas não menos importante – cabe mencionar a sala do delegado (cômodo 9), que se conecta diretamente a três outros espaços: a sala de espera (8), a sala do subinspetor e investigadores (11) e uma dependência sanitária (10). Como se observa na planta (Figura 14), esses cômodos são acessados através de um único corredor (2), que é o local de passagem obrigatória para adentrar os diversos aposentos desse andar, assim como para ingressar no andar superior (através da escada 71) e no inferior (através da escada 23).

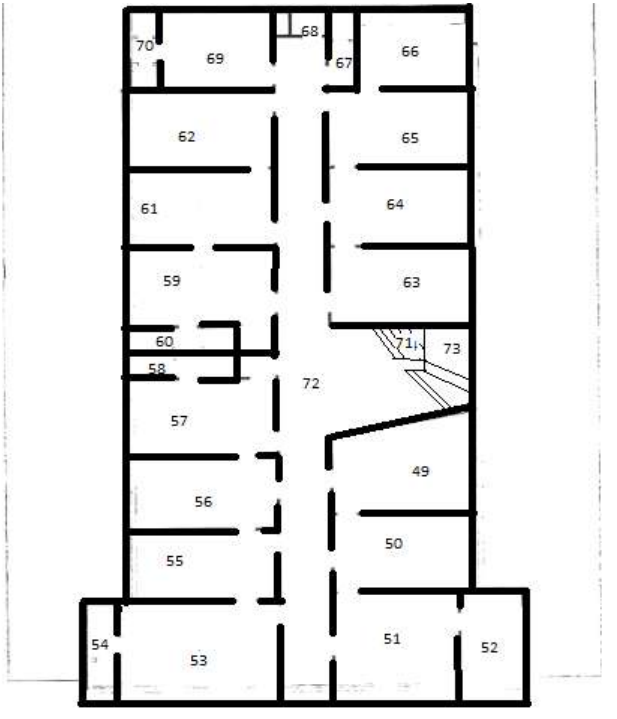
No Dossiê de Tombamento, as plantas originais referentes ao terceiro e quarto andar do prédio são apresentadas em uma única imagem, implicando que no momento inicial de sua construção, os dois últimos andares tiveram a mesma planta base (IEPHA, 2015). Para fins de análise e melhor compreensão dos cômodos – e comparação com as plantas de 2012 – os arquivos originais foram duplicados e apresentados aqui enquanto duas plantas separadas (Figuras 15 e 16).

Nesses dois últimos andares, de acordo com o que foi levantado pelo IEPHA (2015), a maioria das salas é descrita enquanto "cartório" (Anexo 1). Além delas, existem também 4 locais designados enquanto sala ou gabinete do delegado (cômodos 53 e 59 na Figura 15 e cômodos 79 e 85 na Figura 16). A ocorrência de diversos espaços para a função de "delegado" pode significar que havia mais de um delegado no DOPS, já que nesse momento de construção do prédio o Departamento já tinha várias funções e pautas, inclusive outros subdepartamentos (Costa, 2020).

O terceiro e quarto andar não possuíam acesso direto à carceragem, sendo necessário passar pelo segundo andar para tal. Nesse momento, o ingresso às salas nestes dois andares era feito a partir de um único corredor, espaço obrigatório também para transitar entre os andares (no caso do terceiro andar, o corredor 72, e do quarto andar, o corredor 74).

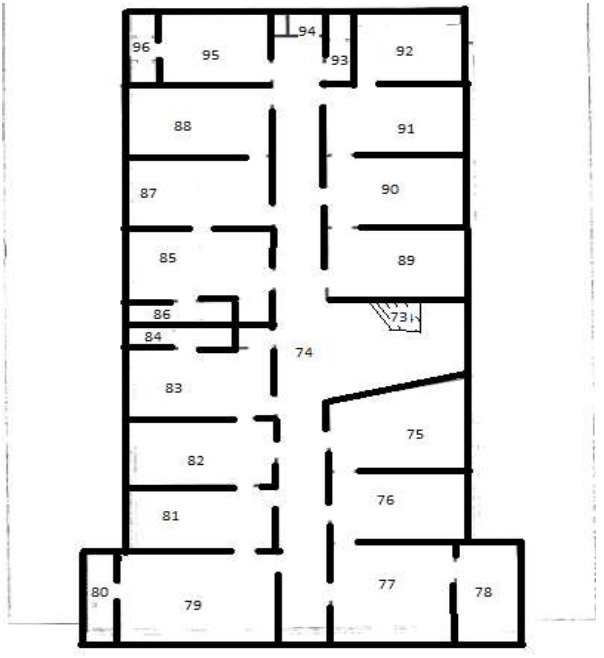
Em levantamento arquitetônico feito pela empresa Século XXX em 2008, disponível no Dossiê de Tombamento (IEPHA, 2015) e que serviu de base para a criação das plantas de 2012 do IEPHA aqui utilizadas, é possível identificar algumas alterações na planta original do prédio e, conforme estudo de Costa (2020), apontar os espaços de tortura citados nos testemunhos dos ex-presos políticos, assim como visualizar a dinâmica de circulação dessas pessoas dentro do prédio. Além de numeradas, as plantas agora também estarão com marcações para a identificação dos lugares citados.

**Figura 15** - Planta do terceiro andar adaptada do projeto original do DOPS/MG.




Fonte: Costa (2020).

**Figura 16** - Planta do quarto andar adaptada do projeto original do DOPS/MG.



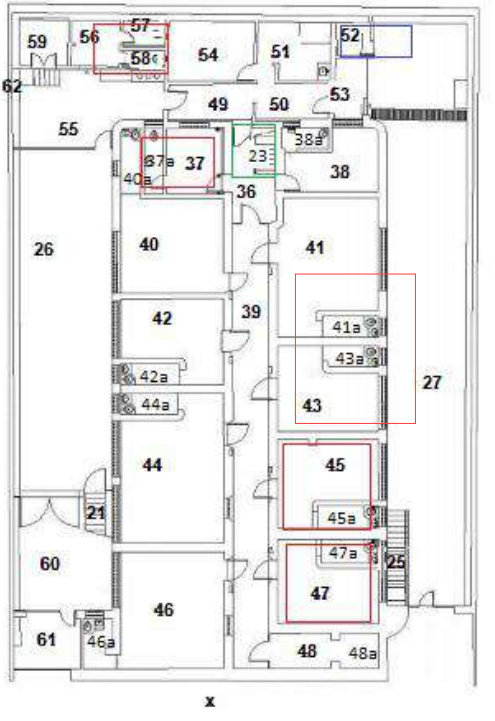

Fonte: Costa (2020).

Começando pelo primeiro andar (Figura 17), pelo que se pode observar, a estrutura interna da carceragem não se alterou profundamente: além das sete celas presentes na planta original (41, 42, 43, 44, 45, 46 e 47), outros dois cômodos também passaram a ser utilizados como cela (37 e 40). As celas 45 e 47 são as que foram mencionadas por Sálvio Humberto Penna como "celas 5 e 7", respectivamente. A cela de número 40 também é mencionada por ele enquanto a "cela 2", de porta maciça onde as mulheres, presas tanto comuns quanto políticas, ficavam detidas. De acordo com o relato de Sálvio, a cela das mulheres dava para o pátio (26), enquanto as celas onde esteve preso davam para a rampa de acesso (27) e, ao fundo, ficava o canil (identificado aqui enquanto cômodo 52 ou seus arredores).

Jurandir Cunha, que ficou detido no órgão de outubro de 1967 até março de 1968, conta que a cela 7 (localizada no fundo do corredor seguindo a numeração mencionada por Sálvio) também era utilizada para torturas:

> [...] no DOPS, que cada dia eles me colocava numa cela né, que vinham outros companheiros presos e colocavam onde que eu estava, **eu cheguei até ficar na sala sete, na cela sete né, que isso é sempre falada pelos companheiros, era o local de tortura, onde que tinha pau de arara, tinha o choque elétrico** [...] a cela sete ficava no subsolo [...] (Cunha, 2016, p. 33).

**Figura 17** - Planta de 2012 do primeiro andar do DOPS/MG.




Fonte: Costa (2020).[12]

[12] Em vermelho, os cômodos apontados por ex-presos políticos como as celas específicas nas quais ficaram presos e o espaço da "Igrejinha". Em verde, a

Outros dois locais sinalizados na planta são o aposento 37 e o "aglomerado" de cômodos 56, 57 e 58. O cômodo 37 é o lugar onde Sálvio ficou preso logo que chegou ao DOPS/MG. Como narrado por ele, é uma sala posicionada antes do corredor da carceragem e diretamente em frente a um dos gabinetes dos guardas (38). Na planta original, assim como na de 2012, essa sala possui uma dependência sanitária (cômodo 37a na Figura 17). No entanto, o acesso a esse banheiro na década de 70 deveria estar fechado, pois, em seu depoimento, Sálvio afirma ter ficado em uma sala sem banheiros, tendo que pedir aos agentes para levá-lo a um quando tinha necessidade.

Quanto aos cômodos 56, 57 e 58, eles dizem respeito ao espaço da "Igrejinha", identificado pelo vídeo da CPI do Sistema Penitenciário (Figuras 17 e 18). A parede que atualmente divide os aposentos 57 (uma dependência sanitária) e 58 (local com chuveiro) foi construída acima da mureta que dava apoio para pendurar o cano de metal do pau-de-arara (Figura 19). Essa área foi remodelada com a criação desses dois cômodos (57 e 58), depois da apuração da CPI, como uma forma de "maquiar" e dar um ar de normalidade a um espaço anteriormente usado para tortura.

escada que, na planta original, conectava a carceragem ao segundo andar. Em azul, a localização do antigo canil.

**Figura 18** - Foto atual do espaço da "Igrejinha" que mostra o cômodo 56 e a porta do cômodo 57.



Fonte: Costa (2020).

**Figura 19** - Fotos internas do cômodo 57 que demarcam em vermelho os vestígios dos locais onde era pendurado o cano de metal e que mostra a parede que foi construída acima da mureta.



Fonte: Costa (2020).

Mas essa não foi a única mudança material realizada no primeiro andar no período de funcionamento do DEOESP. Pelo vídeo, também foi possível averiguar que, em 1997, os cômodos 51 e 54 (Figura 20) e a divisão entre os aposentos 49 e 50 (Figura 21), já presentes no levantamento arquitetônico de 2008, ainda não existiam. Ou seja, essas modificações ocorreram entre 1997 e 2008, período no qual o acesso entre a escada 23 e o andar

superior também foi fechado (Figura 22). Na década de 70, quando Sálvio foi preso, era justamente a escada 23 que fazia a ligação direta do segundo andar com a ala de carceragem.

**Figura 20** - Fotos dos cômodos 51 e 54 respectivamente.



**Figura 21** - Foto do cômodo 50
que mostra as passagens para os cômodos 49, 51 e 54.

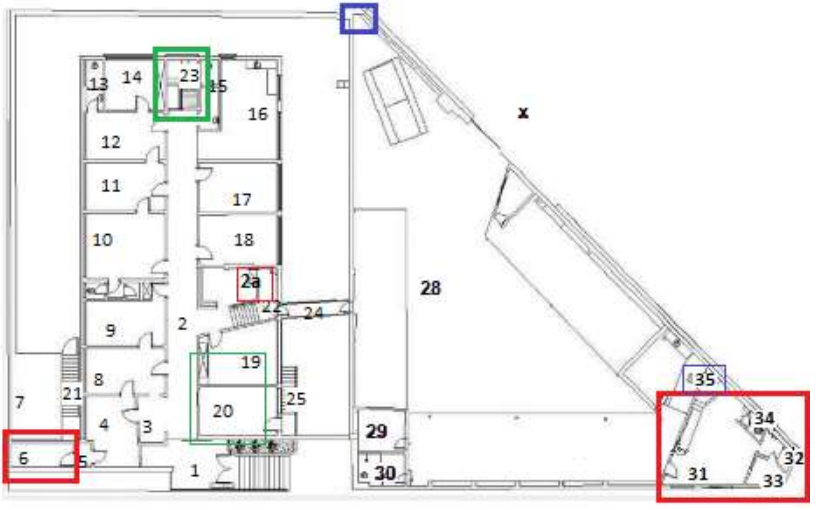


**Figura 22** - Foto da passagem da escada 23
para o corredor do 2º andar que foi fechada.



Além da passagem da escada 23, como mostra a planta do levantamento de 2012 (Figura 17), existiram outros dois acessos que conectavam o primeiro andar ao segundo. A escada 25, que na planta original é identificada com o número 7, e a escada 21 que conecta o pátio (26) a um cômodo no andar superior. Importante mencionar que a escada 21 não é de acesso livre; para passar por ela tem que se atravessar um portão ainda no pátio e, depois de subir, há uma outra porta controlando a passagem. O cômodo que faz essa conexão é identificado na planta do segundo andar (Figura 23) com o número 7 e se trata do aposento acoplado à, anteriormente mencionada, sala de cortiças (6).

**Figura 23** - Planta de 2012 do 2º andar e estacionamento do DOPS/MG.




Fonte: Costa (2020).[13]

Pela observação desta planta, é possível perceber que os cômodos 6 e 7, assim como a escada 21, estão ausentes no projeto original de construção do prédio. Sálvio conta em entrevista que, quando esteve preso no DOPS, a sala de cortiças estava sendo construída e que, portanto, não chegou a ser utilizada nesse período. Então, a sua edificação deve ter ocorrido entre os anos de 1971 e 1972. Ele conta ainda que, apesar de não ter presenciado a utilização dessa sala, teve notícias de que o militante, na época, pelo Partido Comunista do Brasil (PCB), Paulo Elisiário Nunes, foi a primeira pessoa a ser torturada neste local:

> [...] ela tava sendo construída quando eu, essa sala de cortiça tava sendo construída quando eu tive no DOPS, ela foi inaugurada me parece né, não tenho meios de afirmar, mas parece que ela foi inaugurada com o Paulo Elisiário Nunes, que morreu agora

[13] Em verde, os espaços que sofreram alteração em relação à planta original. Em vermelho, os cômodos onde ocorreram torturas durante a ditadura ou posteriormente. Em azul, a localização das antigas guaritas.

> recentemente de câncer, do PCB. [...] mas quando o Paulo foi preso eu já tinha saído, então foi depois de 73. Foi uma grande prisão do partidão que teve no Brasil inteiro e o Paulo foi, me parece, pra você ver quanto tempo que eles levaram pra usar essa sala, porque muita gente foi presa nesse espaço né, eu tive lá em 71/72 e eles, ela já tava quase pronta e eles por algum motivo não usaram essa sala (Sálvio Humberto Penna. Relato oral. 16/06/2019).

Atualmente a passagem entre a sala 7 e a escada 21 não existe mais, foi fechada com cimento provavelmente depois de 2012[14], na época de ocupação do primeiro andar pelo CERESP e dos andares restantes pelo Departamento de Investigações Antidrogas (Figura 24).

[14] No levantamento arquitetônico de 2008 não consta que essa passagem estivesse fechada e no Dossiê de Tombamento essa modificação não é citada (IEPHA, 2015).

**Figura 24** - À esquerda, vista a partir do pátio P1 (cômodo 26), mostrando a escada 21 e a janela do cômodo 7, acoplado à sala de cortiças. À direita, detalhe do topo da escada 21 que mostra a passagem para o cômodo 7 bloqueada com cimento.



Fonte: Costa (2020).

Outra passagem que também foi bloqueada está relacionada aos ambientes que anteriormente faziam a conexão entre o segundo andar e o primeiro, por meio da escada 25 (os cômodos 3 e 4 e o espaço 30 na planta original – Figura 14). Dessa vez não foi o acesso à escada que foi bloqueado, mas sim o cômodo como um todo. No contexto do levantamento arquitetônico do ano de 2012, a escada 25 se conecta sim a um aposento no segundo andar (cômodo 20 na Figura 23), identificado enquanto "antiga sala da guarda-civil"[15], mas este espaço teve algumas portas fechadas com cimento, possuindo ligação apenas com a área 27 do primeiro andar, o que acabou impedindo a conexão entre os andares. O fechamento dessa passagem ocorreu antes de 2008, pois ele já consta no levantamento arquitetônico realizado pela empresa Século XXX

[15] Ver Anexo 2.

(ver IEPHA, 2015). Outra modificação realizada no segundo andar foi a instalação de um portão que fica entre a escadaria da entrada principal do prédio e o cômodo 1. Presente também no levantamento arquitetônico de 2008, esse portão ainda não existia em 1997, como mostra o vídeo da CPI.

Já o espaço 2a, que também está demarcado em vermelho na planta de 2012, é um "armário sob a escada", local onde Emely Salazar foi trancafiada no contexto da visita da Comissão de Vistoria da SSP/MG ao prédio em 1970. Ele se localiza diretamente embaixo da escada 22, que leva ao terceiro andar e, atualmente, ao estacionamento 28, através da passarela 24. Esse armário fica no corredor 2 do segundo andar, sendo que este é o primeiro espaço acessado por quem entra no prédio pela portaria principal (1). Foi um "esconderijo em plena vista".

O estacionamento, presente na planta de 2012, também não constava no projeto original. Mas, de acordo com fotos datadas (Figuras 25 e 26), sabe-se que este lote passou a ser ocupado pelo DOPS/MG entre 1965 e 1971. Nesse local existia uma casa que foi demolida para a construção do estacionamento.

**Figura 25** - Foto de 1965 do cruzamento entre as avenidas Afonso Pena e Bernardo Monteiro que mostra que o lote localizado ao lado do prédio do DOPS/MG ainda não tinha sido ocupado pelo órgão.



Fonte: Ascom/APCBH.

**Figura 26** - Fotos de 1971 que mostram a ocupação do lote localizado na esquina das avenidas Afonso Pena e Bernardo Monteiro pelo DOPS/MG.



Fonte: Acervo de Rodrigo Patto Sá Motta.

Ainda no período de funcionamento do DOPS/MG, o estacionamento passou por algumas modificações como, por exemplo, a adição de coberturas para abrigar os veículos do órgão (Figura 27). Entretanto, as maiores mudanças materiais neste espaço não puderam ser datadas por esta pesquisa, como,

por exemplo, a construção das estruturas arquitetônicas que abrigam a "sauna e piscina" (cômodos 31, 32, 33 e 34).

**Figura 27** - Fotos do estacionamento do DOPS/MG que mostram a cobertura construída para abrigar os carros no local.




Fonte: IEPHA (2015).

É na extremidade desse lote, bem na esquina da Avenida Afonso Pena com a Bernardo Monteiro, que se encontra o espaço da "sauna e piscina", tendo inclusive duas janelas direcionadas à avenida Afonso Pena (Figura 28). Como já foi colocado, não foi possível estabelecer quando essas estruturas foram construídas, mas pelas suas caraterísticas arquitetônicas pensamos que foi em algum momento durante a década de 80. Aliás, de acordo com o relato de um policial, que preferiu permanecer no anonimato, a "sauna e piscina" já existiam na época de funcionamento do DEOESP.

**Figura 28** - Guarita 1 e janelas da estrutura "sauna e piscina" vistas a partir da Avenida Afonso Pena.



Fonte: IEPHA (2015).

Sabe-se também, pelo vídeo da CPI, que em 1997, a passarela 24, que liga a escada 22 do prédio ao espaço 28 do estacionamento, já estava construída. Todas essas estruturas, assim como a implantação dos cômodos 29 e 30, consistem em modificações que tornaram o lote muito distinto em relação ao que é mostrado nas fotos históricas. Por outro lado, as guaritas originais, cujas localizações estão marcadas em azul na planta, foram preservadas.

O número "35" presente na planta de 2012 se refere à escada de acesso para a guarita 1 que se localiza diretamente em cima do conjunto que compõem a "sauna e piscina"; e a guarita 2 (Figura 29) se localiza na extremidade de trás, próxima ao portão de entrada do estacionamento, na avenida Bernardo Monteiro. Pelas guaritas se tem visibilidade total do estacionamento (cômodo 28). A guarita 1 ainda possibilita vigiar as ruas ao redor, enquanto a guarita 2 tem visão da rampa 27 do primeiro

andar. Dessa forma também era garantido o controle de quem entrava e saía do prédio pelo estacionamento e pela rampa 27.

**Figura 29** - Guarita 2 vista a partir da rampa de acesso à carceragem (27).

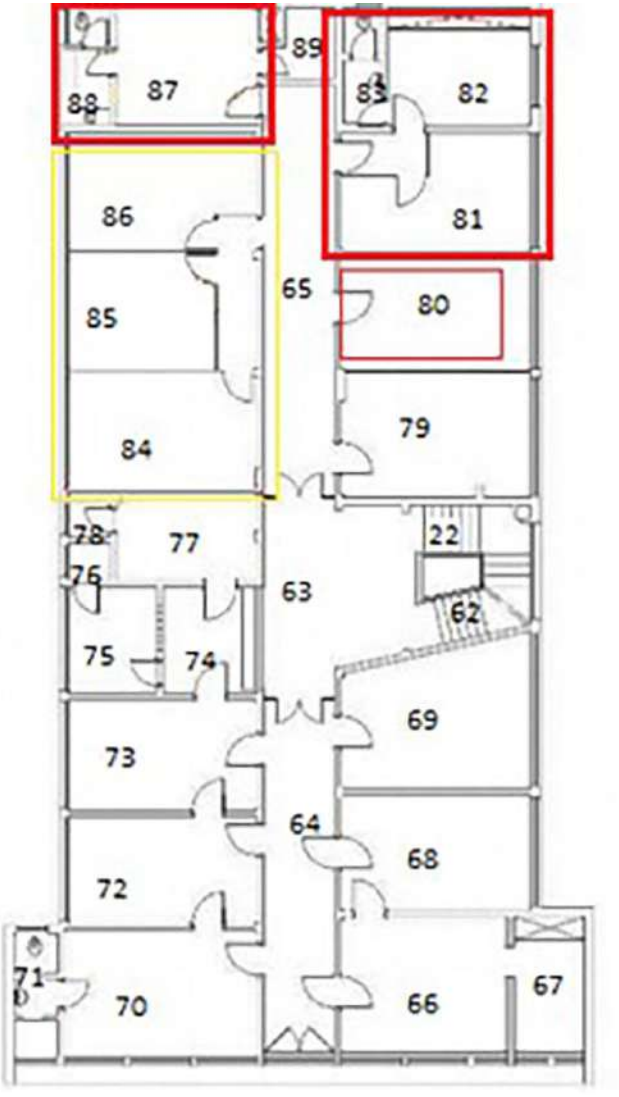


Fonte: Costa (2020).

Dando continuidade, apresentaremos as plantas dos dois últimos andares do prédio, lembrando também que, a partir de 1970, foram estes os espaços ocupados pelo DOI-CODI/MG, com aposentos relatados em vários depoimentos de ex-presos políticos como locais de tortura. A planta do terceiro andar (Figura 30) apresenta algumas modificações em comparação à planta original. A primeira delas é a divisão do corredor em três partes (os cômodos 63, 64 e 65) que tornou esse espaço ainda mais segmentado, oferecendo mais possibilidades de controle de circulação de pessoas em cômodos que ficaram menos acessíveis. Parece também haver uma distinção entre as funções dessas duas "alas": a primeira é a acessada através do corredor

64 e a segunda é referente aos ambientes que estão conectados ao corredor 65. Demarcados em vermelho na planta, na segunda ala estão os espaços citados nos depoimentos enquanto lugares de tortura na década de 70. São as salas 81 e 82; o cômodo 80 (onde Emely Salazar ficou presa); e a sala 87, também relatada enquanto local de tortura. Estes aposentos estão na parte de trás do prédio, voltados para os fundos e não para a avenida Afonso Pena onde está a portaria principal. Também nessa ala está situado o antigo auditório do DOI-CODI/MG (Figura 31) que, no contexto de 2012, quando a planta foi desenhada, já estava dividido em três distintos cômodos (84, 85 e 86).

**Figura 30** - Planta de 2012 do terceiro andar do DOPS/MG.




Fonte: Costa (2020).

**Figura 31** - Antigo auditório do DOI-CODI (cômodos 84, 85 e 86), conforme seria na década de 80.



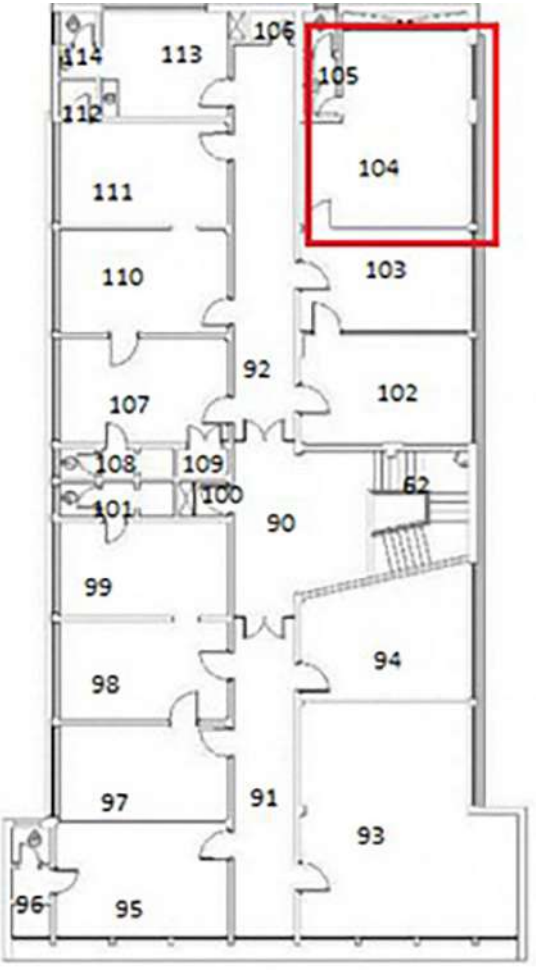
Fonte: IEPHA (2015).

A planta do quarto andar – que no projeto original é exatamente igual à do terceiro – dessa vez apresenta algumas pequenas diferenças na forma em que os cômodos foram divididos (Figura 32). Assim como aconteceu no terceiro andar, no quarto, o corredor que era único também foi dividido em três espaços diferentes (cômodos 90, 91 e 92) e o cômodo apontado enquanto local de tortura – a sala 104, mencionada como antiga sala do delegado – também está localizado nos fundos, voltado para a parte de trás do edifício. Essa deve ser a sala de tortura na qual havia a cadeira do dragão:

> [...] a cadeira de dragão, ela num ficava na cela sete, a cela sete ficava no subsolo, ela tinha era pau de arara e choque elétrico, agora, a cadeira de dragão com aquele magneto, ela ficava ao lado da sala desse... Do David Hazan lá no terceiro andar[16] do DOPS. (Cunha, 2016, p. 33).

[16] Como ele considera o piso da carceragem subsolo, então o terceiro andar citado por ele é o último andar, considerado nesse relatório como quarto andar.

**Figura 32** - Planta de 2012 do quarto andar do DOPS/MG.
Em vermelho, cômodo utilizado como sala de tortura.




Fonte: Costa (2020).

Pelo que foi levantado, percebe-se que foram realizadas várias modificações nos espaços internos do edifício principal e na área externa a ele, com a construção de edificações adicionais (como a sala de cortiça e as estruturas arquitetônicas da "sauna e piscina"). Para explicar melhor as implicações dessas

alterações no funcionamento do espaço, conforme o estudo de Costa (2020), foram montados a partir das plantas – originais e de 2012 – dois gráficos *gamma* de análise de circulação e profundidade (Hillier; Hanson, 1984). Por meio da comparação e interpretação desses gráficos, juntamente à aplicação dos cálculos dos índices de integração, escala e complexidade (os "índices de Blanton") (Blanton, 1996), foi possível elucidar como o contexto repressivo se desenvolveu e se materializou na estrutura arquitetônica do DOPS/MG.

## 4.2 As investigações arqueológicas

As ações de investigação arqueológica implementadas para o estudo do DOPS/MG fundaram-se principalmente na interrelação entre diversas linhas de pesquisa, como a Arqueologia da Repressão e da Resistência, a Arqueologia da Arquitetura e a Arqueologia Pública. Entendemos que as escavações arqueológicas, juntamente à pesquisa das estruturas arquitetônicas, ao levantamento bibliográfico e à análise dos testemunhos orais dos sobreviventes e de pessoas que possuíam informações, contando com uma abordagem sob a ótica patrimonial, nos permitiram construir interpretações mais completas das estruturas materiais do DOPS/MG e de seu funcionamento. A seguir, apresentamos as ferramentas metodológicas utilizadas nesta pesquisa.

### *4.2.1 Levantamento de dados*

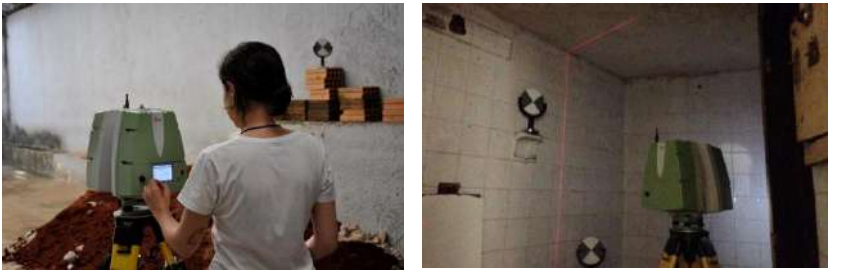
Além do levantamento de documentação, de fotografias e materiais arquitetônicos sobre o próprio prédio, nós realizamos uma pesquisa bibliográfica (de artigos, dissertações, teses, notícias de jornal etc.) sobre a ditadura civil-militar brasileira e sobre o DOPS/MG, além de termos analisado entrevistas e depoimentos coletados pela Comissão da Verdade de Minas

Gerais, Comissão Nacional da Verdade e pela Comissão Estadual de Indenização às Vítimas de Tortura (CEIVIT). Os dados angariados com esse levantamento auxiliaram na escolha das outras ferramentas metodológicas utilizadas para o estudo e documentação das materialidades do DOPS/MG, ao ofertar informações importantes sobre a utilização e as modificações que os diferentes espaços desse órgão sofreram ao longo do tempo.

### *4.2.2 Documentação das estruturas arquitetônicas*

O trabalho de campo foi realizado em sete semanas, tendo início em 11 de agosto e sendo finalizado em 25 de setembro de 2020. Nesse período, a equipe desenvolveu trabalhos específicos que possibilitaram uma avaliação das materialidades do DOPS/MG. Primeiramente, mapeamos adequadamente toda a materialidade do imóvel através de registro fotográfico, além de realizar uma análise superficial *in loco* e não intrusiva da mesma. Também foram executadas prospecções arqueológicas não-intrusivas e não-destrutivas com a utilização de *Laser Scan*, que mapeou digitalmente em 3D as edificações e todas as estruturas espaciais do DOPS/MG (Figura 33). O objetivo foi gerar um mapa das suas instalações que permita a navegação em seus interiores, a medição de seus cômodos e a análise de suas espacialidades de forma remota.

**Figura 33** - Utilização do Laser Scan para mapear o DOPS/MG.



Para isto, foi usado um *Leica ScanStation P20*. A metodologia utilizada envolveu mapear as instalações por andar e criar um projeto de mapeamento para cada um, com exceção do segundo andar, que foi dividido em dois projetos: do prédio principal com as edificações adjacentes e da área do estacionamento. Cada vez que o aparelho foi mudado de local, foi criada uma estação nova que gerou uma nuvem de pontos que, na etapa de processamento no computador, foi unida com todas as outras (Figuras 34 e 35). Para facilitar e conseguir maior precisão nessa união foram utilizados targets.

**Figura 34** - Imagem de uma nuvem de pontos de uma estação.

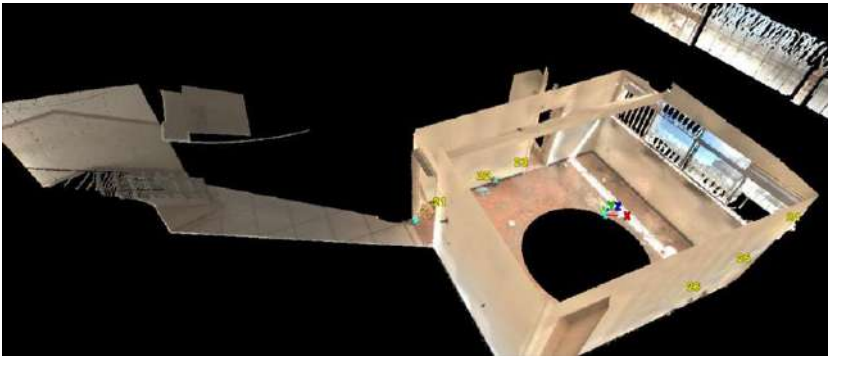
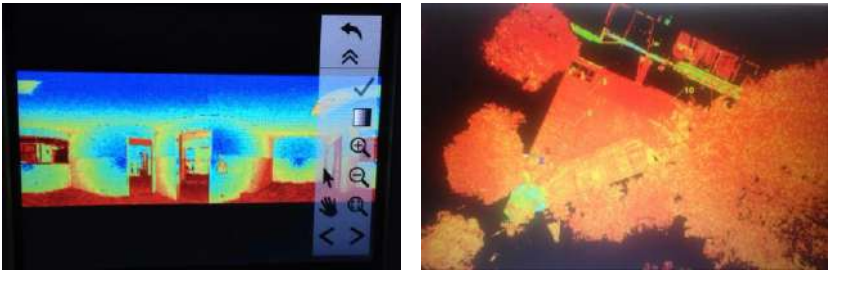


**Figura 35** - À esquerda: Imagem do resultado preliminar do escaneio de uma estação. À Direita: Imagem de várias nuvens de pontos unidas no computador.



A união das nuvens e as primeiras modificações do modelo 3D foram realizados com o programa *Cyclone*, da *Leica*, enquanto os retoques finais foram feitos com programas de edição 3D, como *Cloud Compare*, *Mesh Cloud* e *Blender*. Além de possuir uma função documental, este mapeamento digital também possibilita criar materiais de divulgação científica digital para o público e para o futuro acervo do MDH, com reconstrução histórica de todas as estruturas arquitetônicas e espaciais do órgão repressor.

Ao mesmo tempo, foi feito o registro fotográfico das paredes das celas da ala de carceragem e da cela localizada no pátio do estacionamento lateral (Figura 36). Para o registro total do espaço, mapeamos as celas e numeramos as paredes de "1 a 4", cada número correspondendo a uma parede específica, que posteriormente foi desenhada com a demarcação de cada foto em seu respectivo local, como pode ser visto nas Figuras 37, 38, 39 e 40.

**Figura 36** - Fotos do trabalho de relevamento fotográfico das paredes das celas do DOPS/MG.



**Figura 37** - Relevamento fotográfico da parede 1 da Cela 1 (cômodo 40 na planta de 2012).



**Figura 38** - Relevamento fotográfico da parede 2 da Cela 1 (cômodo 40 na planta de 2012).

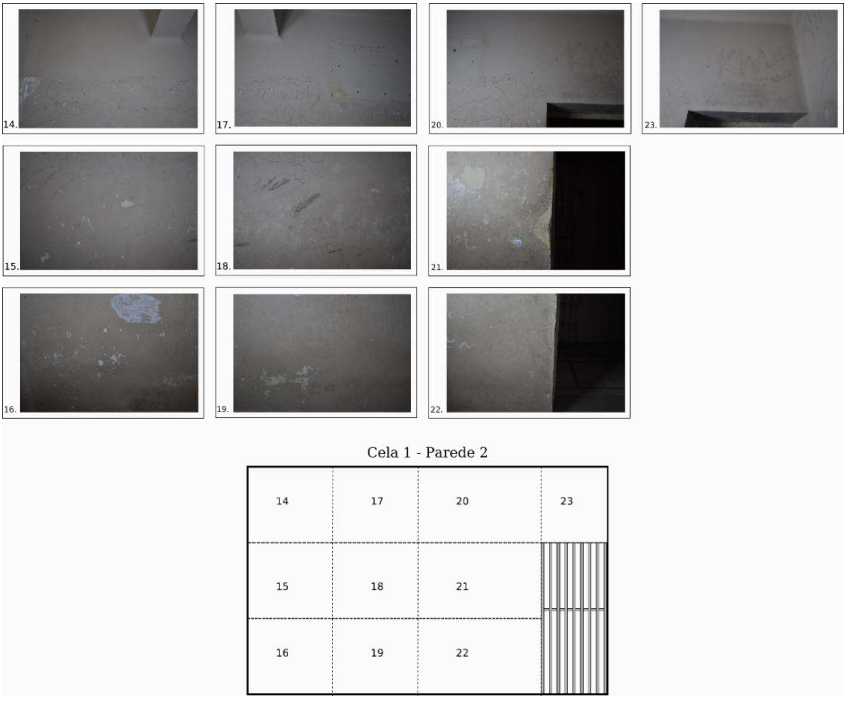


**Figura 39** - Relevamento fotográfico da parede 3 da Cela 1 (cômodo 40 na planta de 2012).

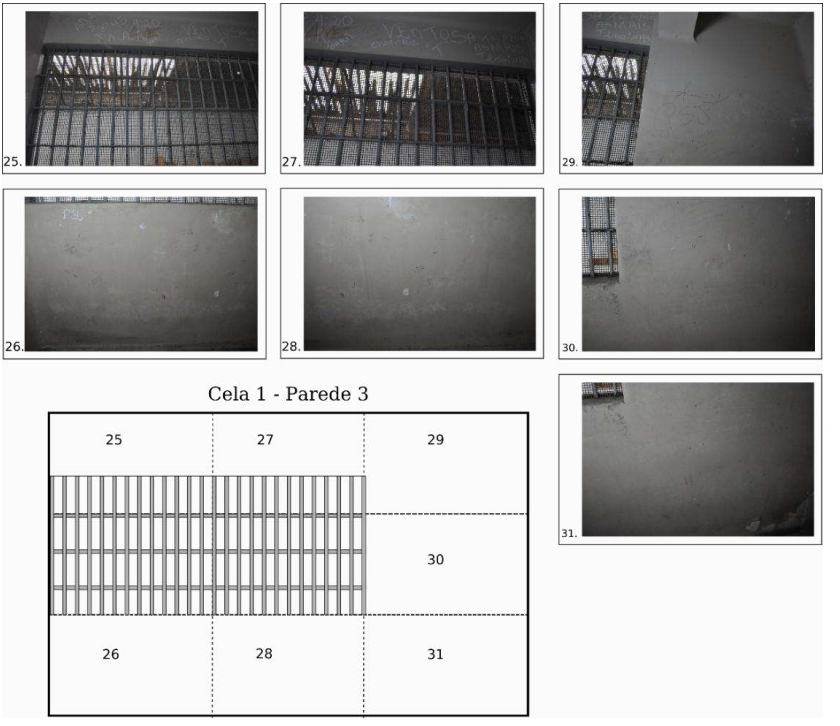
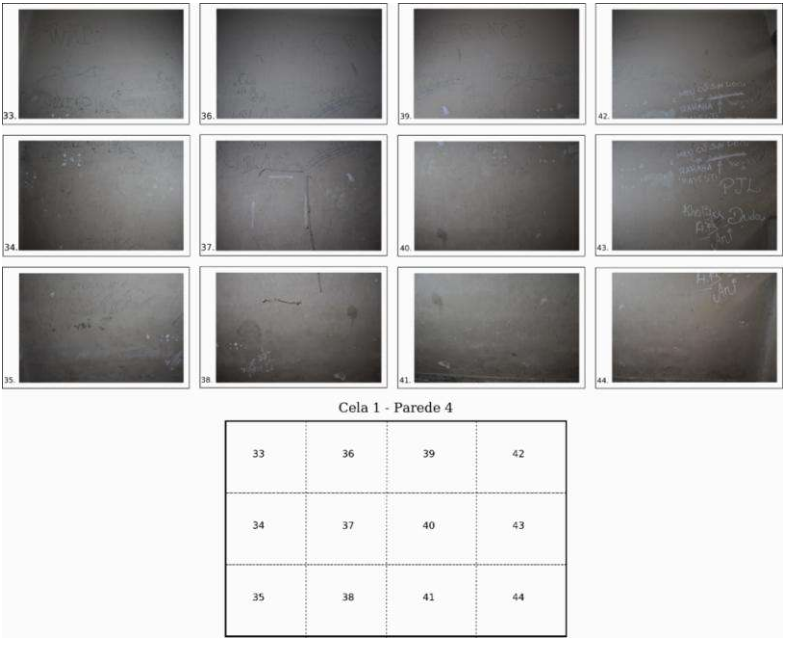


**Figura 40** - Relevamento fotográfico da parede 4 da Cela 1 (cômodo 40 na planta de 2012).




Este levantamento fotográfico foi importante porque a partir dele é possível remontar a localização dos diversos grafites presentes nas paredes, que poderão ser analisados de forma mais aprofundada na posteridade, caso haja o interesse de se estudar as vivências e formas de expressão das pessoas que ficaram detidas nesse espaço nos últimos anos.

Além da documentação das estruturas arquitetônicas do DOPS/MG, também foram executadas duas sondagens arqueológicas pontuais na parede 4 da Cela 8 (cômodo 47 na planta de 2012, Figura 17) para que o potencial desse tipo de intervenção nas superfícies murarias da área da carceragem fosse avaliado (Figura 41). Essas intervenções consistiram na escavação da camada superficial de tinta para evidenciar a camada que já aparecia parcialmente por trás (Figura 42). Essa

camada de tinta, assim como a primeira, continha grafites que foram transcritos (Figura 43).

**Figura 41** - Croqui das sondagens arqueológicas escavadas na parede 4 da Cela 8.

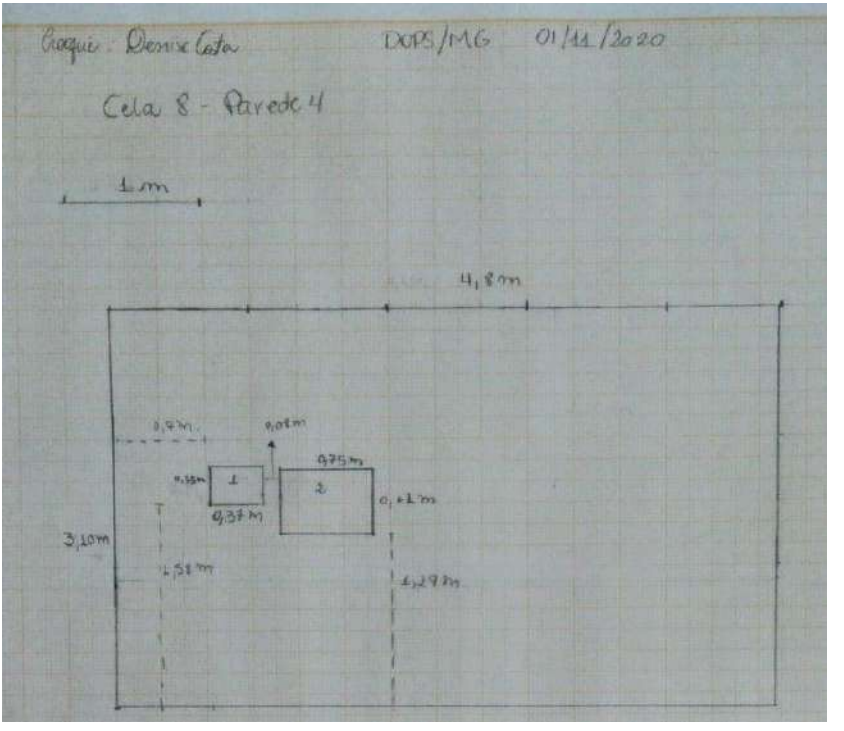
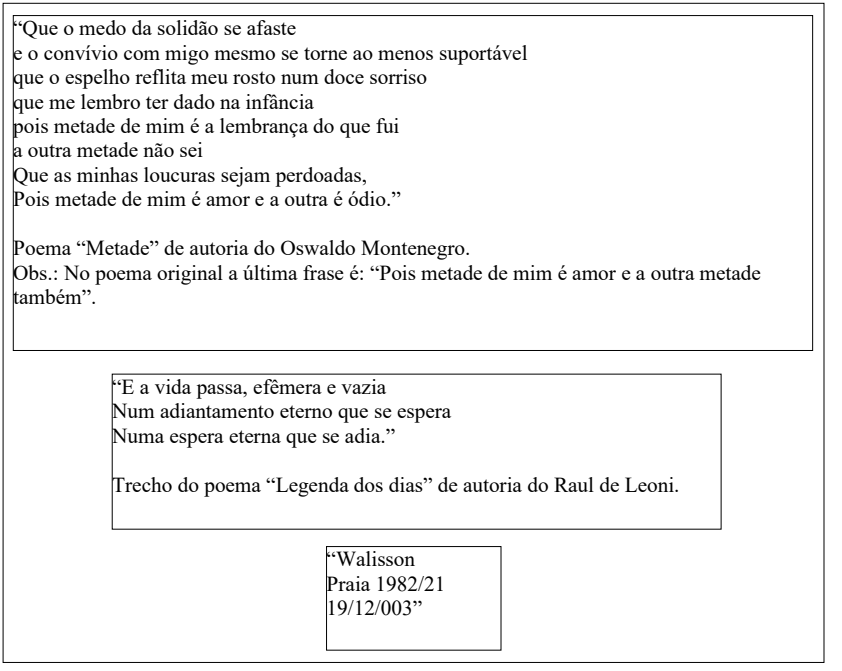



**Figura 42** - Foto do trecho da parede 4 da Cela 8 que foi escavado e foto do trabalho de escavação.



**Figura 43** - Transcrição dos grafites revelados com a escavação de um trecho da parede 4 da Cela 8.




Essas intervenções, na superfície muraria da parede 4, da Cela 8 nos permitiram observar a existência de ao menos 3 camadas de tinta no cômodo (uma primeira lilás, outra bege e uma última mais amarelada), assim como demonstraram que é possível, com a escavação das diferentes camadas de tintas, evidenciar antigos grafites que ainda estão presentes nas paredes das celas e, com isso, informações importantes sobre as experiências das pessoas que ali ficaram detidas ao longo do tempo. O ideal seria que fosse realizada ao menos uma intervenção muraria pontual como essa em cada uma das celas a fim de, provavelmente, acessar grafites do tempo de funcionamento do DOPS/MG, visto que essa poderia constituir uma fonte de informações muito rica sobre as vivências dos

presos políticos. Entretanto, devido à limitação de tempo e orçamento, não foi possível realizar outras intervenções.

Toda essa documentação das estruturas arquitetônicas do DOPS/MG, incluindo das paredes das suas celas, foi fundamental para assegurar o desenvolvimento futuro de análises remotas dessa materialidade e de materiais de divulgação científica. Afinal, por meio do levantamento fotográfico, é possível realizar um estudo dos grafites superficiais das celas e, com os dados coletados pelo *Laser Scan*, conhecer a estrutura e organização espacial do DOPS/MG, relacionando-a com as estratégias de repressão/resistência política empreendidas no local, cotidianamente, durante a ditadura. Concomitantemente, as intervenções murarias realizadas demonstraram o potencial que a implementação dessa atividade nas outras celas tem para se tentar acessar outra materialidade relativa ao DOPS/MG: os grafites dos presos políticos.

### *4.2.3 Análise espacial*

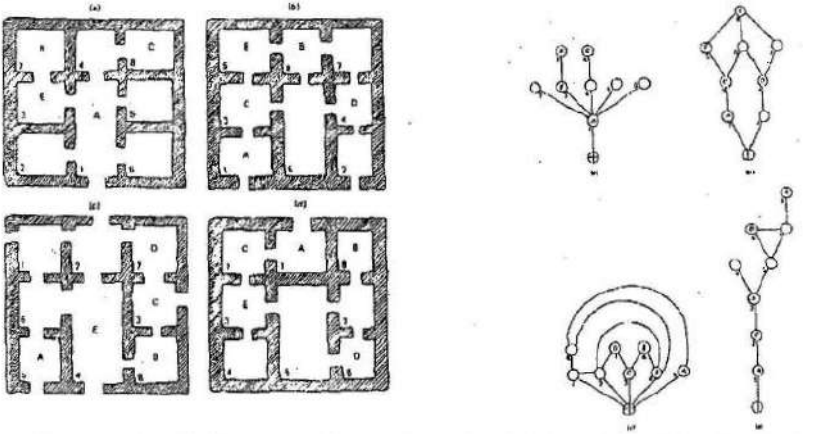
Dentro da perspectiva da arqueologia da arquitetura, com base na pesquisa de Costa (2020), também foram realizadas análises espaciais utilizando o modelo *gamma*. Proposto por Bill Hillier e Julienne Hanson na década de 1980, esse modelo tem sido amplamente utilizado na arqueologia para compreender a organização espacial dos prédios, na forma com que fatores como circulação, hierarquia e poder são materializados nas estruturas arquitetônicas (Hillier; Hanson, 1984; Mañana Borrazás *Et Al*., 2002; Zarankin, 2002).

Nessa perspectiva, a análise de circulação está focada no *movimento*, nos meios de acesso e o tipo de trânsito possível dentro dos locais, podendo assim identificar elementos que influenciam em como se movimenta e se vivencia os espaços arquitetônicos (Mañana Borrazás *et al*., 2002). O modelo *gamma*

pensa o movimento e circulação quantificando as profundidades e permeabilidades – as vias de circulação, se são de fácil acesso ou não – pensando a dependência de um cômodo em relação a outro e como isso interfere na movimentação e no trajeto que se percorre dentro de um espaço, assim como as formas de acesso – as entradas e saídas do local – que o enquadram enquanto espaço distributivo ou não distributivo de acordo com sua organização (Mañana Borrazás *et al*., 2002; Markus, 1993).

Para realizar a análise *gamma*, a partir da planta baixa dos locais é diagramado o que chamamos de gráfico, um esquema construído e desenhado para interligar os diversos cômodos e espaços (chamados de "nós" e representados por círculos) através de linhas conectoras que mostram como os nós estão relacionados entre si e organizados dentro do espaço do prédio em questão. A figura abaixo (Figura 44) demonstra como construir o gráfico a partir de diversos modelos de planta:

**Figura 44** - Exemplo de aplicação do modelo *gamma*.



Fonte: Zarankin (2002).

Em complemento à análise *gamma* também foi feito o cálculo das medidas de escala, integração e complexidade,

conforme proposto por Richard Blanton (1994). O modelo que Blanton propõe é feito diretamente a partir do gráfico *gamma* de forma a maximizar as informações produzidas pelo gráfico, através de cálculos que produzem resultados quantitativos que auxiliam na compreensão do funcionamento e da configuração espacial de um local.

O primeiro deles é chamado de *Índice de Escala* e corresponde ao número de nós (cômodos) presentes no gráfico; é simplesmente a soma da quantidade de nós existentes. Já o *Índice de Integração* está diretamente ligado à circulação dentro da estrutura, mostrando também o grau de restrição das áreas. Para realizá-lo, divide-se a quantidade de nós (índice de escala) pela quantidade de conexões (as linhas de acesso entre os nós). Como apontado por Zarankin (2002), o menor resultado possível para este cálculo será um (1), já que todo cômodo tem, pelo menos, uma via de conexão. Dessa forma, quanto maior a medida de integração, mais distributiva é a disposição espacial, isto é, menos restrita é a circulação nessa área. Um local cujo índice de integração seja menor que dois (2) é considerado não distributivo, pois só pode ser acessado através de uma via, enquanto os espaços distributivos têm, necessariamente, mais de uma forma de acesso.

Por sua vez, o *Índice de Complexidade*, de acordo com Blanton (1994), tem a ver com a variação funcional do uso dos espaços, calculando a quantidade de conexões que um prédio possui (sendo as conexões as "linhas" que ligam um nó a outro no gráfico *gamma*), e também o grau de acessibilidade de um espaço à área exterior. Para calcular as medidas de complexidade há de separá-las por tipos: o *Índice de Complexidade A*, que é a soma da quantidade de conexões entre os nós; e o *Índice de Complexidade B*, que é a soma da quantidade de nós que se atravessa para chegar ao exterior, dividida pelo *Índice de Escala* (que é a soma dos nós).

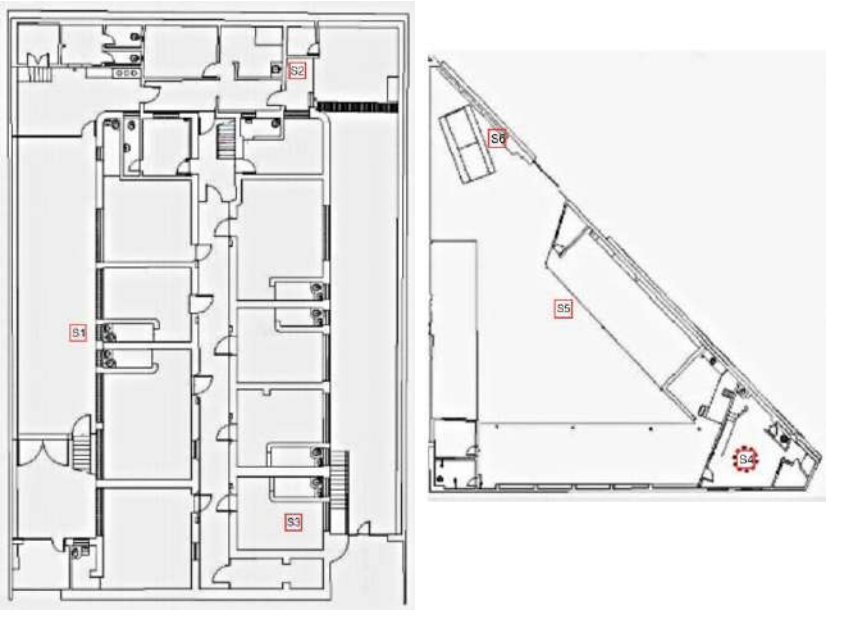
No caso do prédio do DOPS/MG, o modelo *gamma* e os índices de Blanton foram utilizados com a finalidade de

comparar duas "fases" construtivas específicas (a da construção original – utilizando a planta arquitetônica original - e a fase de ocupação do prédio pela instituição repressiva – utilizando a planta do levantamento arquitetônico, feita no ano de 2012). A análise dos gráficos em conjunto com os dados quantitativos possibilitou compreender como as alterações na estrutura do prédio se relacionaram com sua função ao longo dos anos.

*4.2.4 Escavação arqueológica*

As escavações arqueológicas desenvolvidas no prédio do antigo DOPS/MG tiveram caráter exploratório para avaliar o potencial do local como fonte de informações materiais sobre sua história; foram realizadas em sete semanas e constaram de seis intervenções específicas na área dos dois lotes do DOPS/MG. As localizações exatas das sondagens (S1, S2, S3, S4, S5 e S6) estão na Figura 45. Essas sondagens foram escavadas com objetivo de identificar mudanças materiais e estruturais no espaço, assim como resgatar objetos/materiais de valor histórico e testemunhal sobre os eventos ocorridos no local durante a ditadura civil-militar, auxiliando na construção do acervo sobre a história do DOPS/MG.

**Figura 45** - Planta baixa do lote das instalações do DOPS/MG com os locais de execução das 6 sondagens demarcados em vermelho.




Fonte: Adaptada de IEPHA (2015).

Pelo exposto, a escolha dos locais para a realização das sondagens se deu a partir da relevância desses espaços dentro da trajetória do prédio ao longo do tempo. Foram priorizados locais com potencial de conter vestígios de transformações na estrutura do prédio – como a Sondagem 1, localizada no pátio P1 do primeiro andar, a Sondagem 2, localizada em frente a área do antigo canil, no pátio P2, Sondagem 3, em uma das celas, e as Sondagem 5 e Sondagem 6, ambas no pátio do estacionamento lateral do prédio. No caso da Sondagem 4, localizada no antigo poço no cômodo anexo ao pátio do estacionamento lateral do prédio, sua escolha foi pela possibilidade de datação das alterações envolvendo o poço/piscina do anexo e para averiguação das dimensões dessa estrutura.

Apesar de inicialmente terem sido planejadas 6 sondagens exploratórias, foram de fato escavadas apenas 5. A sondagem localizada na área correspondente ao antigo canil (Sondagem 2, Figura 46) apresentou, logo após a retirada da camada de concreto, fragmentos de um material isolante solidificado, e abaixo dessa camada foi evidenciado que a sondagem estava logo acima de uma espécie de cisterna, de pelo menos 2 m de profundidade. Devido a essa descoberta, optamos por não prosseguir com a escavação no local, já que não tínhamos informações exatas sobre a extensão dessa rede de encanamento e das dimensões da possível cisterna.

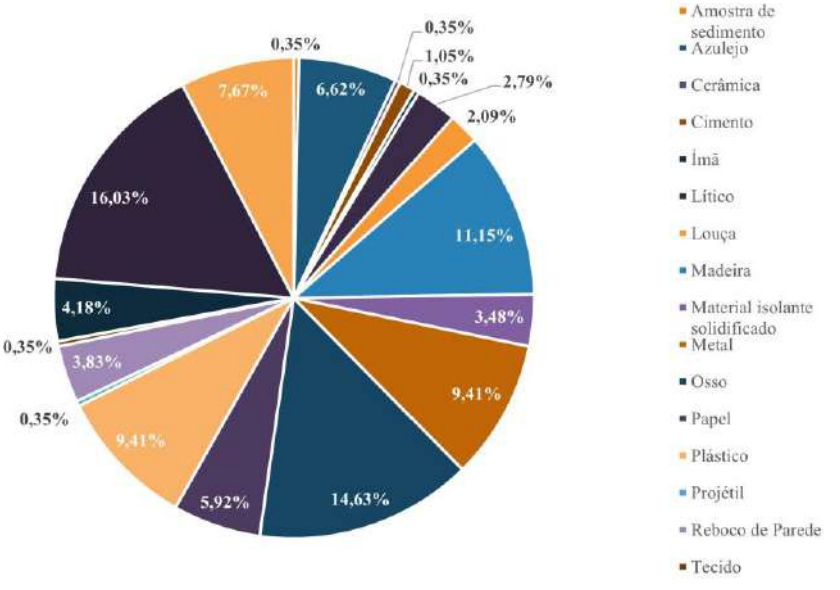
**Figura 46** - Sondagem 2.



A escavação arqueológica resultou na coleta de 287 fragmentos – incluindo nesse número também a amostra de solo coletada – distribuídos nas cinco sondagens e na coleta de superfície da Sondagem 2. A análise dos dados revela padrões

significativos de ocupação e descarte que contribuem para a compreensão da biografia material deste espaço ao longo do tempo. Em termos de números, conforme indicado no Gráfico 1, vemos que o tijolo constitui a categoria mais abundante de material coletado, representando 16% do total com 46 fragmentos. Esta predominância está relacionada às atividades construtivas intensas das reformas e modificações estruturais do edifício e à maneira com que o material foi utilizado, tanto enquanto parte construtiva, quanto como fragmentos dispersos. Os ossos representam a segunda categoria mais frequente com 42 fragmentos (14,6% do total), identificados como restos de animais principalmente de galinhas, oferecendo perspectivas sobre práticas alimentares e descarte de resíduos orgânicos no local. O plástico constitui a terceira categoria com 27 fragmentos (9,4%), evidenciando movimentações contemporâneas no local.

**Gráfico 1** - Fragmentos coletados nas escavações, por categoria.



A distribuição espacial dos achados revela padrões distintos que refletem as diferentes funções e contextos estratigráficos de cada área escavada. No pátio ligado à área de carceragem, onde aconteciam os "banhos de sol" dos presos – indicado na Figura 3 enquanto P1 – foi escavada a Sondagem 1, onde foram coletados 110 fragmentos (38,3% do total), constituindo-se como a área de maior densidade material. A concentração excepcional de tijolos (43 fragmentos) nesta sondagem sugere que o pátio foi um dos locais que passou por mais de uma reforma ao longo do tempo. A presença de azulejos (13 fragmentos), plástico (15 fragmentos, como exemplo na Figura 47) e metal (11 fragmentos) está relacionada provavelmente à presença das caixas de encanamento dentro e próximas da sondagem (Figura 48), que sem dúvida passaram por reformas com maior recorrência.

**Figura 47** - Fragmento plástico coletado na Sondagem 1.



**Figura 48** - Sondagem 1.



Essa estrutura de encanamento mais recente foi evidenciada, assim como vestígios de encanamentos anteriores. Foi identificado parte de um cano de grés, material utilizado em estruturas construtivas de início e meados do século XX (Figura 48). Por estar localizada frente à estrutura principal do edifício, alcançamos também o alicerce do prédio, composto por tijolos de adobe. Para além dos vestígios já citados, também foram coletados material vítreo, osso animal (Figura 49) e outros fragmentos menores, conforme indicado no Gráfico 2. Esse conjunto material é parte de uma camada de entulho utilizada, provavelmente, no momento da reforma mais recente do encanamento.

**Figura 49** - Fragmento ósseo coletado na Sondagem 1.

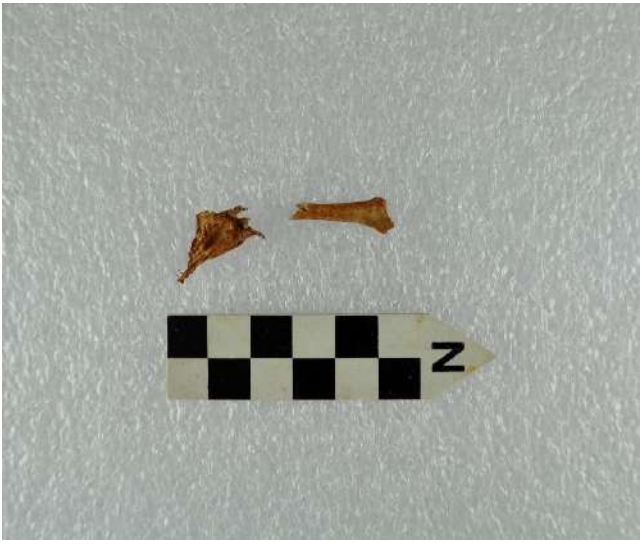
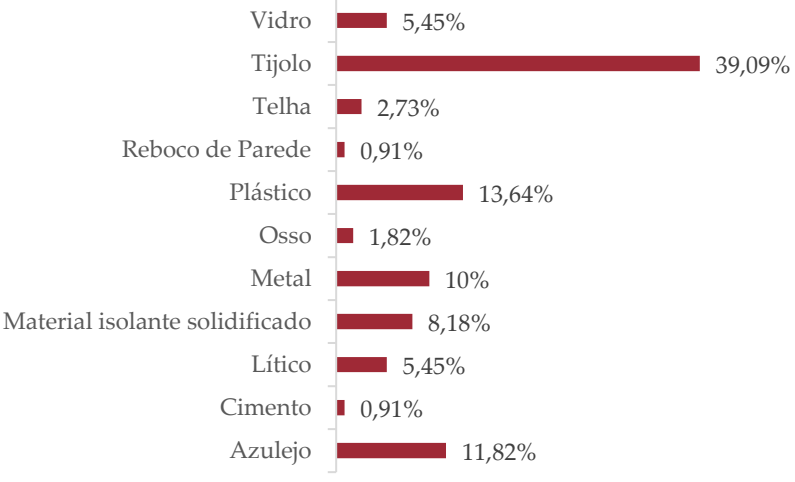


**Gráfico 2** - Vestígios coletados na Sondagem 1, por categoria.




A sondagem realizada na área de carceragem (Sondagem 3, Figura 50) foi aberta dentro de uma das celas mencionadas nas

fontes documentais e relatos orais, como cela utilizada pelo DOPS/MG para encarcerar os detentos políticos. O que foi evidenciado através dessa escavação, é que, após o nível de construção do prédio – composto por uma camada de concreto e por uma malha metálica – o sedimento que aparece já é referente ao "nível natural", isso é, parte da geologia natural da cidade de Belo Horizonte. Ou seja, as celas foram construídas sobre um nível natural, provavelmente por ter existido algum tipo de corte do terreno para nivelamento, prévio à construção do prédio. Na sondagem foram coletados 4 fragmentos, incluindo uma amostra de sedimento, material lítico e uma grade de metal.

**Figura 50** - Sondagem 3.



No caso da escavação dentro do "poço/piscina" (Sondagem 4), localizada no cômodo anexo ao estacionamento lateral, foi retirada a camada de cimento que fazia a cobertura da estrutura (Figuras 51 e 52), evidenciando que seu diâmetro é de 1,60 m. Para além da camada de cimento, o poço estava completamente

preenchido por uma camada de entulho, composta por blocos de concreto, e alguns materiais que se mostraram relevantes para a datação do fechamento dessa estrutura; dentre os materiais coletados destacamos fragmentos de jornais, tampas de garrafas de plástico e embalagens plásticas de doces, como mostra a Figura 53. Após a retirada de todo o entulho, identificamos que a profundidade do poço é de 1,40 m próximo à borda, e 1,50 m no centro, onde tem um ralo para escoar a água.

**Figura 51** - Sondagem 4, durante a escavação.



**Figura 52** - Sondagem 4, após a escavação.

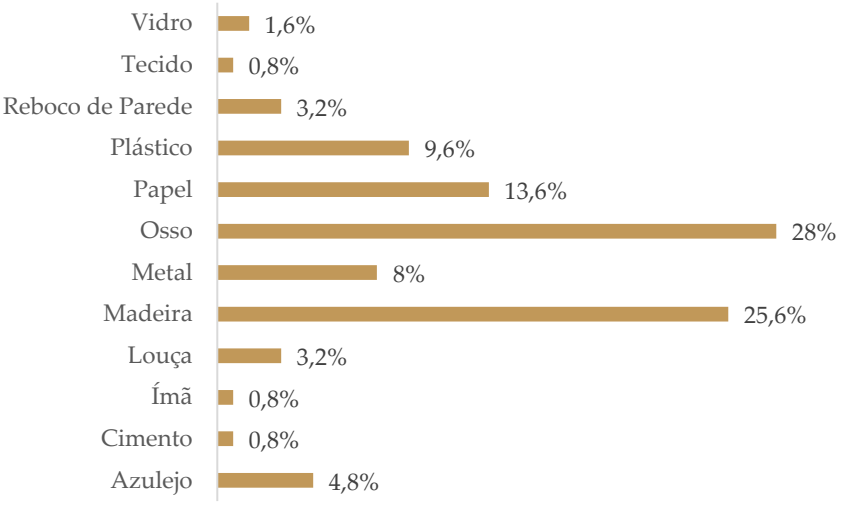


**Figura 53** - Fragmentos coletados na Sondagem 4.




A Sondagem 4 apresentou um contexto complexo e rico em informações, concentrando 125 fragmentos (43,6% do total), provenientes da camada de entulho retirada do poço. Cabe ressaltar que essa camada não foi coletada em sua totalidade, apenas amostras de maior relevância de cada categoria de material, com uma presença significativa de madeira (32 fragmentos), ossos (35 fragmentos) e papel (17 fragmentos), como mostra o Gráfico 3.

**Gráfico 3** - Vestígios coletados na Sondagem 4, por categoria.




Por meio desses vestígios foi possível estabelecer que o encobrimento do poço se deu, provavelmente, entre dezembro de 2007 e setembro de 2008, pelas datas de fragmentos de jornais coletados junto com o entulho (Figura 53). Também inferimos essa data pelo fato de que, no levantamento arquitetônico realizado pela empresa Século XXX, não consta a abertura desse poço (ver IEPHA, 2015, p. 155). Em outras palavras, o poço/piscina foi encoberto no período de transição da ocupação do prédio pelo DEOESP e pelo CERESP.

Na edificação anexa ao prédio principal, especificamente no pátio do estacionamento lateral (indicado como "E" na Figura 3) foram realizadas as sondagens 5 e 6. Na Sondagem 5 (Figura 54), foram identificados fragmentos vítreos (Figura 55), cerâmicos e metálicos, incluindo um projétil de arma de fogo (Smith; Wesson 38, Figura 56). Para além disso, foi localizada uma camada de pedras de grande porte, adicionadas ao local de forma artificial; provavelmente referente a alguma espécie de base de piso, que foi implantado nessa área para suportar o peso

dos veículos, visto que o estacionamento foi utilizado também pelo DOPS/MG.

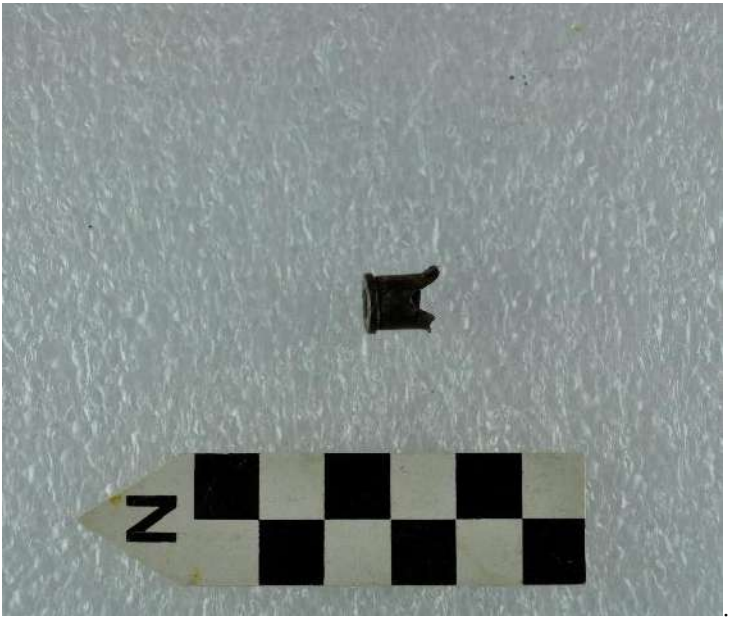
**Figura 54** - Sondagem 5.



**Figura 55** - Fragmento de recipiente vítreo coletado na Sondagem 5.

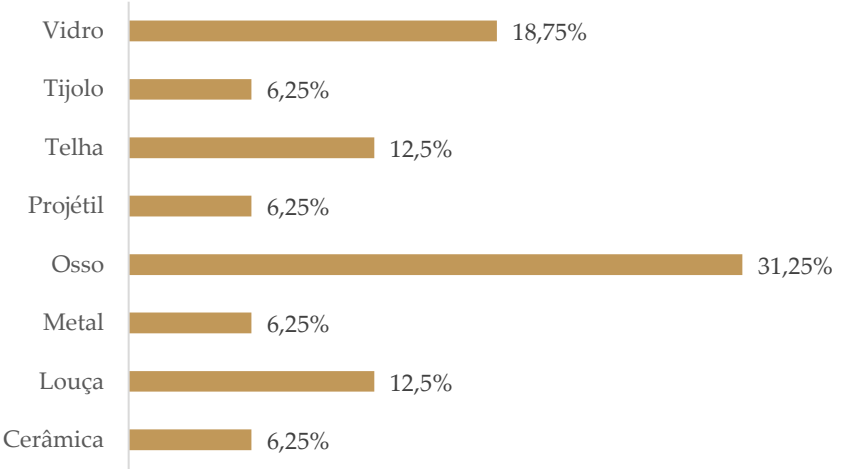


**Figura 56** - Fragmento de projétil de arma de fogo coletado na Sondagem 5.




A Sondagem 5 concentrou 16 fragmentos (5,6% do total). A diversidade de materiais inclui louça (2), ossos (5), telhas (2) e vidro (3), sugerindo descarte variado possivelmente relacionado a diferentes períodos de ocupação ou reformas relacionadas ao próprio estacionamento. O Gráfico 4 aponta as diversas categorias de materiais coletados e sua quantidade dentro da sondagem.

**Gráfico 4** - Vestígios coletados na Sondagem 5, por categoria.

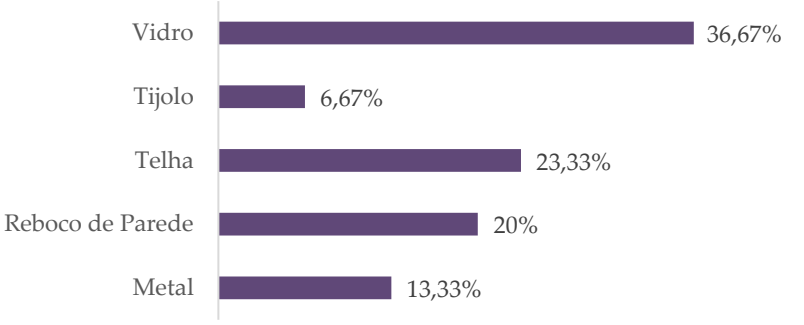



Em relação à Sondagem 6 (Figura 57), foram coletados 30 fragmentos (10,5% em relação ao total), com concentração significativa de vidro (11 fragmentos) e reboco de parede (6 fragmentos), indicando descarte de materiais construtivos e maior presença de material vítreo, conforme indicado no Gráfico 5.

**Figura 57** - Sondagem 6.



**Gráfico 5** - Vestígios coletados na Sondagem 6, por categoria.




A análise dos materiais construtivos revela um padrão significativo de reformas e modificações estruturais. Os tijolos, azulejos, reboco de parede, telhas e cimento totalizam 91 fragmentos (31,7% do total). Em contexto urbano, principalmente em edificações recentes que já passaram por reformas, era de se esperar a forte presença desse tipo de vestígio. A concentração destes materiais especialmente nas Sondagens 1 e 6 sugere que essas áreas podem ter servido como locais de descarte durante obras de reformas, ou que foram espaços que sofreram maiores intervenções ao longo do período. Com a finalização da análise primária dos materiais, eles foram acondicionados e armazenados de forma adequada no LEACH – Laboratório de Estudos Antárticos em Ciências Humanas, na UFMG, do qual o Prof. Zarankin é o coordenador (Figura 58). O Anexo 1 lista todos os materiais encontrados por categoria e Sondagem.

**Figura 58 -** Fotos dos materiais escavados no DOPS/MG que foram inventariados no LEACH.



A metodologia de escavação por sondagens permitiu identificar contextos funcionais específicos que refletem tanto o período de funcionamento do DOPS, quanto das outras instituições que seguiram funcionando no prédio. No contexto da arqueologia da repressão e da resistência e da preservação da memória, estes achados contribuem significativamente para a compreensão material do funcionamento deste centro de detenção e suas transformações posteriores.

A elucidação das fases construtivas através da análise dos materiais arqueológicos representa um ponto de alto interesse para a pesquisa continuada, podendo fornecer elementos cronológicos fundamentais para a reconstituição da biografia material deste importante sítio de memória. A continuidade das pesquisas e das atividades voltadas para a memorialização poderão ampliar substancialmente nosso conhecimento sobre a história material deste centro de repressão política.

## 4.3 Interpretando a materialidade do DOPS/MG

### *4.3.1 O espaço disciplinador*

O aparato repressivo da ditadura civil-militar brasileira, composto por órgãos como o DOPS/MG, tinha como objetivo identificar e reprimir qualquer tipo de ameaça e/ou oposição ao

regime, por meio de investigações sigilosas, sequestros, prisões arbitrárias, torturas e assassinatos. Nesse sentido, a coleta e análise de informações sobre essas possíveis ameaças era essencial no combate aos oponentes políticos do regime, afinal não é possível combater aquilo que não se conhece (Lemos, 2019). Joffily (2008), por exemplo, defende que o "coração" das atividades desses órgãos, como o DOI-CODI de São Paulo, era justamente os interrogatórios e as análises dos dados.

Nesse contexto, a tortura funcionou como uma forma de extração de informação que se dava a partir da anulação da identidade dos presos políticos ou da diminuição de sua capacidade física e emocional (CNV, 2014). Acontece que essa tentativa de anulação do "eu" dos detentos ultrapassava as paredes das salas de tortura, envolvendo todo o processo de detenção desses indivíduos (Lemos, 2019). Como está colocado no manual *Kubark*, o "sucesso" do interrogatório/tortura muitas vezes depende da experiência de detenção do preso porque o seu senso de identidade está sujeito a uma continuidade de seus hábitos, dos ambientes por ele frequentados, de sua aparência corporal, de suas relações sociais etc. Sendo que a detenção permite que o interrogador corte todas essas ligações, criando um ambiente e um estado corporal/físico que desestabiliza o senso de identidade do prisioneiro (CIA, 1963).

Nesse sentido, a criação de um ambiente e de um cotidiano que afetasse os presos foi essencial no funcionamento desses órgãos. De acordo com Lemos (2019), os centros de detenção da ditadura funcionaram como agentes disciplinares do regime ditatorial. Isso significa que esses órgãos, assim como toda instituição prisional da sociedade moderna, seguindo os preceitos de Foucault (2002), se voltavam para a disciplinação da mente e dos corpos dos detentos, a fim de desconstruir o eu desses transgressores e de torná-los dóceis e obedientes. Só que essa disciplinação se dava por meio da utilização de uma materialidade muito específica: um espaço no qual se podia ter

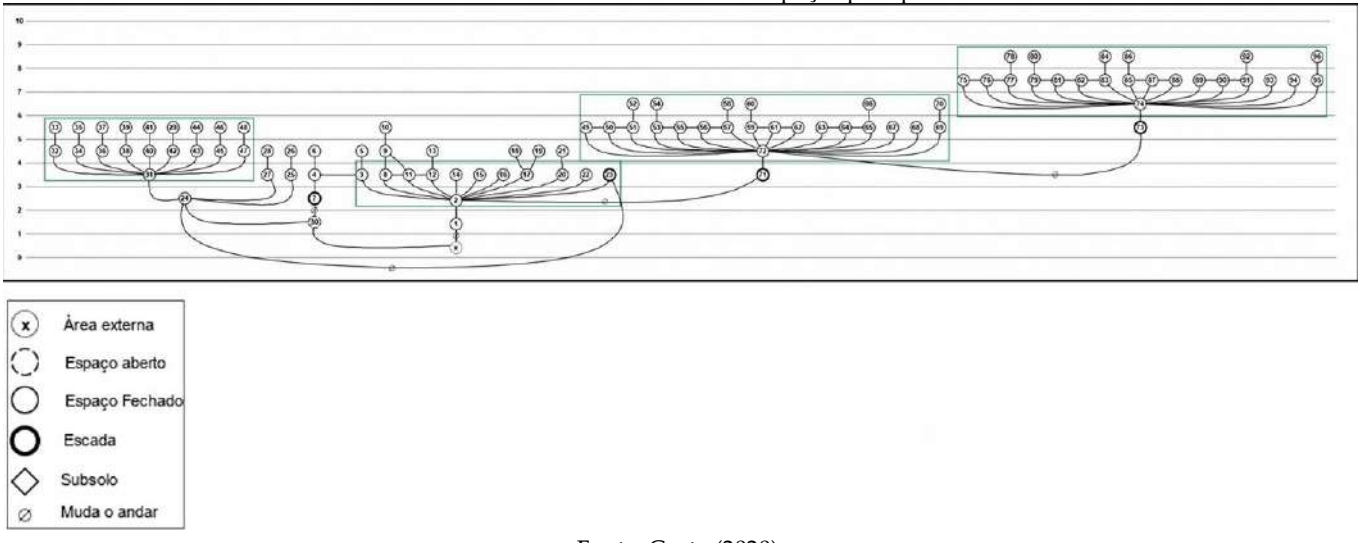
o controle dos prisioneiros e das experiências por eles vividas. Por isso, quando falamos de centros de detenção, falamos de espaços de controle e de vigilância.

A seguir, será discutido como o próprio DOPS/MG possuía uma espacialidade disciplinadora e como ela se relacionava com as estratégias repressivas implementadas cotidianamente no órgão. Essa discussão tem como base os resultados adquiridos com a aplicação do modelo *gamma* e dos índices de Blanton no estudo do espaço arquitetônico do órgão: com o conjunto de plantas referente ao projeto original de construção do prédio, de 1958, e o conjunto de plantas de 2012, baseado em levantamentos arquitetônicos de 2008 e 2012 e adaptado por Costa (2020), foram montados dois gráficos (Gráficos 6 e 7) aplicando o modelo *gamma* e, com base nos gráficos, foi realizado também o cálculo dos índices de escala, integração e complexidade (Tabelas 1 e 2)[17].

A partir da observação do Gráfico 6, se percebe um padrão de disposição dos cômodos dentro do prédio. Todos os andares seguem a mesma lógica: um cômodo chave (no caso os corredores 2, 21, 72 e 74) a partir do qual as demais salas podem ser acessadas. Esse tipo de arranjo espacial num gráfico *gamma* é característico do modelo panóptico e foi definido por Zarankin (2002) enquanto uma *forma panóptica simples*, na qual a vigilância e controle da circulação e passagem se faz através de um único espaço.

[17] As tabelas 1 e 2 foram montadas a partir dos dados da quantidade de nós (cômodos), distância de cada cômodo ao exterior e quantidade de conexões entre os nós (Tabela 2 - Anexo 4 e Tabela 3 - Anexo 5).

**Gráfico 6** - Gráfico de análise *gamma* montado a partir das plantas do projeto original do DOPS/MG. Marcados em verde estão os espaços panópticos.




Fonte: Costa (2020).

**Tabela 1** - Resultado do cálculo das medidas de Escala, Integração, Complexidade A e Complexidade B, realizados a partir do Gráfico 6.

| **Índice calculado a partir das plantas originais** | | | |
|---|---|---|---|
| **Índice de Escala** | **Índice de Integração** | **Índice de Complexidade A** | **Índice de Complexidade B** |
| 96 | $\frac{234}{96} = 2{,}43$ | 234 | $\frac{467}{96} = 4{,}86$ |

Fonte: Costa (2020).

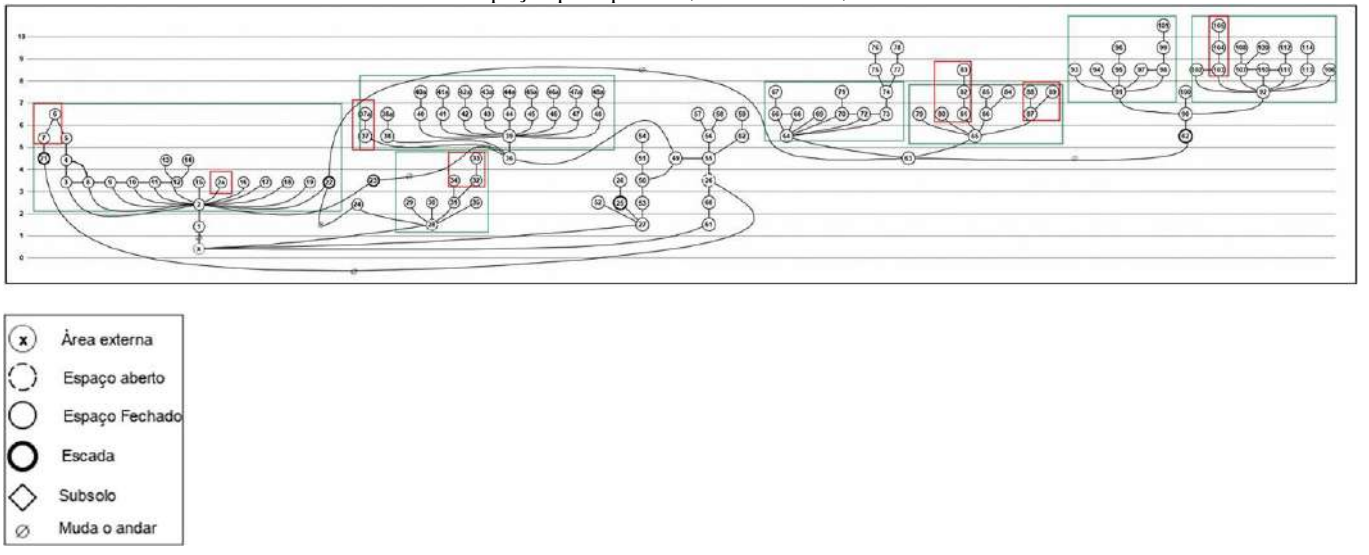
Interpretando os índices de escala, integração e complexidade, principalmente na relação entre o índice de integração (a média de conexões entre os cômodos) e o índice de complexidade B (a média de cômodos que se atravessa para chegar à área externa). O índice de integração ser 2,43 significa que cada cômodo tem em média este número de acessos, isto é, se conecta com 2 cômodos. Sendo o valor mínimo de integração "1". Contudo, o fato de alguns cômodos serem acessados por 2 vias, ou melhor, se conectarem a 2 outros cômodos, não implica que são espaços de alta circulação e acessibilidade, como pode parecer num primeiro momento. Pensando na função destes cômodos e que cômodos são esses que estão se conectando, o que se nota é que são espaços de acesso restrito, como por exemplo as celas que se conectam ao corredor e possuem uma única porta, mas também se conectam à dependência sanitária, tendo assim uma conexão total com 2 espaços.

O índice de complexidade B, por sua vez, implica que a média de cômodos que se atravessa para sair do prédio é 4,86, indicando alto grau de isolamento e confinamento de seus espaços. Este dado é perceptível também ao observar o nível de profundidade dos espaços, que vai aumentando à medida que se distanciam do exterior. Neste caso a área mais profunda e isolada do prédio são os andares superiores – terceiro e quarto andares – cujo acesso só é possível a partir de uma única via: a

escada 71, que conecta o segundo e terceiro andares, e a escada 73, conectando o terceiro e quarto.

Para dar continuidade às análises e realizar a comparação entre os resultados a partir dos gráficos *gamma* e do cálculo dos índices de escala, integração e complexidade, seguem o Gráfico 7 e a Tabela 2, montados a partir das plantas de 2012. O Gráfico 7 conta as escadas 21 e 23 enquanto cômodos de passagem ativa, ao invés de considerar seu fechamento. A escada 25 e o cômodo 20, entretanto, são analisados da forma com que estão nas plantas de 2012, já que não são mencionados nos testemunhos e se sabe que, pelo menos, desde 2008, essas modificações (a transformação dos cômodos 3 e 4 em um só – o de número 20 – e o fechamento da passagem deste novo cômodo para o corredor) já existiam.

**Gráfico 7** - Gráfico de análise *gamma* montado a partir das plantas do levantamento de 2012 feito pela empresa Século XXX. Marcados em verde estão os espaços panópticos e, em vermelho, os cômodos onde houve tortura.




Fonte: Costa (2020).

**Tabela 2** - Resultado do cálculo das medidas de Escala, Integração, Complexidade A e Complexidade B, realizados a partir do Gráfico 7.

| **Índice calculado a parti das plantas de 2012** | | | |
|---|---|---|---|
| **Índice de Escala** | **Índice de Integração** | **Índice de Complexidade A** | **Índice de Complexidade B** |
| 126 | $\frac{279}{126} = 2{,}21$ | 279 | $\frac{694}{126} = 5{,}5$ |

Fonte: Costa (2020).

A configuração espacial observada através do Gráfico 7 traz uma disposição consideravelmente diferente do que foi apresentado no Gráfico 6, referente às plantas originais do prédio. Desta vez há uma variação de padrões e na forma com que o panóptico acontece, segundo Zarankin (2002, p. 122), esta configuração espacial se enquadra no modelo chamado forma panóptica complexa horizontal, um modelo no qual o controle interno é mais evidente e a circulação se torna mais complexa, pois há vários pontos panópticos a se "atravessar" dentro do prédio.

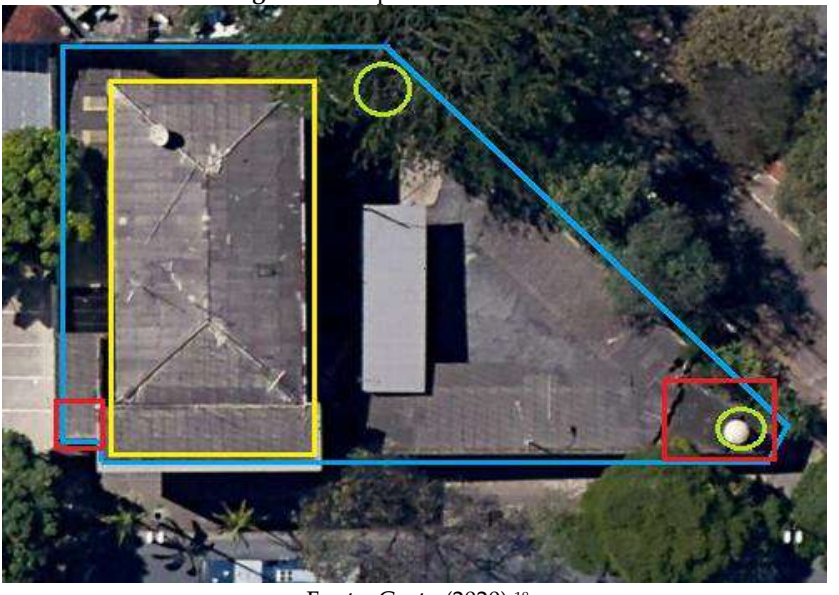
Sobre os índices de escala, integração e complexidade, há uma significativa variação no índice de escala; de 96 nós (cômodos), agora o que se tem são 126, 30 nós a mais do que na planta original. Lembrando que no projeto original, cômodos externos ao prédio principal não existiam, e na planta contemporânea há o detalhamento de todos os cômodos, armários e espaços que compõem a estrutura dos dois lotes. O índice de integração teve uma variação aparentemente pequena, passando de 2,43 para 2,21. Se pensarmos que aumentou o número de cômodos e diminuiu o valor médio das conexões entre eles, percebe-se que a circulação é muito mais estreita e controlada e os cômodos cada vez mais profundos dentro do espaço.

Passando para o índice de complexidade B – a média de cômodos que se atravessa para chegar ao exterior – o valor que antes era 4,86 agora é 5,5, significando que o nível de isolamento e profundidade dos cômodos aumentou com as alterações que

ocorreram em sua estrutura, fator que é perceptível também pela observação do gráfico. Também é importante identificar onde é que estão localizados dentro dessa organização espacial os espaços "novos" que incluem a sala de cortiça (contemporânea ao DOPS/MG) e o conjunto da "sauna" e "piscina" (que podem ou não ser contemporâneos ao funcionamento do DOPS/MG e que, por isso, foram incluídos na análise).

A sala de cortiça (número 6) se comparada ao restante dos cômodos do segundo andar, é o espaço de maior profundidade: está a 6 níveis de distância da área exterior, sendo o local de maior isolamento (no segundo andar). Para acessá-la a partir do corredor (cômodo 2) deve-se passar pela sala de espera (cômodo 3), a sala do delegado (cômodo 4) e a antiga dependência sanitária (cômodo 5). Quando observada na planta, por estar localizada na parte frontal do andar principal (ver Figuras 23 e 59), tem-se a falsa ideia de que é um cômodo de fácil acesso. Porém, quando analisado em perspectiva à quantidade de cômodos que se "atravessa" para chegar ao exterior, e quando considerado o fato de ter sido isolada acusticamente, percebe-se que ela está uma condição alta de isolamento espacial em relação às salas de trânsito comum. Ela foi construída diretamente atrás da sala do delegado (cômodo 4), ambiente que não é de circulação livre no prédio, pelo contrário, é a sala de alguém em uma posição de *poder* e hierarquia alta dentro da instituição.

**Figura 59** - O prédio visto de cima.



Fonte: Costa (2020).[18]

O cômodo 7 e a escada 21, como já mencionado, também são espaços de circulação controlada, permeados por portões e portas trancadas, só abertos quando alguém necessita entrar neste lugar especificamente, não são locais onde se circulava cotidianamente. Além disso, o acesso com o primeiro andar através do pátio (número 26) dá à sala de cortiças uma ligação direta com a carceragem. Isso significa que a circulação entre a carceragem e a sala de cortiça não dependia do corredor principal do segundo andar.

Já o conjunto da "sauna e piscina" tem a peculiaridade de estar localizado em uma estrutura aparentemente fora do prédio (ver Figura 59). O estacionamento (28), que é o espaço chave

[18] Marcados em azul estão todos os espaços que compõem a estrutura do prédio. Em amarelo está a edificação principal. Em vermelho estão (à esquerda) a sala de cortiças e (à direita), na lateral do estacionamento, a estrutura arquitetônica da "sauna e piscina". Os círculos verdes identificam as duas guaritas.

para se acessar o local, tem saída direta para a Avenida Bernardo Monteiro, sendo parte dos fundos/lateral do prédio. Ao observar a imagem aérea do prédio, se identifica bem onde estes espaços estão localizados. O outro acesso ao estacionamento é através da passarela (24) que faz a conexão com o prédio principal, passarela esta que não tem sua passagem livre, cabe ressaltar, é cercada por grades e tem portões com cadeados em ambas as extremidades. O distanciamento da estrutura principal de funcionamento da delegacia e a restrição dos que tinham real acesso à área do estacionamento também faz com que os cômodos da "sauna e piscina" sejam espacialmente isolados, além de serem controlados também pelas guaritas, que têm visibilidade total do estacionamento (28).

Apesar da sala de cortiças ser o cômodo mais isolado dentro do segundo andar, os espaços mais profundos do prédio são os dois últimos andares; justamente os espaços que foram destinados para abrigar o DOI-CODI e onde as torturas foram realizadas. Através do gráfico se vê que um dos cômodos de maior profundidade – que está a 10 níveis de distância da área exterior – é o cômodo 105, identificado enquanto a dependência sanitária da sala do delegado (cômodo 104), que funcionou enquanto local de tortura na década de 1970.

A sala onde há relatos de prisão política no período ditatorial (cômodo 80) está a seis níveis de distância do exterior, e os cômodos utilizados para a tortura (salas 81, 82, 83, 87, 88 e 89) variam entre seis e oito níveis de profundidade, mantendo o alto índice de confinamento e isolamento, pela distância do exterior, e também por se localizarem próximas às salas de delegados e/ou gabinetes (ou serem as próprias salas dos delegados), onde a circulação é extremamente seletiva, não se caracterizando enquanto espaço de trânsito comum.

Com esses dados fica claro que o prédio do DOPS/MG sofreu modificações que causaram uma série de impactos na forma como se circulava no local e no funcionamento de sua

estrutura repressora, principalmente a partir dos anos 1970 com a presença do DOI-CODI. O confinamento e isolamento são características que estão presentes no prédio desde sua construção em 1958, mas que foram intensificadas com a reestruturação de sua organização espacial, demonstrada nas plantas de 2012. Além disso, a clandestinidade presente na atuação do DOPS e do DOI-CODI foi traduzida espacialmente, com o isolamento e baixa acessibilidade dos cômodos que funcionavam como celas e como salas de tortura e com a possibilidade de alto controle da circulação de pessoas nesses espaços. É cabível fazer uma menção aos manuais de interrogatório mencionados anteriormente, tanto o *Kubark* (CIA, 1963) quanto o manual do CIE (Magalhães, 2004), que prezavam que os espaços de detenção e, principalmente, de "interrogatórios", devessem ser isolados espacialmente. Esse isolamento era importante para garantir a privacidade das ações clandestinas perpetradas o que, por sua vez, assegurava a aparência de "legalidade" da atuação desses órgãos.

No entanto, essa configuração espacial, que privilegia o controle de movimentação, a vigilância, e que "esconde/isola" as ações clandestinas implementadas, não é uma especificidade do DOPS e DOI-CODI de Minas Gerais. Órgãos como o DEOPS/SP, o DOI-CODI/SP e a Casa da Morte de Petrópolis, analisados por Lemos (2019), também com a aplicação do modelo *gamma*, possuem essa mesma espacialidade disciplinadora que:

> [...] seguindo os princípios básicos do ordenamento panóptico, favorecia: a vigilância sobre os detentos e o isolamento/ segregação dos mesmos, assim como o controle de movimentação dos indivíduos que circulavam nesses locais, garantindo que as celas e as salas de tortura fossem pouco acessíveis [...] (Lemos, 2019, p. 349).

Isso evidencia, ainda de acordo com a autora, um plano repressivo estatal estratégico e centralizado, que tinha a Doutrina de Segurança Nacional como base ideológica e que foi materializado pelos espaços dos centros de detenção, entre eles, o espaço do DOPS e DOI-CODI de Minas Gerais.

### *4.3.2 A sensorialidade do Terror*

Como foi colocado no tópico anterior, os centros de detenção da ditadura civil-militar brasileira eram órgãos disciplinares que buscavam desconstruir a identidade dos presos políticos. Para alcançar esse objetivo, além de contarem com organizações espaciais que facilitavam a vigilância e o controle dos agentes, esses órgãos construíam um cotidiano de disciplina que envolvia: horários de alimentação e de sono; a qualidade da comida servida (quando servida); a privação ou uso irregular do banho de sol; controle de contato entre os detentos; limpeza e temperatura dos espaços carcerários; lotação e tamanho das celas (que se liga a questão da mobilidade corporal dos detentos); incomunicabilidade etc. (Lemos, 2019). As vivências sensoriais diárias dos presos eram construídas a partir do controle dessas variáveis, que, seguindo os preceitos do manual de interrogatório do CIE, devia gerar desconforto constante nos prisioneiros, para pressioná-los, para afetá-los mental e fisicamente e, assim, torná-los mais dependentes do interrogador (Magalhães, 2004).

No DOPS/MG não foi diferente, várias dessas estratégias disciplinares também foram implementadas nesse órgão a fim de se construir um ambiente de terror e de desconforto para os detentos, para torná-los "dóceis" e obedientes. A seguir será discutido, com base em relatos de ex-presos políticos que passaram pelo DOPS/MG, como essas estratégias fizeram parte do funcionamento cotidiano do órgão, como os presos

encontraram meios de resistência e como tudo isso se relaciona à materialidade do local.

Para dar início a discussão, será abordada a condição das celas do DOPS/MG e de seus mobiliários. De acordo com Maurício Paiva, um dos ex-presos políticos detidos no local em 1969, o chão era **sujo**, **empoeirado** e continha **inúmeros percevejos e pulgas** (Paiva, 1986 – grifo nosso). Já segundo o relatório final da CNV, Flávio Ferreira da Silva, levado em 1964 para o DOPS/MG, "[...] permaneceu por algum tempo **incomunicável** 'em uma **cela escura, fétida e úmida**, **praticamente nu**' [...]" (CNV, 2014b, p. 1761, grifo nosso). Relatos de outros ex-presos políticos corroboram as informações de que os cômodos de detenção do DOPS/MG eram insalubres:

> E **tinha muita pulga** na cela, era **um inferno** (Sigiloso, 2017, p. 6, grifo nosso).
> E, voltando ao colchão, **com pulga, com tanta pulga que você não conseguia dormir. Eu dormia em pé, encostava na parede**, dormia em pé, aí a hora que estava quase dormindo descia, mas pouco tempo depois tinha que levantar por causa quantidade, é pulga mesmo (Valadares, 2014, p. 6).

Além da sujeira e dos insetos, muitas vezes, os presos não tinham colchão para dormir. Maurício de Paiva, por exemplo, afirma que no DOPS/MG ele dormiu em cima de um lençol que foi emprestado por outro preso (*PAIVA*, 1896). Irany Campos, preso no local em 69, também tinha que dormir no **chão sujo**, mesmo ferido e estando com curativo da cirurgia a qual tinha sido submetido antes de ser preso; ele só recebeu uma cama com cobertor por interferência do diretor do pronto socorro ao qual foi levado dias depois (Campos *et al*., 1969).

Inclusive, como conta Irany Campos (2015), ele só foi levado ao hospital, depois de mais de uma semana preso no DOPS/MG com febre e com a saúde comprometida, devido à

reclamação dos outros presos. Como seu curativo cirúrgico não era trocado, ele começou a exalar um odor forte que passou a incomodar os detentos da cela vizinha na hora da refeição. Por causa disso, eles começaram a reclamar e os agentes levaram Irany à noite para um hospital para a troca de curativo. (Campos, 2015). Essa é outra estratégia repressiva implementada nas carceragens do DOPS/MG, falta de assistência médica. Estratégia também utilizada com Maurício de Paiva, que já chegou ao DOPS/MG ferido por um tiro na perna, mas só foi levado ao hospital depois de 4 horas de ter sido baleado, preso e espancado (Campos *et al.*, 1969). Luiz Dulci, preso já em 1980, depois de dias com uma otite grave, só foi atendido por um médico graças à intervenção de Washington Mello e Dídimo de Castro, jornalistas que ao visitarem outro preso político no DOPS/MG se depararam com Dulci (Mello, 2017). Luiz Gomes (2014), por sua vez, conta que, preso no local em 68 com hepatite, passava muito mal, mas a auditoria negou que ele fosse transferido para um hospital, ou seja, negou socorro. A situação só se modificou quando os outros presos políticos fizeram manifestações para que ele fosse atendido devido ao seu estado de saúde; com isso, ele foi visitado por um médico e tratado na cela (Gomes, 2014).

Entretanto, até mesmo a própria assistência médica podia se tornar uma forma de violência. Maria Nahas, presa em 1969, conta que o Dr. Jean Paul, em uma madrugada, foi lá para "cuidar" dos prisioneiros e, ao atender Murilo da Silva, cujas feridas devido aos espancamentos eram enormes, fez suturas sem anestesia e sem qualquer higienização na "imundice" do "porão" do DOPS/MG (Nahas, 1999). Esse relato, assim como os anteriores, demonstra que as condições de higiene pessoal as quais os presos eram submetidos também eram precárias. Tereza Salomão (s/d), por exemplo, afirma que seu marido, Virgílio Salomão (preso no DOPS/MG em 1964, por três ou quatro dias), quando foi solto, **estava com febre, todo sujo e**

**vomitado**. Ou seja, além de não ter recebido nenhuma assistência médica depois das torturas que sofreu, ele também não teve possibilidade de se limpar. Isso significa que não era sempre que os presos tinham acesso à ducha, ou porque ficavam em cômodos utilizados como celas que não tinham banheiro (algumas estão marcadas nas plantas de 2012), ou porque, quando ficavam em celas com banheiro, as duchas não funcionavam adequadamente. De qualquer forma, isso apenas reforça que as instalações do DOPS/MG eram precárias.

Além da detenção em ambientes inadequados e da falta de assistência médica, para debilitar os prisioneiros, eles eram privados de alimentação ou se alimentavam precariamente; táticas que, segundo o relatório do CIE, deveriam ser empregadas para conservar os presos "num razoável estado de saúde" (Magalhães, 2004). Geraldo de Lima, ao comentar a sua prisão com Carlos da Silva em 64, menciona que eles ficaram dois dias sem receber "uma gota d'água e qualquer alimento" (COVEMG, 2017). Quando Murilo da Silva e outros membros do Colina foram presos em 29 de janeiro de 69 e levados ao DOPS/MG, foram obrigados a ficar de pé na cela, olhando para a parede, **sem água ou comida até a madrugada do dia seguinte**, sendo agredidos a todo momento que chegavam policiais (Campos *et al.*, 1969). Irany Campos, por exemplo, ficou sem comer porque lhe davam arroz cru e feijão azedo (Campos *et al.*, 1969). Carlos Valadares (2014), que também ficou preso no DOPS/MG 69, viveu a mesma situação que Irany:

> Lá no DOPS **a pressão psicológica é muito grande**, então, por exemplo, **dormir sem colchão, comida, todo dia comida estragada**. Eles deixavam a comida dois dias lá para você comer. E, não tinha jeito, **era comida azeda, era feijão e arroz** e, basicamente. Então, **era para debilitar o máximo** (Valadares, 2014, p. 6, grifo nosso).

Valadares (s/d) também afirma que, às vezes, as celas podiam ficar lotadas, chegando a ter 10/12 presos nas maiores delas, o que fazia com que cada detento tivesse menos de 3m² para se movimentar, uma limitação de mobilidade extrema. Algo que poderia amenizar os efeitos da restrição de mobilidade dos presos quando as celas estavam lotadas era o banho de sol. No entanto, de acordo com Edson Soares (s/d), detido no DOPS/MG de outubro de 68 até fevereiro de 69, não havia banho de sol no local. Outra tática repressiva utilizada para intensificar as sequelas do encarceramento.

Ainda em relação à distribuição espacial dos prisioneiros, pelas informações coletadas através de depoimentos, é possível concluir que presos comuns e políticos compartilhavam as celas (Covemg, 2017; Fantini, 2015; Vasconcelos, 2017). Por isso, por mais que em alguns dos relatos orais estudados apenas quatro cômodos na carceragem em específico foram apontados pelos presos como locais nos quais ficaram detidos (essas celas estão demarcadas em vermelho na planta de 2012 na Figura 17), é possível concluir que todas as celas abrigavam prisioneiros comuns e políticos. No entanto, a divisão dos presos políticos por celas não era aleatória. João Guia, preso no órgão no final de 68 e início de 69, diz que foi colocado na cela 05 e Jorge Batista na cela 07, para que os dois não pudessem se comunicar (Guia, 2017). Já Jurandir Cunha afirma que quando chegavam presos políticos novos, eles não eram colocados nas mesmas celas que os presos "dominados", que já estavam lá há mais tempo. Dessa forma, como ele ficou preso por meses no local, o mudavam de cela com frequência, para que outros presos pudessem ser alocados (Cunha, 2016). Por isso, na carceragem existia o que Carlos Valadares chama de "uma certa rotatividade interna" e que "[...] sempre depois de um tempo você acabava conhecendo todo mundo que estava preso" (Valadares, s/d, p.9).

Sabe-se então que o remanejamento espacial dos prisioneiros era uma tática utilizada cotidianamente pelo órgão,

na tentativa de controlar e de evitar determinados contatos entre eles. E, se for considerado que as celas na carceragem possuíam portas que ficavam praticamente uma de frente para a outra, o que facilitava a comunicação visual e sonora entre os presos de diferentes celas, então a questão da distribuição espacial dos detentos deveria ter uma importância ainda maior. Por outro lado, os cômodos identificados como espaços de detenção e tortura nos últimos andares, demarcados nas plantas de 2012, podem ter sido utilizados como celas para presos que deviam ficar completamente isolados do restante da população carcerária. Milton de Souza, por exemplo, detido em 1971, relata que assim que chegou no DOPS/MG foi colocado em uma "área incomunicável" (Souza, 2105). Judith Malina e Mary (membros do grupo de teatro *Living Theatre*), quando ficaram presas no DOPS/MG entre os dias 01/07/71 e 02/07/71, ao invés de serem levadas à carceragem (o que ocorreu quando foram detidas pela segunda vez), ficaram em um quarto pequeno, com a porta trancada (COVEMG, 2017). Por mais que tenha sido uma prisão rápida e de figuras públicas, esse acontecimento reforça que outros cômodos do prédio eram utilizados como cela pra isolar presos específicos.

Além do isolamento, a incomunicabilidade também era implementada sistematicamente a fim de aumentar a vulnerabilidade do detento, não só pelo DOPS/MG, mas pelo sistema repressivo mineiro de forma geral, como o relatório final da COVEMG (2017) demonstra muito bem. Nesse contexto, o direito dos prisioneiros políticos de receberem visitas era "ofertado" de acordo com os interesses da repressão. Entretanto, quando era permitido que os presos recebessem visitas no DOPS/MG, além de poderem socializar rapidamente com familiares/amigos e receberem algum suporte moral, esse era o meio pelo qual eles conseguiam receber roupas limpas e comida (Cunha, 2016; Sigiloso, 2015). Isso, sem dúvidas, amenizava de

alguma forma a experiência de detenção em um ambiente de controle, desconforto e violência.

Outra estratégia repressiva implementada pelo órgão para criar uma ambiência de terror e aumentar a "pressão psicológica" era fazer com que os gritos de tortura fossem ouvidos pelos detentos. Segundo o próprio relatório de tombamento "[...] em todos os relatos de vítimas de tortura a lembrança dos gritos dos amigos é recorrente" (IEPHA, 2015, p. 42). Carlos Valadares afirma que, quando foi detido, a vizinhança já reclamava dos gritos ouvidos à noite e que eles eram muito fortes (Valadares, 2014). E, de acordo com o depoimento de uma ex-presa política, antes de torturarem outra detenta no local, "[...] um carcereiro, chegou rindo, falou assim: "Ó, se vocês não quiserem ouvir, vocês tampem o ouvido"" (Sigiloso, 2017). Isto é, de fato, os gritos dos torturados compuseram o cotidiano de medo do DOPS/MG, que era reforçado por outras táticas de terror como, por exemplo, simulação de fuzilamento:

> [...] quando chegamos no DOPS, **o terror psicológico continuou**, eles colocaram a gente num muro e falaram que era o paredão de Fidel Castro, e **atiraram na gente com bala de festim, atiraram de fuzil**. Então, o pavor, **criou aquele pavor que a gente nem dormia direito** [...] (Santos, s/d, p. 7).

> [...] no DOPS mais tarde, **eu era manietado e servia assim pra me amedrontar, de tiro ao alvo de brincadeirinha né, sádica do Senhor David Hazan**, que era um... Que era uma pessoa assim de um estilo bem nazista, uma pessoa assim de uma atrocidade. (Cunha, 2016, p. 11).

Até mesmo crianças chegaram a ser utilizadas no DOPS/MG como ferramentas de tortura psicológica. Eduardo Silva, com 4 anos de idade, foi preso com sua mãe, Maria Madalena Soares, e levado ao órgão em outubro de 71, onde permaneceu por alguns

dias com passagem também pela 4ª Companhia de Comunicações do Exército (Brasil: Nunca Mais, 1985; Silva, 2017). Segundo a denúncia presente no *Brasil: Nunca Mais* (1985), os agentes ameaçavam constantemente Maria afirmando que matariam Eduardo se ela não informasse o paradeiro de seu marido, outro militante político. Ademais, quando os agentes buscaram Eduardo para entregá-lo aos familiares, eles afiançaram à Maria que o levariam para um orfanato (*Brasil: Nunca Mais*, 1985). Outro caso ocorreu ainda em 1971:

> [...] **tinha uma moça que eu não me lembro do nome, que tinha uma garotinha de 01 ano e 08 meses.** E a menina eles apreenderam, não levaram a menina pra cela e a menininha, levaram a menininha pro [...] Orfanato. Aí **quando eles levaram a menininha lá, eu não sei se era pra ela ver ou se era pra fazer terrorismo, a menininha ficava muito apavorada. A criança, apesar de tão novinha, ela percebia aquela, como disse, os místicos, aquela energia negativa que tinha lá dentro do DOPS.** [...] Aí o juiz de, que chamava juiz de menor, não sei se ainda chama assim. Foi lá no internato fazer visita rotineira, acredito, e percebeu que a criança não era uma criança de internato, de orfanato, era uma criança diferente, parece que a menina se afastou, chegou perto dele. E o cara ficou doido pra pegar a menina pra ele. **Eles fizeram tudo pra obrigar a mãe a passar a guarda pra ele, mas ela não aceitou, ela não deu de jeito nenhum a menina**. Em que pese as boas intenções do juiz, mas realmente a filha era dela. Depois de um tempo ela acabou sendo solta e o pessoal da AP também era barra leve. Era mais assim conscientização, panfletagem, essas coisas, e ela foi embora com a mãe (Sigiloso, 2017, p. 8-9).

Também era comum que os prisioneiros tivessem que ver outras pessoas serem violentadas ou com as marcas das violências sofridas. Jurandir Cunha (2016) conta que viu uma prisioneira nua passar em sua frente sendo praticamente arrastada e que ela foi torturada no "terceiro andar" (último

andar) do prédio. Magda Neves, presa no local por duas vezes em 71, conta que apesar de não ter sido torturada fisicamente, pois seu pai era general, ela o foi psicologicamente, a humilharam obrigando-a a passar um café e, além disso, ela viu suas amigas e uma outra mulher com sinais de espancamento:

> [...] eles me levaram para o DOPS né, eu **fiquei sentada lá numa cadeira 1 hora, um me pediu para fazer café para eles e eu fiz café com muita raiva né**, mas enfim, estava em uma situação difícil [...] Bom, depois eles me levaram de volta para o DOPS, eu fiquei lá uns 3, 4 dias, **via as minhas amigas**, não sendo torturadas, mas quando elas vinham na minha frente, elas estavam já **muito machucadas né, eu vi que elas apanhavam,** tanto Marilda como Mariléia, como uma outra pessoa que eles me puseram face a face [...] ela foi colocada na minha frente várias vezes, para mim dizer alguma coisa sobre ela, mas eu não a conhecia, enfim, **fiquei alguns dias no DOPS com uma pressão psicológica muito grande** (Neves, 2015, p. 5).

Edson Soares e João Guia, por exemplo, viram quando os membros do COLINA chegaram em janeiro de 69 no local (Guia, 2017; Soares, s/d), amarrados, sangrando e humilhados, com policiais os batendo constantemente (Soares, s/d). Neste momento, para levantar a moral dos seus companheiros e a sua moral, que segundo Soares (s/d) estava baixa, ele começou a cantar alto por volta das 4 ou 5 da manhã, e mesmo com a polícia pedindo para parar, ele não parou. Esse foi um ato simbólico que demonstra que mesmo em uma ambiência de terror, há espaço para resistência. Inclusive, a solidariedade entre os presos era uma das principais formas de resistência à violência do DOPS/MG. Quando Jurandir Cunha (2016) chegou no órgão, foi jogado da escada que levava para a área da carceragem - violência denominada pelos agentes como "escada rolante" e que também foi aplicada no Edson Soares (s/d) – e começou a ser arrastado, ele foi salvo pelos companheiros:

> [...] o Vicentão numa... **Numa forma assim, vamo dizer de coragem, e de dedicação e de compromisso** né, e a gente relata isso assim né, como reconhecimento, **ele começou a gritar dentro lá dos porões** [...] que o Persichini estava vivo, Jurandir estava vivo, que não era possível que... **Ele sempre com essas palavras de ordem né, para tirar a atenção para mim, e o Vicentão com isso, ele tirou a atenção toda que estava pra cima de mim**, porque eles estavam preparados pra me... pra me submeter mais uma vez né, pra eu contá o quê que eu num contei na Usiminas [...] Mas o Vicentão com isso, todos os policiais ali sediados ali no DOPS, voltaram para o Vicentão, e os outros companheiros que tavam lá [...] os companheiros que ali estavam, cada na sua... Na sua condição, mas todos nós companheiros de cela. E com isso, **eles levaram mangueiras com água, pra jogar naqueles presos que estavam, vamos dizer, se rebelando, e de uma certa maneira tirou o foco**, porque naquela ma... Isso foi numa madrugada, naquela madrugada eu seria... Eles me exterminariam porque eles viram que... Como né, eles num tinham arrancado nada de mim, e eu sei que com isso o Vicentão desviou (Cunha, 2016, p. 12).

Outro caso de solidariedade entre os prisioneiros envolve Délio Fantini. Depois de torturado e com ferimentos graves, ele dividiu a cela com presos comuns que lhe prestaram assistência antes de ser levado ao hospital (Fantini, 2015). Existe também o relato de uma ex-presa política que, no tempo em que esteve no DOPS/MG, dividiu a cela com uma enfermeira que, segundo ela, sempre ajudava todas as outras detentas e que isso a impressionava (Sigiloso, 2017). Somam-se a essas histórias os casos já comentados envolvendo Luiz Gomes e Irany Campos, que só receberam assistência médica devido à intervenção dos próprios prisioneiros.

Para completar, talvez umas das histórias mais inusitadas de resistência dos presos, de resistência trabalhista ainda, seja uma greve de fome, com duração entre 8 e 10 dias, que foi realizada por Luiz Dulci, Antônio Pereira e outros, que foram

detidos em 1980, por participar da greve da União de Trabalhadores do Ensino de Minas (Pereira, 2017):

> Tem um episódio engraçado, porque **nós, os presos, resolvemos fazer greve de fome pra que o governo abrisse negociações, e uma dirigente do sindicato à época, Márcia Mara de Araújo Abreu, numa entrevista muito ouvida na rádio Itatiaia, disse assim: "Nossos companheiros ficarão em greve de fome até o atendimento de todas as reivindicações", consideramo-nos todos mortos, né? O governo, depois de oito ou dez dias de greve de fome, não me lembro ao certo, mas foi longa, abriu negociação, nós encerramos a greve de fome e, obviamente, na sequência a negociação foi encerrada, né.** / A única coisa que nós tivemos, daí sinceramente eu não incluo na coisa da repressão, de novo é do jogo: **no meio da greve de fome, havia na carceragem, embaixo do prédio do DOPS, uma pequena cozinha, que eles utilizavam normalmente. Eles fizeram uma moqueca, pra ter o cheiro da moqueca pra nos provocar**. Mas aí, com franqueza, seria excesso de vitimização. Nós fizemos a escolha, eu acho discutível, olhando à distância, né, pra dizer o mínimo, de fazer greve de fome. Mas não teve, nós não tivemos nenhum problema. Agora, insisto: o momento era o momento da abertura, né. (Pereira, 2017, p. 5/8).

Ou seja, até mesmo nos "porões" do DOPS/MG existiu resistência. Aliás, é interessantíssimo notar que, apesar da área de carceragem não se localizar no subsolo, vários ex-presos políticos se referem a ela como porão. O mesmo ocorre com o DEOPS/SP, muitos ex-presos se lembram do local como um porão (Lemos, 2019). De acordo com Lemos (2019), se pensarmos que o porão "[...] é aquele local que, no nosso imaginário, está relacionado a esconderijo, segredo, perigo, sujeira, má iluminação, má ventilação", então dá pra entender o fato de muitos acreditarem que as carceragens desses locais ficavam no subsolo. Afinal, eram espaços de uma violência e de um desconforto extremo, eram ambientes utilizados e

vivenciados para destruir a força de vontade dos presos, por meio de estímulos e privações sensoriais específicas ligadas ao tato, olfato, paladar, audição e visão:

- Tato: a sujeira do local; a incapacidade ou capacidade limitada de manter a higiene pessoal; a movimentação reduzida dos presos, principalmente em casos de superlotação; o contato direto com a luz do sol também reduzido devido à privação do banho-de-sol;

- Paladar e olfato: as condições da comida servida e as condições precárias de limpeza do ambiente e de higiene pessoal que causavam mau cheiro;

- Visão: o aspecto estético do ambiente – "porão";

- Audição: os gritos de outros detentos sendo torturados.

Tudo isso demonstra como essa materialidade arquitetônica foi construída/ utilizada como, segundo Foucault (2002), uma tecnologia de poder, só que uma tecnologia de poder sensorial. Pallasmaa (2011), por exemplo, afirma que as experiências arquitetônicas são experiências sensoriais que, inclusive, ajudam a reforçar a nossa identidade:

> [...] as características de espaço, matéria e escala são medidas igualmente por nossos olhos, ouvidos, nariz, pele, língua, esqueleto e músculos. A arquitetura reforça a experiência existencial, nossa sensação de pertencer ao mundo, e essa é essencialmente uma experiência de reforço da identidade pessoal. Em vez da mera visão, ou dos cinco sentidos clássicos, a arquitetura envolve diversas esferas da experiência (Pallasmaa, 2011, p. 39).

Só que, no caso do DOPS/MG, as experiências vividas em seu espaço arquitetônico não reforçavam a identidade pessoal dos presos, muito pelo contrário, elas buscavam desconstruir essa identidade. No entanto, esse poder disciplinar não era absoluto. Os detentos resistiram a essa desconstrução por meio, principalmente, do companheirismo, do apoio e do contato

existente entre eles, que ajudava a amenizar essa ambiência criada pelo terrorismo de estado ditatorial. De qualquer forma, o que fica claro é que a materialidade do DOPS/MG foi central no seu funcionamento cotidiano, materialidade essa que deve ser preservada e vivenciada para que a memória desse período e dessas experiências, não se perca.

# 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Um dia vieram e levaram meu vizinho que era judeu.*
*Como não sou judeu, não me incomodei.*
*No dia seguinte, vieram e levaram*
*meu outro vizinho que era comunista.*
*Como não sou comunista, não me incomodei.*
*No terceiro dia vieram*
*e levaram meu vizinho católico.*
*Como não sou católico, não me incomodei.*
*No quarto dia, vieram e me levaram;*
*já não havia mais ninguém para reclamar...*
(Martin Niemöller).

Embora a arqueologia da repressão e da resistência ainda seja um campo minoritário no cenário arqueológico geral, nos últimos anos este panorama tem começado a se transformar, abrindo a possibilidade de sistematizar um conjunto de estudos que antes se apresentava como fragmentário e desarticulado. Em termos gerais, a arqueologia não só tem contribuído para a compreensão do funcionamento dos sistemas de repressão política da ditadura civil-militar brasileira, como também tem colaborado com a construção de uma memória material desse período. Atualmente, o desafio é garantir a continuidade desses trabalhos e estimular a criação de novas pesquisas. Nesse sentido, o trabalho arqueológico realizado no DOPS/MG constitui um avanço significativo no desenvolvimento deste campo de estudo, pois foi a primeira vez que a Arqueologia atuou efetivamente no processo de memorialização da materialidade de um centro de detenção da ditadura no Brasil. Em outras palavras, a pesquisa no DOPS/MG, ficará registrada como um antecedente importantíssimo na arqueologia brasileira, já que foi a primeira pesquisa que envolveu a

escavação de um espaço de confinamento de prisioneiros políticos, utilizado durante a ditadura militar (1964-1985). Difícil entender os mais de 35 anos desde o fim da ditadura para que os arqueólogos/as conseguissem ter as autorizações necessárias para desenvolver uma pesquisa no interior de um espaço repressivo. De toda forma, este tempo possibilitou desenvolver uma série de protocolos de trabalho que aplicamos no DOPS/MG e posteriormente foram aperfeiçoados para escavar, em 2023, o DOI-CODI/SP.

Precisamente, a partir destes protocolos para o estudo do DOPS/MG trabalhamos inicialmente com 3 linhas de atuação principais: a) sondagens arqueológicas; b) relevamentos e sondagens murarias da área da carceragem e; c) escaneamento 3D do prédio inteiro. Essas atividades foram importantes para que o conhecimento sobre o funcionamento cotidiano do DOPS/MG e sua relação com a materialidade do local fosse aprofundado, dando subsídios essenciais para a gestão dessa materialidade no processo de musealização do local.

Por exemplo, a análise dos espaços arquitetônicos do DOPS/MG demonstrou que este centro de detenção, assim como os outros já estudados arqueologicamente no país, como forma de garantir o sucesso das estratégias repressivas e a execução segura das mesmas, possuía espaços não distributivos, com poucas opções de movimentação, que favoreciam a vigilância sobre a circulação de pessoas, que posicionavam e isolavam os presos conforme os interesses dos agentes e que, de certa forma, garantiam a privacidade tida como necessária para as violações humanitárias cometidas. Por isso, foi observado também que, no DOPS/MG, os cômodos burocráticos eram os mais acessíveis e visíveis, enquanto as "celas" já eram espaços de circulação mais restrita (para evitar fugas e contatos não autorizados) e as salas de tortura eram os cômodos mais isolados.

Por meio desse estudo do DOPS/MG também foi possível averiguar que este aparelho repressivo, assim como os outros

analisados arqueologicamente, visava a destruição da identidade das pessoas detidas que, em última instância, deveria resultar no compartilhamento das informações exigidas pelo regime. E, para alcançar tal feito, ambientes apavorantes e extremamente desconfortáveis foram moldados com o objetivo de dificultar a recuperação física e emocional das pessoas presas entre as sessões de tortura. Eram ambientes de suplício sensorial.

O fato de os centros de detenção partilharem materialidades e estratégias repressivas tão similares reforça uma ideia defendida por Lemos (2019), em sua tese de doutorado: que existiu um plano repressivo estatal estratégico e centralizado, baseado na Doutrina de Segurança Nacional, que se materializou nos espaços dos centros de detenção. Isso demonstra a importância da análise da materialidade desses órgãos para uma compreensão mais aprofundada do Terrorismo de Estado da ditadura brasileira e para o desenvolvimento de ações de memorialização desses espaços. Afinal, não é possível memorializar lugares cujas funções, usos, sensorialidades e apreensões simbólicas, sociais, políticas e culturais são desconhecidas. Nesse sentido, a Arqueologia também funcionou como um agente sociopolítico na transformação das paredes e pisos do DOPS/MG em Memorial e na transmutação dos objetos e materiais coletados durante as escavações em patrimônio, em um acervo que fará parte desse espaço de memória e que também ficará disponível para futuras pesquisas acadêmicas.

## AINDA ESTAMOS AQUI...

No momento de fechamento do livro, um filme brasileiro, dirigido por Walter Salles, "Ainda estou aqui" (2024), não só recolhe prêmios importantes no mundo inteiro, incluindo o primeiro Oscar da história do Brasil, mas tem ajudado a atrair a atenção da sociedade para o tema da impunidade, assim como

para o impacto sobre as famílias vítimas dessas violências. O filme, baseado na novela do mesmo nome escrita por Marcelo Rubens Paiva, conta a história de seu Pai o ex-deputado federal Rubens Paiva, sequestrado, torturado e assassinado pelo governo militar (1964-1985), e a vida e luta de sua mãe, Eunice Paiva, pela busca da verdade.

Independentemente das polêmicas sobre o perfil socioeconômico do diretor e do fato de que a história tem como vítima uma pessoa da elite brasileira, o importante é que o filme tem permitido, de uma forma inédita, gerar consenso em grande parte da população sobre a importância da democracia, do respeito aos direitos humanos, sobre as atrocidades da ditadura e o convencimento de que apenas a ação da justiça, sem anistias, nem "jeitinhos", pode garantir que certas situações não voltem a se repetir.

E por isso manifestamos que: **ainda estão aqui** centenas de vítimas invisíveis da ditadura; **ainda estão aqui** muitos que esperam que se faça justiça e se puna os responsáveis; **ainda estamos aqui** esperando um *mea culpa* das forças armadas; **ainda estamos aqui** esperando recursos para pesquisas que nos permitam conhecer melhor e recordar as atrocidades da ditadura; **ainda estamos aqui** esperando nunca mais ouvir, 60 anos depois do golpe de 1964, que não precisamos remoer o passado.

**Ainda estamos aqui**... **Ainda estamos aqui**.....

# POSFÁCIO:

# ARQUEOLOGIA DO DOPS/MG: ANTE À DESTRUIÇÃO, A CONVIVÊNCIA

Pedro Paulo A. Funari (UNICAMP)

A Arqueologia nem sempre é associada ao presente e à política, pois seria uma ciência que trata das culturas e civilizações antigas e desaparecidas, estudando-as por meio de artefatos, na definição do Dicionário Michaelis online. Essa definição dicionarizada não deixa de refletir a percepção disseminada pela sociedade, que parte de um dos sentidos etimológicos da palavra Arqueologia, o estudo (*logos*) do que é antigo (*arque*). Convém, então, explorar um pouco mais os significados de cada um desses dois termos gregos, a começar *por arque. Arque, arqui*, como prefixos, e *arquia* como sufixo, são bem produtivos em português com sentidos como poder (monarquia, poder de um), origem (arquidiocese), princípio, norma (arcebispo), entre outras palavras. Tudo isso remonta à raiz grega ἄρχω (*árkho*), eu junto, eu começo, eu mando, de onde deriva o substantivo αρχή (*arkhé*), razão, causa, princípio, início, comando, poder, autoridade. Todo esse amplo espectro de significados merece ser explorado, muito além do sentido de antigo. A Arqueologia junta coisas, busca causas, razões e normas compartilhadas ou contestadas, mas também trata do poder e se apresenta como autoridade.

O segundo termo é ainda mais prenhe de significados: λόγος, *logos*, derivado de λέγω (*légō*), eu junto, o sentido original também contido em *árkho*! Mas, com muitas outras conotações. Lego, o brinquedo, é bem isso, "eu junto"! *Logos* é

aquilo que é juntado, uma palavra, uma frase, um provérbio, um discurso, a própria razão (que é a junção de coisas), narrativa, o verbo, se formos usar o termo latino e vernacular: Ἐν ἀρχῇ ἦν ὁ λόγος, καὶ ὁ λόγος ἦν πρὸς τὸν θεόν, καὶ θεὸς ἦν ὁ λόγος, João 1, 1, No princípio era o verbo, e o verbo estava com Deus, e Deus era o verbo (tradução de Frederico Lourenço). Temos, aí, tanto *arkhé* como *logos!* Vertidos por princípio e verbo. Outras traduções vertem não por verbo, mas por palavra, isso pode ajudar, mas não consegue, claro, dar conta da multiplicidade de sentidos do *logos*: junção, cálculo, narrativa. Isso tudo importa, quando pensarmos na Arqueologia. O antigo não está na origem do termo, na sua gênese, mas é o resultado desses múltiplos sentidos de conexão, junção, narrativa, poder, algo que nos remete à Arqueologia tal como usada na Filosofia, em Michel Foucault (1926-1984): saber/poder. Foucault (1969) reconhecia todos esses sentidos aqui mencionados e os explorava. Arqueologia era não a disciplina arqueológica, surgida no século XIX e voltada para o estudo da cultura material antiga, mas um método de análise que buscava descrever as condições históricas dos saberes e práticas, destacando suas relações com as disposições de seu tempo, um método de análise histórica. Arqueologia, disciplina da cultura material e arqueologia foucaultiana, compartilham a noção de discurso que se encontrava na etimologia, nas palavras e seus significados. A Arqueologia podia deixar de ser só o estudo do antigo, ao refletir a riqueza de significados dos seus étimos. Michael Shanks (1959-) e Christopher Tilley (1955-2024) esmiuçaram isso em 1987 em dois volumes que se tornaram referência (Shanks; Tilley 1987a e b). Não por acaso, a grande renovação da disciplina estava em curso, com o Congresso Mundial de Arqueologia, em 1986 (Funari, 2006), exatos 40 anos atrás.

No Brasil, os ventos de mudança coincidiram com a contestação ao regime militar (1964-1985) e com a crescente democratização e participação popular. A Arqueologia dos

quilombos, em iniciativa pioneira de Carlos Magno Guimarães (Guimarães; Lanna 1980) e da UFMG, mostrava uma outra face da disciplina, assim como as pinturas rupestres eram prova da pujança das culturas ancestrais, tanto na mesma UFMG, com André Prous (1977), como com Niède Guidon (1975), na Serra da Capivara. No entanto, enquanto na Argentina surgia, logo após o fim da ditadura militar, o estudo forense das pessoas vitimadas, no Brasil, isso não ocorreu. A transição para o Estado de Direito, por aqui, foi feita nos moldes do caso espanhol, com seus Pactos de La Moncloa (1977). Enquanto os exilados podiam voltar e os partidos eram legalizados, a contraparte era não investigar o passado ditatorial e manter os participantes do regime autoritário sem restrição, processo ou cobrança pelas exações cometidas (Funari 1994). Isso retardou por décadas e, em certo sentido, continua a dificultar o estudo e questionamento de ações e arbitrariedades do período de exceção (Funari 2002). Para isso contribuiu, ainda, a permanência de próceres do regime militar na política e, de maneira mais direta ainda, entre os arqueólogos que se beneficiaram da aliança com a ditadura (Delle, 2003). Mas, como na Inconfidência Mineira (1788), *libertas quae sera tamen*, liberdade, ainda que tardia, a permitir o estudo e a ação, a resistência e a contraconduta, frente à materialidade da opressão ditatorial.

Este volume deve ser saudado por muitos motivos, a começar pelo que foi dito acima: lembrar a repressão, para que isso não se repita. Fornece ao leitor um amplo panorama sobre a Arqueologia do contemporâneo, sobre a ditadura militar, sobre a Arqueologia da Repressão e da Resistência, até detalhar o funcionamento do DOPS/MG e seu estudo arqueológico. Destacam-se as materialidades da opressão e da violência, esmiuçadas pelo levantamento de dados, pela análise espacial e escavação arqueológica. Ao interpretar a materialidade do DOPS/MG, aparece o espaço disciplinador e a sensorialidade do

Terror, explorados pela Arqueologia da Arquitetura e pela Arqueologia Sensorial. A leitura deste livro leva não só à reflexão, mas à ação, à luta por uma sociedade acolhedora da diversidade, pelos afetos alegres, como já propunha Bento Espinosa (2013). Frente à brutalidade e à destruição, sai-se com a convicção que vale a pena conviver.

**Referências**


DELLE, J. A. Dictatorship, democracy, and freedom of expression. **International Journal of Historical Archaeology**, Nova Iorque, v. 7, n.3, p. 223-237, 2003.

ESPINOZA, B. **Ética**. Edição bilíngue Latim-Português. Trad. e Notas de Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do Saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Petrópolis, Vozes, 1969.

FUNARI, P. P. A. Paulo Duarte e o Instituto de Pré-História. **Ideias**, Campinas, v. 1, n.1, p. 155-179, 1994.

FUNARI, PEDRO PAULO A. Class interests in Brazilian archaeology. **International Journal of Historical Archaeology**, New York, v. 6, n.3, p. 209-216, 2002.

FUNARI, P. P. A. The world archaeological congress from a critical and personal perspective. **Archaeologies, Blue Ridge Summit**, USA, v. 2, n.1-2006, p. 73-79, 2006.

GUIDON, N. **Abris peintis de la Serra da Capivara, région de Várzea Grande, état du Piauí, Brésil**. Microficha Institut D'ethnologie, Paris, 1975.

GUIMARÃES, C. M.; LANNA, Ana L D. Arqueologia de Quilombos em Minas Gerais. **Revista de Antropologia**, v. 31, p. 147-164, 1980.

PROUS, A. Missão de estudos de arte rupestre de Lagoa Santa. **Arquivos do Museu de História Natural**, v. 2, p. 51-65, 1977.

SHANKS, M., Tilley, C. **Re-constructing archaeology**: theory and practice. Michael Shanks. New York: Cambridge University Press, 1987a.

SHANKS, M., Tilley, C. **Social theory and archae**ology. Cambridge, Polity and Blackwell, 1987b.

# REFERÊNCIAS


ANJOS, G. A arqueologia da repressão no contexto das ditaduras militares da Argentina, Uruguai e Brasil. **Rev. Arqueologia Pública,** n. 5, p. 79-92, 2012.

AQUINO, R. Entre o Sagrado e o Profano: Um mundo por trás das grades. **Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica,** v. 13, n. 1, p. 89-113, 2019.

AQUINO, R. **Entre o Sagrado e o Profano**: Um mundo por trás das grades. 142 p. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Universidade Federal do Piauí, Pós-Graduação em Arqueologia, 2017.

ARCAYA, N.; IRRAZABAL, L.; YURASZECK, F.; GONZÁLEZ, C. Lo material como reflejo de un contexto sociopolítico: el caso del Centro Cultural Gabriela Mistral, Santiago de Chile. **Revista de Arqueologia**, v. 29, n. 2, p. 06-17, 2016.

BARETTA, J. **Uma arqueologia do inferno. Misoginia e feminização através do aparato material da Ditadura em Porto Alegre/RS (1964/1985).** Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade Federal de Pelotas, Programa de Pós-graduação em Antropologia, 2020.

BARETTA, J. A importância da materialidade dos Centros Clandestinos de Detenção e Tortura para contar histórias da Ditadura no Brasil. **Aedos,** v. 9, n. 21, p. 109-131, 2017.

BARETTA, J. Por uma arqueologia feminista da ditadura no Brasil (1964-1985). **Revista de Arqueologia**, v. 30, n. 2, p. 8-34, 2017a.

BARETTA, J. **Arqueologia e a construção de memórias materiais da ditadura militar em Porto Alegre/RS (1964/1985).** 193 p. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Universidade

Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2015.

BAUER, C. O debate legislativo sobre a criação da Comissão Nacional da Verdade e as múltiplas articulações e dimensões de temporalidade da ditadura civil-militar brasileira. **Anos 90**, v. 22, n. 40, p. 115-152, 2015.

BAUER, C. **Um estudo comparativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civis-militares argentina e brasileira e a elaboração de políticas de memória em ambos os países.** Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, e Universitat de Barcelona, Facultat de Geografia i Història, 2011.

BAUER, C. O Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS): Terrorismo de Estado e ação de polícia política durante a ditadura civil-militar brasileira. **Revista Ágora**, n. 5: 1-31, 2007.

BELLE, M. **Memória em conflito:** dilemas da arqueologia da repressão em Porto Alegre/RS. 141p. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-graduação em Antropologia, 2017.

BRASIL: NUNCA MAIS. **Projeto A. Tomo V. v. III. As Torturas.** São Paulo: Arquidiocese de São Paulo, 1985. 949 p.

BRITO, A. **Escrachos aos torturadores da ditadura.** São Paulo: Expressão Popular, 2017. 160 p.

BUCHLI, V.; LUCAS, G. 2001. The absent present. Archaeologies of the contemporary past. In: BUCHLI, V.; LUCAS, G. (org.). **Archaeologies of the Contemporary Past.** Londres: Routledge,2001, p. 3-8.

CAMPBELL, F.; ULIN, J. **Borderline Archaeology**: a Practice of Contemporary Archaeology Exploring Aspects of Creative Narratives and Performative Cultural Production. Gotemburg, Department of Archaeology, Gotemburg University, 2004.

CAMPOS, I.; SILVA, A. DA.; BRETAS, P.; MATTOS, A.; PAIVA, M.; LEITE, A.; SILVA, M.; ALMEIDA, J.; MAYER, M.; OLIVEIRA, J. de.; NAHAS, J.; DUARTE, E. **Carta de Linhares – Colina**. Juiz de Fora, 1969.

CARVALHO, A.; SOARES, I.; FUNARI, P.; SILVA, S. DA. 2009. **Arqueologia, Direito e Democracia.** Erechim: Habilis, 2009. 408 p.

CIA, Central Intelligence Agency. **Kubark Counterintelligence Interrogation**, 1963. 131 p.

CNV, Comissão Nacional da Verdade. 2014. **Relatório/Comissão Nacional da Verdade.** V. I. Brasília: CNV. 2014. 976 p.

CNV, Comissão Nacional da Verdade. **Relatório Mortos e Desaparecidos políticos.** V. III. Brasília: CNV, 2014b. 1993 p.

COSTA, Denise N. B. 2020. **Memórias de repressão, memórias de resistência: As marcas da ditadura no DOPS/MG (1964 - ?).** 154 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-graduação em Antropologia, 2020.

COSTA, Denise N. B. 2017. **O passado que ninguém quer lembrar: uma arqueologia dos espaços de repressão em Belo Horizonte.** Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Antropologia). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2017.

COVEMG, Comissão da Verdade em Minas Gerais. 2017. **Relatório/ Governo do Estado.** Belo Horizonte: COVEMG, 2017, 1781 p.

CUNHA, M. "A memória é subversiva". A Comissão Nacional da Verdade, a memória dos anos de chumbo e os processos de comunicação no Brasil. **C&S**, v. 35, n. 2: 27-40, 2014.

FERNANDES, M.; CORONEL, L.; THIESEN, B. Arqueologia e ação política: resultados da instalação vestígios de uma ausência. **Rev. Arqueologia Pública**, v. 14, n. 1, p. 57-74, 2020.

FERRAZ, J.; CAMPOS, L. Os lugares de memória da ditadura: disputas entre o poder público e os movimentos sociais. **Cadernos de Sociomuseologia**, v.55, n. 11: 179-208, 2018.

FONDEBRIDER, L. 2006. Arqueología y Antropología Forense: un breve balance. *In*: FUNARI, P.; ZARANKIN, A. (org.). **Arqueología de la represión y la resistencia en América Latina 1960-1980.** Córdoba: Encuentro Grupo Editor, 2006, p. 129-138.

FOUCAULT, M. 2002 [1975]. **Vigilar y castigar:** nacimiento de la prisión. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2002.

FUENTES, M.; SEPÚLVEDA, J.; SAN FRANCISCO, A. 2009. Espacios de represión, lugar de memoria. El Estadio Víctor Jara como campo de detención y tortura masiva de la dictadura en Chile. **Revista Atlántica Mediterránea de Prehistoria y Arqueología Social**, v. 11, p. 137-169, 2009.

FUENZALIDA, N. Apuntes para una arqueología de la dictadura chilena. **Revista Chilena de Antropología,** v. 35, p. 131-147, 2017.

FUENZALIDA, N. Cuartel Terranova análisis de la Configuración espacial en relación a las estrategias de represión y control de los cuerpos de detenidos y torturados**. La Zaranda de Ideas, Revista de Jóvenes Investigadores en Arqueología**, v. 7, p. 49-63, 2011.

FUENZALIDA, N.; SIERRALTA, S. Panfletos y murales: la resistencia popular a la dictadura chilena (1980-1990). **Revista de Arqueologia**, v. 29, n. 2, p. 96-115, 2016.

FUNARI, P. P. 2014. A arqueologia na UNICAMP e a Revista de Arqueologia Pública: trajetória e perspectivas. **Rev. Arqueologia Pública**, n. 10, Editorial.

FUNARI, P. P. Teoria e métodos na arqueologia contemporânea: o contexto da arqueologia histórica. **MNEME**: Revista de Humanidades, Caicó, v. 6, n. 13, p. 1-5, 2005. Disponível em: http://www.seol.com.br/mneme.

FUNARI, P.; CARVALHO, A. Patrimônio e diversidade: algumas questões para reflexão. *In*: FUNARI, P.; CARVALHO, A. (org.). **Patrimônio Cultural, Diversidade e Comunidades.** v. 143. Campinas: IFCH/Unicamp, p. 1-69, 2011.

FUNARI, P.; OLIVEIRA, N. La arqueología del conflicto en Brasil. In: FUNARI, P. P.; ZARANKIN, A. (org.). **Arqueología de la represión y la resistencia en América Latina 1960-1980**. Córdoba: Encuentro Grupo Editor,2006, p. 121-128.

FUNARI, P. P.; OLIVEIRA, N.; TAMANINI, E. Arqueologia pública no Brasil e as novas fronteiras. **Praxis Archaeologica**, 3, p. 131-138, 2008.

FUNARI, P. P.; ZARANKIN, A. 2006. **Arqueología de la represión y la resistencia en América Latina 1960-1980.** Córdoba: Encuentro Grupo Editor, 2006.

GONZÁLEZ-RUIBAL, A. **An Archaeology of the Contemporary Era**. London: Routledge, 2018.

GONZÁLEZ-RUIBAL, A. Returning to where we have never been: excavating the ruins of modernity. *In*: OLSEN, B.; PÉTURSDÓTTIR, Þ. (Eds.). **Ruin Memories Materialities,**

**Aesthetics and the Archaeology of the Recent Past.** London: Routledge, 2014.

GONZÁLEZ-RUIBAL, A. Time to destroy. An archaeology of supermodernity. **Current Anthropology**, v. 49, n. 2, p. 247-279, 2008.

GONZÁLEZ-RUIBAL, A. Making things public: archaeologies of the Spanish Civil War. **Public Archaeology**, v. 6, n. 2, p. 203-226, 2007.

GONZÁLEZ-RUIBAL, A.; HALL, M. Heritage and Violence. *In*: MESKELL, L. (Ed.). **Global Heritage:** A Reader. Wiley Blackwel, 2015, p. 150-170.

HAMILAKIS, Y. 1999. La trahison des archéologues. Archaeological practice as intellectual activity in postmodernity. **Journal of Mediterranean Archaeology**, v. 12. n. 1, p. 60-79, 1999.

HARRISON, R. 2011. Surface assemblages. Towards an archaeology *in* and *of* the present. **Archaeological Dialogues**, v. 18, n. 2, p. 141–161, 2011.

HARRISON, R. C. *et al*. **Heritage Futures: Comparative Approaches to Natural and Cultural Heritage Practices**. London: UCL, 2020.

HATTORI, M. Enquadramentos de uma Antropologia Forense Brasileira na busca de Desaparecidos Políticos. *In*: AMADEO, J. (org.). **Violência de Estado na América Latina.** São Paulo: Editora Unifesp, 2019, p. 497-520.

HODDER, I. Architecture and meaning: the example of neolithic houses and tombs. *In*: PEARSON, M.; RICHARDS, C. (Eds.). **Architecture and order. Approaches to social space.** London: Routledge, 1994, p. 67-78.

HOLTORF, C. **From Stonehenge to Las Vegas. Archaeology and popular culture.** Oxford: Altamira Press, 2005.

HOLTORF, C.; HÖGBERG, A. **Cultural Heritage and the Future**. Routledge, 2021.

HUYSSEN, A. **Present Pasts:** Urban Palimpsests and the Politics of Memory. Stanford University Press, Stanford, 2003.

IEPHA, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. 2015. **Processo n.º PTE-149/2015 para tombamento do imóvel situado na avenida Afonso Pena, n 2.351 (antiga sede do DOPS - Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais) localizado no município de Belo Horizonte.** Acervo IEPHA/MG. 2015. 216 p.

IPPDH, Instituto de Políticas Públicas e Direitos Humanos do Mercosul. 2012. **Documentos IPPDH. Princípios fundamentais para as políticas públicas sobre lugares de memória.** Argentina: IPPDH, 2012. 36 p. Disponível em: http://www.ippdh.mercosur.int/wp-content/uploads/2014/11/Sitios_de_memoria_FINAL_PR_INTERACTIVO.pdf. Acesso em: 01 jul. 2020.

JOFFILY, M. **No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975).** Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2008. 349 p.

JOHNSON, M. **Archaeological theory. an introduction.** Barcelona: Editorial Ariel S.A., 2000. 284 p.

LATOUR, B. 2005. **Reassembling the Social. An introduction to actor-network-theory.** New York: Oxford University Press Inc. 2005. 301 p.

LEMOS, C. M. A violência institucional do terrorismo de Estado e suas materialidades: Por uma Arqueologia da Repressão e da Resistência. **BAR International Series 2979, Arqueología de la dictadura en Latinoamérica y Europa. Archaeology of Dictatorship in Latin America and Europe**, 2020, p. 22-31.

LEMOS, C. M. **Arquitetando o terror:** um estudo sensorial dos centros de detenção oficiais e clandestinos da ditadura civil-militar do brasil (1964-1985). Tese (Doutorado em Arqueologia). Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós-graduação em Arqueologia, 2019. 384 p.

LEMOS, C. M. Construindo "memórias materiais" da ditadura militar: a Arqueologia da Repressão e da resistência no Brasil. **Revista de Arqueologia**, v. 29, n. 2, p. 68-80, 2016.

LEMOS, C. M.; ZARANKIN, A. O desenvolvimento da Arqueologia da Repressão e da Resistência no Brasil: avanços e desafios. *In*: SYMANSKI, L. C. P.; SOUZA, M. A. T. de. (org.). **Arqueologia histórica brasileira.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2022, p. 409-438.

LINO, B. D. B.; ANDRADE, M. N. de. Arqueologia da repressão e da resistência: materialidades e memórias da Casa das Onze Janelas no contexto da ditadura militar em Belém/PA. **Revista de Arqueologia Pública**, v. 18, p. e023006, 2023.

MAGALHÃES, M. Documento: Manual do interrogatório. **História**: Questões & Debates, n. 40, p. 201-240, 2004.

MAGUIRE, P. P. F. **"Foi a escravidão":** Uma arqueologia histórica de duas cadeias de exceção contra povos indígenas em Minas Gerais, Brasil (1968-1979). 404 p. Tese (Doutorado em Arqueologia). Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-graduação em Antropologia, 2022.

MAGUIRE, P. P. F. Desenvolvimentismo, tortura e internação: tecnologias da repressão na ditadura brasileira de 1964-1985. **Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, v. 13, n. 2, p. 163-194, 2019.

MAGUIRE, P. P. F.; COSTA, D. N. B. 'Scientific torture'? Scientism and the marks of torture inside a police station in Belo Horizonte, Brazil. **Vibrant**, v. 15, n. 3. 23 p, 2018.

MARKUS, T. A. **Buildings & power. Freedom & control in the origin of modern building types**. London, New York: Routledge, 1993. 349 p.

MAZZ, J. Una mirada arqueológica a la represión política en Uruguay (1971-1985). *In:* FUNARI, P. P.; ZARANKIN, A. (org.). **Arqueología de la represión y la resistencia en América Latina 1960-1980.** Córdoba: Encuentro Grupo Editor, 2006, p. 147-158.

MCGUIRE, R. H. **Archaeology as Political Action.** Berkeley: University of California Press, 2008. (California Series in Public Anthropology, v. 17)

MESKELL, L. Negative heritage and past mastering in archaeology. **Anthropological quarterly**, v. 75, n. 3: 557-574, 2002.

MILLER, D. 2005. Materiality: na introduction. *In*: MILLER, Daniel (Ed.). **Materiality**. Durham; London: Duke University Press, 2005, p. 1-50.

MINAS GERAIS, Assembleia Legislativa de Minas Gerais. **Vídeo da visita da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI do Sistema Carcerário ao Departamento Estadual de Operações Especiais (DEOESP/MG).** 09 de Abril de 1997.

MOREIRA, J. B.; SOARES, F. C. Muralhas que comunicam: fortificações catarinenses como portais de acesso ao Brasil Meridional. In: SOARES, Fernanda C. (org.). **Arqueologia das fortificações:** perspectivas. Florianópolis: Lagoa, 2015, p. 101-148.

MOSHENSKA, G.; GONZÁLEZ-RUIBAL, A. Introduction: The only way is Ethics. *In*: GONZÁLEZ-RUIBAL, A.; MOSHENSKA, G. (Eds.). **Ethics and the Archaeology of Violence.** New York: Springer; London: Heidelberg Dordrecht, 2015, p. 1-18.

MOTTA, R. Modernizando a repressão. A USAID e a polícia brasileira. **Revista Brasileira de História**, v. 59, n. 30, p. 237-266, 2010.

NAHAS, M. **Declaração ao Conselho Estadual de Direitos Humanos do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 1999.

NORA, P. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, n. 10, p. 7-28, 1993.

PADILLA, E.; REVECO, I. Memorias del Grupo de Antropología Forense y su Aporte al Campo de los Derechos Humanos en Chile. **V Congreso Chileno de Antropología**, Tomo II Actas: 1100-1108, 2004.

PAIVA, M. **O sonho exilado**. Rio de Janeiro: Edições Achiamé, 1986.

PALLASMAA, J. **Os olhos da pele. A arquitetura e os sentidos.** Porto Alegre: Bookman, 2011.

PEARSON, M.; RICHARDS, C. Ordering the world: perceptions of architecture, space and time. *In*: PEARSON, M.; RICHARDS, C. (Eds.). **Architecture and order. Approaches to social space.** London: Routledge, 1994, p. 1-37.

PLENS, C.; TOGNOLI, A.; ZARANKIN, A.; CARVALHO, A.; NEVES, D.; LIMA, F.; OKSMAN, S. Vestígios do Tempo no Cárcere: arqueologia no maior centro urbano de tortura da ditadura militar brasileira, o DOI-CODI/SP. **Revista de Arqueologia,** v. 38, n. 1, p. 3–30, 2025. DOI: 10.24885/sab.v38i1.1214.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento e Silêncio. **Revista Estudos Históricos,** v. 2, n. 3: 3-15. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

POLONI, R. Arqueologia da repressão e da resistência: as contribuições da ciência na justiça de transição e na sociedade democrática. **Projeto História**, n. 50, p. 247-273, 2014.

POLONI, R.; FUNARI, P.; MARCHI, D. Patrimônio, mudanças e memórias traumáticas: a Arqueologia da Repressão e da Resistência. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 45, n. 3, p. 51-62, 2019.

RIDENTI, M. Prefácio. *In*: TELES, J. (org.). **Mortos e desaparecidos políticos**: reparação ou impunidade? São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001, p. 23-28.

ROSIGNOLI, B.; BIASATTI, S. Materialidades y Memorias: Arqueologías de la violencia política del siglo XX. **Revista de Arqueología**, v. 29, n. 2, p. 04-05, 2016.

SALERNO, M. "Algo Habrán Hecho…" La Construcción de la Categoría "Subversivo" y los Procesos de Remodelación de Identidades a través del Cuerpo y el Vestido (Argentina, 1976-1983). **Revista de Arqueología Americana**, 24, p. 29-65, 2007.

SALERNO, M.; ZARANKIN, A. Consolidar o realizado; ir pelo que falta: arqueologia das ditaduras militares na América do Sul. **Rev**. **Arqueologia Pública**, v. 9, n. 4[14], p. 72-98, 2015.

SALERNO, M.; ZARANKIN, A.; PEROSINO, M. Arqueologías de la clandestinidad. Una revisión de los trabajos efectuados en los centros de detención clandestinos de la última dictadura militar en Argentina. **Revista Universitaria de Historia Militar,** v. 2, p. 49-84, 2012.

SAN FRANCISCO, A.; FUENTES, M.; SEPÚLVEDA, J. Hacia una Arqueología del estadio Víctor Jara. Campo de detención y tortura masiva de la Dictadura en Chile (1973-1974). **Revista de Arqueología Histórica Argentina y Latinoamericana**, v. 4, p. 91-116, 2010.

SEGUEL, R.; ROUBILLARD, M.; ESPINOSA, F.; ESCOBAR, A. **Prospección Exploratoria para la Búsqueda, Recuperación y Análisis de Evidencia Cultural y Biológica Asociada a la Ocupación del Inmueble de Londres 38, con Especial Énfasis en el Período septiembre 1973 – septiembre 1974.** Centro Nacional de Conservación y Restauración, Santiago, 2013. 74 p. Disponível em: http://www.londres38.cl/1937/articles-93589_recurso_1.pdf

SHANKS, M.; HODDER, I. Processual, postprocessual and interpretative archaeologies. *In*: HODDER, I. *et al*. (Eds.). **Interpreting Archaeology.** London and New York: Routledge,1995, p. 3-29.

SHANKS, M.; TILLEY, C. 1992. **Re-Constructing archaeology. Theory and practice.** New York: Routledge.

SOARES, I. Desafios ao lidar com o legado da ditadura brasileira: e se usarmos os instrumentos protetivos dos bens culturais? *In*: DUARTE, C.; MENEZES, D. (org.). **60 Desafios do Direito:** Política, Democracia e Direito. v. 3. São Paulo: Editora Atlas, 2013, p. 54-65.

SOARES, I.; FUNARI, P. **Arqueologia e direitos humanos, uma introdução.** Curitiba: Editora Appris, 2019.

SOARES, I.; FUNARI, P. Arqueologia da resistência e direitos humanos. **Evocati Revista**, n. 103, p. 1-7, 2014.

SOARES, I.; QUINALHA, R. Lugares de Memória: bens culturais? *In*: CUREAU, S.; KISHI, S.; SOARES, I.; LAGE, C. (Coord.). **Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural.** Belo Horizonte: Fórum, 2011, p. 509-535.

SOUZA, R. **A materialidade da repressão à guerrilha do Araguaia e do terrorismo de Estado no Bico do Papagaio, TO/PA:** noite e nevoeiro na Amazônia. 417 p. Tese (Doutorado em Arqueologia). Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia, 2019.

SUARÉZ, C. "A 80 cm de la superficie". Once años de arqueología de la dictadura en Uruguay. **Revista de Arqueologia**, v. 29, n. 2, p. 36-54, 2016.

SUÁREZ, C.; TOMASINI, M. La Tablada Nacional. Historia de un edificio de las afueras de Montevideo al servicio del Estado.

*In*: ATALIVA, V.; GERÓNIMO, A.; ZURITA, R. (Coord.). **Arqueología forense y procesos de memorias**: saberes y reflexiones desde las prácticas. Tucumán: Universidad Nacional de Tucumán, 2019, p. 187-214.

SUÁREZ, C. *et al*. O centro clandestino de detenção e tortura Los Vagones del Barrio Olímpico (Canelones). Testemunho material e prova judicial da participação da polícia uruguaia no terrorismo do estado. **Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, v. 13, n. 2, p. 193-217, 2019.

VIEIRA, A.; NEVES, T. Memória autoritária: a ditadura brasileira em editoriais e artigos sobre os 50 anos do golpe. **Ipotesi**, v. 19, n. 2: 42-52, 2015.

VIRILO, P. **Open Sky**. Verso, London, 1997.

ZARANKIN, A. 2002. **Paredes que domesticam**: arqueologia da arquitetura escolar capitalista. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2002.

ZARANKIN, A. El pensamiento moderno y el pensamiento posmoderno em arqueología. *In*: RAGO, M.; GIMENES, R. (org.). **Narrar o passado, repensar a história.** Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000, p. 341-360.

ZARANKIN, A.; FUNARI, P. ''Eternal Sunshine of the Spotless Mind'': Archaeology and Construction of Memory of Military Repression in South America (1960–1980). **Archaeologies**: Journal of the World Archaeological Congress, v. 4, n. 2, p. 310-327, 2008.

ZARANKIN, A. *et al*. Archaeologies of the Contemporary in Brazil: Study Cases on Slavery and Dictatorship. Em **Archaeologies of Contemporary (Political) Global Settings**, Editado por Dante Angelo e Andres Zarankin. Springer. (no prelo).

ZARANKIN, A.; SALERNO, M. "Todo está guardado en la memoria…"; Reflexiones sobre los espacios para la memoria de la dictadura en Buenos Aires (Argentina). *In*: ZARANKIN, A.; SALERNO, M.; PEROSINO, M. (Eds.). **Historias Desaparecidas; Arqueología, violencia política y memoria.** Córdoba: Brujas, 2012, p. 11-21.

ZARANKIN, A.; SALERNO, M. Después de la tormenta. Arqueología de la represión en América Latina. **Complutum,** Madrid, v. 19, n. 2, p. 21-32, 2008.

ZARANKIN, A.; SALERNO, M. El Sur Por El Sur: Una Revisión Sobre La Historia y El Desarrollo De La Arqueología Histórica En América Meridional. **Vestígios**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 15-48, 2007.

## DEPOIMENTOS ORAIS

CAMPOS, I. **Depoimento à Comissão da Verdade em Minas Gerais [jan. 2015].** Entrevistadores: Maria Céres Pimenta Spínola Castro, José Alexandre Sales e Vanuza Nunes Pereira. Belo Horizonte, 2015.

CUNHA, J. **Depoimento à Comissão da Verdade em Minas Gerais [jul. 2016].** Entrevistadores: Ronald Rocha, Carlos Magno Machado e Alexandre Sales. Belo Horizonte, 2016.

FANTINI, D. **Depoimento à Comissão da Verdade em Minas Gerais. [ago. 2015].** Entrevistadores: Emely Vieira Salazar e José Alexandre Sales. Belo Horizonte, 2015.

GOMES, L. **Depoimento à Comissão da Verdade em Minas Gerais [dez. 2014].** Entrevistadores: Carolina Dellamore, Jurandir Persichini e Ronald Rocha. Belo Horizonte, 2014.

GUIA, J. **Depoimento à Comissão da Verdade em Minas Gerais [mar. 2017].** Entrevistadora: Maria Celina Pinto Albano. Belo Horizonte, 2017.

MELLO, W. **Depoimento à Comissão da Verdade em Minas Gerais. Audiência Pública – Censura aos Meios de Comunicação [abr. 2017].** Interlocutores: Maria Céres Pimenta Spínola Castro e Robson Sávio Reis Souza. Belo Horizonte, 2017.

NEVES, M. **Depoimento à Comissão da Verdade em Minas Gerais [jun. 2015].** Entrevistadoras: Maria Ceres Pimenta Spínola Castro e Vanuza Nunes Pereira. Belo Horizonte, 2015.

PENNA, S. **Entrevista concedida à equipe de pré-produção do documentário "DOPS: Uma arqueologia da violência". [jun. 2019].** Belo Horizonte, 2019.

PEREIRA, A. **Depoimento à Comissão da Verdade em Minas Gerais. [mar. 2017].** Entrevistadores: José Antônio Marçal, Ronald Rocha, Jurandir Persichini, Luiz Gonzaga e Josias de Matos. Belo Horizonte, 2017.

SALAZAR, E. **Entrevista concedida à equipe de pré-produção do documentário "DOPS: Uma arqueologia da violência". [mai. 2019].** Belo Horizonte, 2019.

SALOMÃO, T. **Depoimento à Comissão da Verdade em Minas Gerais [s/d].** Entrevistadores: Não identificado. Belo Horizonte, sem data.

SANTOS, P. dos. **Depoimento à Comissão da Verdade em Minas Gerais [s/d].** Entrevistadores: Jurandir Persichini e Emely Vieira Salazar. Sem local e data.

SIGILOSO. **Depoimento sigiloso à Comissão da Verdade em Minas Gerais [mai. 2017]**. Entrevistadores: Emely Vieira Salazar, José Alexandre Salles, Lorena Martoni, Florencia Lorenzo. Belo Horizonte, 2017.

SILVA, E. **Depoimento à Comissão da Verdade em Minas Gerais [abr. 2017].** Entrevistadoras: Janaína Breugelmans e Mariane Cruz. Belo Horizonte, 2017.

SOARES, E. **Depoimento à Comissão da Verdade em Minas Gerais.** Entrevistadores: Não identificados. Sem local e data.

SOUZA, M. de. **Depoimento à Comissão da Verdade em Minas Gerais [jul. 2015].** Entrevistadores: Helena Maria Penna Amorim Pereira e Augusto Rodrigues Borges. Belo Horizonte, 2015.

VALADARES, C. **Depoimento à Comissão da Verdade em Minas Gerais [out. 2014]**. Entrevistadores: Helena Maria Penna Amorim Pereira e Thelma Yanagisawa Shimomura. Belo Horizonte, 2014.

VALADARES, C. **Depoimento à Comissão da Verdade em Minas Gerais [s/d].** Interlocutores: Não identificados. Belo Horizonte, s/d.

VASCONCELOS, L. **Depoimento à Comissão da Verdade em Minas Gerais [abril. 2017].** Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3.

# ANEXOS

## Anexo 1

| TABELA 1 – INVENTÁRIO DO MATERIAL ESCAVADO | |
|---|---|
| **Sondagem 1** | |
| **Material** | **Quantidade de fragmentos** |
| Azulejo | 13 |
| Cimento | 1 |
| Lítico | 6 |
| Material isolante solidificado | 9 |
| Metal | 11 |
| Osso | 2 |
| Plástico | 15 |
| Reboco de Parede | 1 |
| Telha | 3 |
| Tijolo | 43 |
| Vidro | 6 |
| **Sondagem 2** | |
| **Material** | **Quantidade de fragmentos** |
| Cimento | 1 |
| Material isolante solidificado | 1 |
| **Sondagem 3** | |
| **Material** | **Quantidade de fragmentos** |
| Amostra de sedimento | 1 |
| Lítico | 2 |
| Metal | 1 |
| **Sondagem 4** | |
| **Material** | **Quantidade de fragmentos** |

| | |
|---|---|
| Azulejo | 6 |
| Cimento | 1 |
| Ímã | 1 |
| Louça | 4 |
| Madeira | 32 |
| Metal | 10 |
| Osso | 35 |
| Papel | 17 |
| Plástico | 12 |
| Reboco de Parede | 4 |
| Tecido | 1 |
| Vidro | 2 |
| **Sondagem 5** | |
| **Material** | **Quantidade de fragmentos** |
| Cerâmica | 1 |
| Louça | 2 |
| Metal | 1 |
| Osso | 5 |
| Projétil | 1 |
| Telha | 2 |
| Tijolo | 1 |
| Vidro | 3 |
| **Sondagem 6** | |
| **Material** | **Quantidade de fragmentos** |
| Metal | 4 |
| Reboco de Parede | 6 |
| Telha | 7 |
| Tijolo | 2 |

| | |
|---|---|
| Vidro | 11 |
| **TOTAL** | |
| **Material** | **Quantidade de fragmentos** |
| Amostra de sedimento | 1 |
| Azulejo | 19 |
| Cerâmica | 1 |
| Cimento | 3 |
| Ímã | 1 |
| Lítico | 8 |
| Louça | 6 |
| Madeira | 32 |
| Material isolante solidificado | 10 |
| Metal | 27 |
| Osso | 42 |
| Papel | 17 |
| Plástico | 27 |
| Projétil | 1 |
| Reboco de Parede | 11 |
| Tecido | 1 |
| Telha | 12 |
| Tijolo | 46 |
| Vidro | 22 |
| **TOTAL** | 287 |

**Anexo 2**

**Lista dos cômodos nas plantas originais adaptada a partir do Dossiê de Tombamento (IEPHA, 2015)**

1: Hall de entrada
2: Corredor
3: Sala da Guarda civil
4: Sala do Chefe de Divisão
5: Sala de armamento
6: Dormitório de prontidão
7: Escada para área de passagem (30)
8: Sala de espera
9: Gabinete do delegado
10: Sanitário
11: Sala do subinspetor e investigadores
12: Alojamento
13: Sanitário
14: Serviço de estatística policial e criminal
15: Cartório
16: Cartório
17: Cartório
18: Depósito de material apreendido
19: Sanitário
20: Cantina
21: Sanitário
22: Sanitário
23: Escada para área de carceragem (1º andar)
24: Área de passagem
51: Cartório
52: Depósito de material apreendido
53: Gabinete do delegado
54: Sanitário
55: Sala do delegado assistente
56: Alojamento do escrivão
57: Alojamento do escrivão
58: Sanitário
59: Gabinete do delegado
60: Sanitário
61: Sala do delegado assistente
62: Sala do subinspetor e investigadores
63: Cartório
64: Cartório
65: Cartório
66: Depósito de material apreendido
67: Sanitário
68: Material de limpeza
69: Cartório
70: Sanitário
71: Escada para o 2º andar
72: Corredor
73: Escada para o 4º andar
74: Corredor

25: Sala de prontidão
26: Sanitário
27: Sala do comandante da guarda
28: Sanitário
29: Sanitário
30: Área de passagem
31: Corredor
32: Cela
33: Sanitário
34: Cela
35: Sanitário
36: Cela
37: Sanitário
38: Cela
39: Sanitário
40: Sala a
41: Sala b
42: Cela
43: Cela
44: Sanitário
45: Cela
46: Sanitário
47: Cela
48: Sanitário
49: Cartório
50: Cartório
75: Cartório
76: Cartório
77: Cartório
78: Depósito de material apreendido
79: Sala do delegado
80: Sanitário
81: Sala do delegado assistente
82: Alojamento do escrivão
83: Alojamento do escrivão
84: Sanitário
85: Sala do delegado
86: Sanitário
87: Sala do delegado assistente
88: Sala do subinspetor e investigadores
89: Cartório
90: Cartório
91: Cartório
92: Depósito de material apreendido
93: Sanitário
94: Material de limpeza
95: Alojamento do escrivão
96: Sanitário

**Anexo 3**

**Lista dos cômodos das plantas de 2012 adaptada a partir do Dossiê de Tombamento (IEPHA, 2015)**

1: Hall de entrada
2: Corredor
2a: Armário a
3: Antiga sala de espera
4: Antigo gabinete do delegado
5: Antigo Sanitário do delegado
6: Sala das paredes de cortiça
7: Sala acoplada
8: Gabinete
9: Gabinete
10: Gabinete
11: Gabinete
12: Gabinete
13: Sanitário
14: Depósito de armas
15: Sanitário
16: Cantina
17: Serviço de estatística policial
18: Serviço de estatística policial
19: Antigo dormitório de guardas
20: Antiga sala da Guarda Civil
21: Escada de acesso ao pátio do 1º piso
52: Cômodo a
53: Cômodo de acesso ao corredor e carceragem
54: Cômodo de uso dos guardas
55: Cômodo entre o corredor e o pátio
56: Cômodo de uso dos guardas
57: Sanitário
58: Sanitário
59: Armazenamento
60: Galpão
61: Acesso à rua
62: Escada para o 4º andar
63: Área de passagem
64: Corredor
65: Corredor
66: Sala i
67: Sala ii
68: Sala iii
69: Sala iv
70: Sala v
71: Sanitário
72: Sala vi
73: Sala vii
74: Arquivo a
75: Arquivo b
76: Armário b

22: Escada de acesso à passarela e 3º piso
23: Escada de Acesso à ala de carceragem/2º piso
24: Passarela de Acesso ao Estacionamento
25: Escada de acesso à rampa de entrada do 1º piso
26: Pátio do 1º piso
27: Rampa de acesso no 1º piso
28: Pátio do estacionamento
29: Cela
30: Sanitário;
31: Sala do "poço" e "sauna"
32: Chuveiro
33: Sauna
34: Sanitário
35: Acesso à guarita
36: Acesso ao corredor da carceragem
37: Sala dos guardas
37a: Sanitário
38: Sala dos guardas
38a: Sanitário
39: Corredor da carceragem
40: Cela
40a: Sanitário
41: Cela
41a: Sanitário
42: Cela
42a: Sanitário
43: Cela
43a: Sanitário
77: Sala viii
78: Armário c
79: Sala ix
80: Sala x
81: Sala xi
82: Anexo a
83: Sanitário
84: Gabinete/parte do auditório do DOPS
85: Gabinete/parte do auditório do DOPS
86: Gabinete/parte do auditório do DOPS
87: Sala xii
88: Sanitário
89: Anexo b
90: Área de passagem
91: Corredor
92: Corredor
93: Auditório 'atual'
94: Sala xiii
95: Sala xiv
96: Sanitário
97: Sala xv
98: Sala xvi
99: Sala xvii
100: Armário d
101: Sanitário
102: Gabinete
103: Gabinete
104: Sala do delegado
105: Sanitário
106: Armário e
107: Sala xviii

44: Cela
44a: Sanitário
45: Cela
45a: Sanitário
46: Cela
46a: Sanitário
47: Cela
47a: Sanitário
48: Sala dos fundos
49: Corredor de acesso ao pátio
50: Corredor de acesso ao pátio
51: Cômodo de uso dos guardas
108: Sanitário
109: Anexo c
110: Sala xix
111: Sala xx
112: Sanitário
113: Sala xxi
114: Sanitário

## Anexo 4

**Tabela 2** - Dados base para o cálculo dos índices de Escala, Integração, Complexidade A e Complexidade B levantados a partir do Gráfico 6.

| Plantas originais: nós, conexões e distância do exterior. | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Cômodos (nós)** | **Dist. Exterior** | **Conexões** | **Cômodos (nós)** | **Dist. Exterior** | **Conexões** | **Cômodos (nós)** | **Dist. Exterior** | **Conexões** |
| **1** | 1 | 2 | **33** | 5 | 1 | **65** | 5 | 3 |
| **2** | 2 | 13 | **34** | 4 | 2 | **66** | 6 | 1 |
| **3** | 3 | 3 | **35** | 5 | 1 | **67** | 5 | 1 |
| **4** | 3 | 3 | **36** | 4 | 2 | **68** | 5 | 1 |
| **5** | 4 | 1 | **37** | 5 | 1 | **69** | 5 | 2 |
| **6** | 4 | 1 | **38** | 4 | 2 | **70** | 5 | 1 |
| **7** | 2 | 2 | **39** | 5 | 1 | **71** | 3 | 2 |
| **8** | 3 | 3 | **40** | 4 | 2 | **72** | 4 | 18 |
| **9** | 4 | 3 | **41** | 5 | 1 | **73** | 5 | 2 |
| **10** | 5 | 1 | **42** | 4 | 2 | **74** | 6 | 17 |
| **11** | 3 | 4 | **43** | 4 | 2 | **75** | 7 | 2 |
| **12** | 3 | 2 | **44** | 5 | 1 | **76** | 7 | 3 |
| **13** | 4 | 1 | **45** | 4 | 2 | **77** | 7 | 3 |
| **14** | 3 | 1 | **46** | 5 | 1 | **78** | 8 | 1 |
| **15** | 3 | 1 | **47** | 4 | 2 | **79** | 7 | 3 |
| **16** | 3 | 1 | **48** | 5 | 1 | **80** | 8 | 1 |
| **17** | 3 | 3 | **49** | 5 | 2 | **81** | 7 | 3 |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **18** | 4 | 1 | **50** | 5 | 3 | **82** | 7 | 3 |
| **19** | 4 | 1 | **51** | 5 | 3 | **83** | 7 | 2 |
| **20** | 3 | 2 | **52** | 6 | 1 | **84** | 8 | 1 |
| **21** | 4 | 1 | **53** | 5 | 3 | **85** | 7 | 3 |
| **22** | 3 | 1 | **54** | 6 | 1 | **86** | 8 | 1 |
| **23** | 3 | 2 | **55** | 5 | 3 | **87** | 7 | 3 |
| **24** | 2 | 5 | **56** | 5 | 3 | **88** | 7 | 2 |
| **25** | 3 | 2 | **57** | 5 | 3 | **89** | 7 | 2 |
| **26** | 4 | 1 | **58** | 6 | 1 | **90** | 7 | 3 |
| **27** | 3 | 2 | **59** | 5 | 3 | **91** | 7 | 3 |
| **28** | 4 | 1 | **60** | 6 | 1 | **92** | 8 | 1 |
| **29** | 5 | 1 | **61** | 5 | 3 | **93** | 7 | 1 |
| **30** | 1 | 3 | **62** | 5 | 2 | **94** | 7 | 1 |
| **31** | 3 | 10 | **63** | 5 | 2 | **95** | 7 | 2 |
| **32** | 4 | 2 | **64** | 5 | 3 | **96** | 7 | 1 |

| **Total** | | |
|---|---|---|
| **Cômodos (nós)** | **Dist. Entrada** | **Conexões** |
| 96 | 467 | 234 |

Fonte: Costa, 2020.

## Anexo 5

**Tabela 3** - Dados base para o cálculo dos índices de Escala, Integração, Complexidade A e Complexidade B levantados a partir do Gráfico 7.

| Plantas de 2012: nós, conexões e distância do exterior | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Cômodos (nós)** | **Dist. Entrada** | **Conexões** | **Cômodos (nós)** | **Dist. Entrada** | **Conexões** | **Cômodos (nós)** | **Dist. Entrada** | **Conexões** |
| **1** | 1 | 2 | **40** | 6 | 2 | **73** | 6 | 3 |
| **2** | 2 | 15 | **40 a** | 7 | 1 | **74** | 7 | 2 |
| **2a** | 3 | 1 | **41** | 6 | 2 | **75** | 8 | 2 |
| **3** | 3 | 3 | **41 a** | 7 | 1 | **76** | 9 | 1 |
| **4** | 4 | 3 | **42** | 6 | 2 | **77** | 8 | 2 |
| **5** | 5 | 2 | **42 a** | 7 | 1 | **78** | 9 | 1 |
| **6** | 6 | 2 | **43** | 6 | 2 | **79** | 6 | 1 |
| **7** | 5 | 2 | **43 a** | 7 | 1 | **80** | 6 | 1 |
| **8** | 3 | 3 | **44** | 6 | 2 | **81** | 6 | 2 |
| **9** | 3 | 3 | **44 a** | 7 | 1 | **82** | 7 | 2 |
| **10** | 3 | 3 | **45** | 6 | 2 | **83** | 8 | 1 |
| **11** | 3 | 3 | **45 a** | 7 | 1 | **84** | 7 | 1 |
| **12** | 3 | 4 | **46** | 6 | 2 | **85** | 7 | 1 |
| **13** | 4 | 1 | **46 a** | 7 | 1 | **86** | 6 | 3 |
| **14** | 4 | 1 | **47** | 6 | 2 | **87** | 6 | 3 |
| **15** | 3 | 1 | **47 a** | 7 | 1 | **88** | 7 | 1 |
| **16** | 3 | 1 | **48** | 6 | 2 | **89** | 7 | 1 |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **17** | 3 | 1 | **48 a** | 7 | 1 | **90** | 6 | 4 |
| **18** | 3 | 1 | **49** | 4 | 3 | **91** | 7 | 6 |
| **19** | 3 | 1 | **50** | 3 | 3 | **92** | 7 | 8 |
| **20** | 3 | 1 | **51** | 4 | 2 | **93** | 8 | 1 |
| **21** | 4 | 2 | **52** | 2 | 1 | **94** | 8 | 1 |
| **22** | 3 | 3 | **53** | 2 | 2 | **95** | 8 | 2 |
| **23** | 3 | 2 | **54** | 5 | 1 | **96** | 9 | 1 |
| **24** | 2 | 2 | **55** | 4 | 4 | **97** | 8 | 2 |
| **25** | 2 | 2 | **56** | 5 | 3 | **98** | 8 | 3 |
| **26** | 3 | 3 | **57** | 6 | 1 | **99** | 9 | 1 |
| **27** | 1 | 4 | **58** | 6 | 1 | **100** | 7 | 1 |
| **28** | 1 | 6 | **59** | 6 | 1 | **101** | 10 | 1 |
| **29** | 2 | 1 | **60** | 2 | 2 | **102** | 8 | 2 |
| **30** | 2 | 1 | **61** | 1 | 2 | **103** | 8 | 3 |
| **31** | 2 | 3 | **62** | 5 | 2 | **104** | 9 | 2 |
| **32** | 3 | 2 | **63** | 4 | 4 | **105** | 10 | 1 |
| **33** | 4 | 1 | **64** | 5 | 7 | **106** | 8 | 1 |
| **34** | 3 | 1 | **65** | 5 | 6 | **107** | 8 | 4 |
| **35** | 2 | 1 | **66** | 6 | 3 | **108** | 9 | 1 |
| **36** | 4 | 5 | **67** | 7 | 1 | **109** | 9 | 1 |
| **37** | 5 | 2 | **68** | 6 | 2 | **110** | 8 | 3 |
| **37 a** | 6 | 1 | **69** | 6 | 1 | **111** | 8 | 3 |
| **38** | 5 | 2 | **70** | 6 | 3 | **112** | 9 | 1 |
| **38 a** | 6 | 1 | **71** | 7 | 1 | **113** | 8 | 2 |
| **39** | 5 | 10 | **72** | 6 | 3 | **114** | 9 | 1 |

| Total | | |
|---|---|---|
| **Cômodos (nós)** | **Dist. Entrada** | **Conexões** |
| 126 | 694 | 279 |

Fonte: Costa, 2020.

Livro composto pela fonte Palatino Linotype
Tipo de papel (miolo): Polen soft
Gramatura (miolo): 80g/m²
Tipo de papel (capa): Cartão Triplex
Gramatura (capa): 250g/m²
Finalizado em agosto de 2026 por Imprensa Universitária da UFMG

**Memórias aprisionadas. Arqueologia da repressão e da resistência no DOPS/MG** nasce do encontro entre a terra revolvida e uma história ainda em disputa. Resultado da primeira escavação arqueológica realizada no Brasil em um centro de detenção da ditadura militar (1964–1985), o livro faz emergir vestígios que não se deixaram apagar, marcas materiais de um passado que insiste em permanecer.

Entre fragmentos, ausências e silêncios, a obra tece uma trama em que objetos, memórias e narrativas se entrelaçam. Não se trata apenas de reconstruir o que foi, mas de interrogar o que ainda é: aquilo que, subterrâneo, continua a moldar sensibilidades, corpos e instituições.

Ao deslocar a arqueologia para o campo da experiência compartilhada, o livro transforma a escavação em gesto público: um ato de exposição, escuta e responsabilização.

Aqui, a repressão não aparece como um dado estático, mas como uma prática inscrita em espaços, rotinas e materialidades. E, no mesmo movimento, emergem as formas de resistência, discretas, por vezes quase invisíveis, mas que tensionaram, reconfiguraram e habitaram esses mesmos espaços.

Trata-se de um exercício de presença, que traz consigo um convite a escavar não apenas o solo, mas também os arquivos, os discursos e as camadas de tempo que continuam operando entre nós, porque há passados que não passam... e é precisamente neles que reside a possibilidade de imaginar outros futuros.

Andrés Zarankin

Pedro & João Editores
pedroejoaoeditores.com.br

ISBN 978-65-265-3141-9